



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GUSTAVO SANDRES DA SILVA OLIVEIRA

**NAZARENOS: ALISTAMENTO E CONFLITOS NO SERTÃO PERNAMBUCANO
NOS ANOS DE 1923 A 1928**

RECIFE

2024

GUSTAVO SANDRES DA SILVA OLIVEIRA

**NAZARENOS: ALISTAMENTO E CONFLITOS NO SERTÃO PERNAMBUCANO
NOS ANOS DE 1923 A 1928**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em
História da Universidade Federal de Pernambuco, como
requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Wellington Barbosa da Silva

RECIFE

2024

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Oliveira, Gustavo Sandres da Silva.

Nazarenos: alistamento e conflitos no sertão pernambucano nos anos de 1923 a 1928 / Gustavo Sandres da Silva Oliveira. - Recife, 2024.

150f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

Orientação: Wellington Barbosa da Silva.

Inclui referências e apêndices.

1. Cangaço; 2. Polícia; 3. Volantes; 4. Nordeste; 5. Sociedade. I. Silva, Wellington Barbosa da. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Ata da defesa/apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História - CFCH da Universidade Federal de Pernambuco, no dia 26 de agosto de 2024.

ATA Nº 682

ATA DA SEISCENTÉSIMA OCTOGÉSIMA SEGUNDA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2024.

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 10 (dez) horas, em sessão pública, teve início a defesa da Dissertação intitulada NAZARENOS: ALISTAMENTO E CONFLITOS NO SERTÃO PERNAMBUCANO NOS ANOS DE 1923 A 1928 do aluno Gustavo Sandres da Silva Oliveira, na área de concentração Sociedades, Culturas e Poderes, linha de pesquisa Relações de Poder, Sociedade e Ambiente, sob a orientação do Prof. Dr. Wellington Barbosa da Silva. A Comissão Examinadora foi indicada pelo colegiado do programa de pós-graduação em 29 (vinte e nove) de maio de 2024 (dois mil e vinte e quatro), na sua reunião ordinária, sendo composta pelos professores: Wellington Barbosa da Silva, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco; Marcos Luiz Bretas da Fonseca, do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Tiago da Silva Cesar, do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco. Após cumpridas as formalidades, o candidato ao grau de Mestre foi convidado a discorrer sobre o conteúdo da Dissertação. Concluída a explanação, o candidato foi arguido pela Comissão Examinadora que, em seguida, reuniu-se para deliberar e conceder ao mesmo a menção aprovado. Para a obtenção do grau de Mestre em História, o concluinte deverá depositar a versão final da Dissertação na Biblioteca Central. O depósito deverá ser feito em até 90 (noventa) dias, após realizadas as correções conforme recomendações feitas, nesta sessão, pela comissão examinadora, observando os prazos e procedimentos vigentes nas normas internas desta universidade. E, para constar, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada, Raquel Barbosa Lopes, Assistente em Administração do Programa de Pós-Graduação em História, e pelos membros da Comissão Examinadora.

OBSERVAÇÃO

A defesa em epígrafe foi realizada integralmente, por videoconferência, envolvendo a Banca Examinadora e o(a) discente, através de recursos de videoconferência, que possibilitaram realizar a discussão acadêmica sobre o objeto de estudo, com som e imagem.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Ata da defesa/apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História - CFCH da Universidade Federal de Pernambuco, no dia 26 de agosto de 2024.

Recife, 26 de agosto de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Wellington Barbosa da Silva

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Marcos Luiz Bretas da Fonseca

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Tiago da Silva Cesar

Participação via videoconferência

CANDIDATO AO GRAU DE MESTRE

Gustavo Sandres da Silva Oliveira

Participação via videoconferência

Dr. MARCOS LUIZ BRETAS DA FONSECA, UFRJ

Examinador Externo à Instituição

Dr. TIAGO DA SILVA CESAR, UFPE

Examinador Externo ao Programa

WELLINGTON BARBOSA DA SILVA, UFPE

Presidente

GUSTAVO SANDRES DA SILVA OLIVEIRA

Mestrando(a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Ata da defesa/apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História - CFCH da Universidade Federal de Pernambuco, no dia 26 de agosto de 2024.

FOLHA DE CORREÇÕES

ATA Nº 682

Autor: GUSTAVO SANDRES DA SILVA OLIVEIRA

Título: NAZARENOS: ALISTAMENTO E CONFLITOS NO SERTÃO PERNAMBUCANO NOS ANOS DE 1923 A 1928

Banca examinadora:

MARCOS LUIZ BRETAS DA FONSECA

Examinador Externo à Instituição

TIAGO DA SILVA CESAR

Examinador Externo ao
Programa

WELLINGTON BARBOSA DA SILVA

Presidente

Os itens abaixo deverão ser modificados, conforme sugestão da banca

1. [] INTRODUÇÃO
2. [] REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
3. [] METODOLOGIA
4. [] RESULTADOS OBTIDOS
5. [] CONCLUSÕES

COMENTÁRIOS GERAIS:

Prof. WELLINGTON BARBOSA DA SILVA
Orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Tenho convicção que muitas mãos compõem este trabalho, em sua maioria, ocultas, devido às formalidades acadêmicas, mas verdadeiros artífices de minha pesquisa.

Agradeço à Marcela Monteiro e a Thiago Paz, amigos de tantos anos e verdadeiros confidentes de minhas angustias, nos quais sempre busquei o refúgio da fidelidade dos sentimentos mais fraternos e obtive.

Wellington Barbosa, Elise Jasmim, Sandoval José, Paulo Montini, os quais, juntos, compuseram mais que um núcleo acadêmico, para além disso, uma verdadeira orquestra intelectual, de onde veio a inspiração para melhorar meus estudos iniciais, e, então compor esta pesquisa.

Aos professores Marcos Bretas e Tiago Cesar, agradeço pelo privilégio de tê-los em minha banca, pois foi a partir de seus trabalhos que construí minhas inspirações acadêmicas e desenvolvi aspirações a participar do mesmo ambiente.

À minha esposa, Gislaynne Lopes, e minha filha, Maria Helena, pela paciência e liberdade, generosamente concedidas, para que me ausentasse e me dedicasse à construção da pesquisa, mesmo estando muitas vezes necessitadas de minha presença.

Em especial agradeço à Rocrop Norte, Obadias, Carneiro, Falcão, Sales, Ronaldo, Marvson, Ferreira Dias, Dorival, Lucas Franca, e tantos outros que dividiram viatura comigo e, além disso, comungaram de uma amizade sincera, à qual confiei minha vinha nos momentos mais críticos, nos becos escuros, nas vielas inacessíveis, assim como a deles esteve, por vezes, em minhas mãos.

Aos nazarenos do passado que com coragem defenderam suas posições e vergaram com bravura suas insígnias, ombreando numa guerra desprovidos de apoio e recursos, minha continência e respeito.

Aos nazarenos do presente, em especial a pessoa de Cristina Lyra, todo meu carinho pelas portas que me abriu na vila de Nazaré do Pico, me recebendo em sua residência com extrema bondade. Assim como as demais famílias, Flor, Novaes, Ferraz, Jurubeba, Leite, Menezes.

Por fim, agradeço a todas as mulheres que compõe minha família e foram o arrimo de minha educação: Severina Ribeiro; Gilma Ribeiro, Gilda Ribeiro e Dilma Ribeiro; Gêssica Sabrina; Giane Maria, minha mãe.

RESUMO

Esta dissertação investigou o processo de alistamento de jovens pernambucanos na região do sertão do Pajeú durante a década de 1920, forçados pelo fortalecimento das estruturas do cangaço, sob as ordens daquele que se tornou o mais afamado cangaceiro, Lampião. O bando de Virgulino colocou a região de Nazaré do Pico, em Floresta, Pernambuco, sob o risco dos ataques e ameaças constantes, em uma guerra pela autopreservação. Concomitante a ascensão do cangaceiro houve o processo de estabelecimento definitivo dos quartéis policiais na mesma região, que levou os nazarenos a engajarem massivamente seus filhos, no intuito de conseguir meios para lutar contra o perigo crescente. Dessa forma, com material coletado nos arquivos da Polícia Militar de Pernambuco e as narrativas deixadas em livros e jornais pelos personagens envolvidos, compreendemos a diferente perspectiva do soldado volante nazareno, que não tinha experiência alguma dentro da vida militar, mas contribuiu com suas próprias vivências para combater os perigos do cangaço em todo o Nordeste. Para a instituição, Lampião era mais um, dentre tantos, problemas de segurança. Contudo, aos nazarenos, ele foi um amigo de infância que optou pela vida errante e desejou castigar a quem creditava infortúnios. A pesquisa nos levou a compreensão da tropa, tendo a separação do militar, como indivíduo, da Instituição, suas motivações, frustrações e seus erros e acertos no enfrentamento a Virgulino.

Palavras-chave: Cangaço. Polícia. Nordeste. Volantes. Sociedade.

ABSTRACT

This dissertation investigated the process of enlistment of young men from Pernambuco in the backlands of Pajeú during the 1920s, forced by the strengthening of the cangaço structures, under the orders of what became the most famous cangaceiro, Lampião. Virgulino's band put the region of Nazaré do Pico, in Floresta, Pernambuco, at risk of constant attacks and threats, in a war for self-preservation. At the same time as the cangaceiro's rise, there was the process of the definitive establishment of police quarters in the same region, which led the Nazarenes to massively engage their children in order to find the means to fight against the growing danger. Thus, with material collected from the archives of the Pernambuco Military Police and the narratives left in books and newspapers by the characters involved, we can understand the different perspective of the Nazarene foot soldier, who had no experience of military life, but contributed his own experiences to fighting the dangers of the cangaço throughout the Northeast. For the institution, Lampião was just one of many security problems. However, to the Nazarenes, he was a childhood friend who had opted for the wandering life and wished to punish those he credited with his misfortunes. The research led us to an understanding of the troop, separating the soldier as an individual from the institution, his motivations, frustrations and his mistakes and successes in confronting Virgulino.

Keywords: Cangaço. Police. Northeast. Volantes. Society.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
1.1 A tropa como objeto de estudo	6
1.2 Fontes de pesquisa	9
1.3 Formação territorial no Sertão do Pajeú	11
1.4 Atividade policial nas comarcas do sertão	255
2. ALISTAMENTOS E IDENTIDADE.....	35
2.1 Nazaré do Pico, seu surgimento e seu povo.....	35
2.2 A década de 20 e o policiamento das regiões sertanejas	41
2.3 Preparar armas	52
3. A GUERRA DO SOL	63
3.1 Por que lutar?	63
3.2 Os primeiros anos de Guerra	72
3.3 Lutar por necessidade	80
4. TROPA, AVANÇAR.....	87
4.1 Em frente, marche.....	87
4.2 Cerra fileiras, fogo	93
4.3 Manter trincheiras, inimigo forteme guarnecido	99
5. A TROPA, O ESTADO, O CANGAÇO	110
5.1 Tempos de mudanças.....	110
5.2 Reprimir e sufocar	114
5.3 O preço de uma guerra.....	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132
APÊNDICE	136
ICONOGRAFIA.....	138

1. INTRODUÇÃO

1.1 A tropa como objeto de estudo

Ter como objeto de pesquisa o cangaço, ainda que indiretamente, é algo extremamente desafiador, seja por toda as construções narrativas feitas por estudiosos da temática ou por enredos criados pelos próprios personagens ainda em vida, o que torna o assunto repleto de vertentes a serem averiguadas detalhadamente, na busca por uma construção historiográfica mais sólida para o fenômeno.

Ressaltamos que o cangaço, tal qual fenômeno, é um material indireto de nossa temática, pois tentaremos observá-lo sob uma ótica distinta, não sendo nosso objetivo aprofundarmos as explicações para suas raízes, nem mesmo nos deteremos, mais que o necessário, em seus personagens principais. Pretendemos enxergá-lo sob o prisma da tropa que era posta em seu encaixe, independentemente do posto ou graduação ocupado pelo integrante que estava inserido na frente de combate.

Iremos então analisar as características e motivações para o alistamento de um grande número de jovens na região de Nazaré do Pico, Floresta, Pernambuco, entre os anos de 1923 a 1928, e suas atuações dentro da Força Pública.

Até o ano de 1922 a Força Pública de Pernambuco contava com apenas uma pessoa natural daquela região alistada (ALBUQUERQUE, 2016, p. 91-92). No entanto, com a expansão do banditismo rural no interior do Estado, principalmente sob o comando de Virgulino¹ Ferreira da Silva, conhecido como Lampião, o interesse pelo ingresso nas fileiras militares cresceu sob diferentes óticas para as famílias nazarenas.

Integrar a Força Pública passou a ser um condicionante para a existência da própria povoação, quando, em 1923, segundo João Gomes de Lira (2013, vol. 1, p. 108)², a vila seria despovoada e incendiada conforme determinação do então Major João Nunes, responsável pelo policiamento da região, que identificou a ameaça constante dos cangaceiros à localidade e, como medida para erradicar a presença dos criminosos, resolveu desalojar as famílias lá presentes.

¹ Optamos por regra utilizar a grafia mais recorrente ao nome dos personagens envolvidos, conforme a ampla difusão em literatura do tema. Virgulino é originalmente Virgolino e outros sofreram similar adaptação.

² No trecho citado, João Gomes de Lira refere-se a João Nunes como coronel, contudo, este só ocuparia o posto anos depois. Este estudo traz um apêndice no qual é possível compreender a estrutura hierárquica da Força Pública dentro de nosso recorte temporal, conforme Tabela 1.1. p.137.

Por tais razões, as pessoas naturais de Nazaré se tornariam os principais perseguidores de Lampião (VILLELA, 2004; BARROS, 2018; MELLO, 2018), enquanto este esteve homiziado em Pernambuco. O risco de ter o próprio núcleo social ameaçado, bem como as relações familiares e sociais estabelecidas na região rompidas pelos bandos de cangaceiros ou pelo Estado, impôs ao povo local a condição de pôr-se em armas com o interesse de cessar a ameaça que Virgulino representava e demover o Estado de concluir os planos do Major João Nunes.

A esse respeito, explicitaremos como mesmo convergindo em um plano único para deter Lampião e demais cangaceiros, as motivações entre a tropa e a instituição tinham naturezas distintas e, por consequência, ambos agiam de maneiras divergentes ao lidar com o problema em questão. Além disso, tais divergências também se manifestavam nas disparidades do planejamento e execução das decisões no plano institucional em relação com as ações tomadas a partir da iniciativa individual dos militares que compunham a Força Pública.

Como o próprio fenômeno do cangaço traz, dentre as suas muitas justificativas, as disputas de cunho familiar no sertão nordestino, com a instauração da República e a interiorização da instituição policial, que passaria a ter a partir da década de 1910 uma sede fixa no sertão pernambucano, o ingresso na tropa passou a ser uma possibilidade de resposta aos inimigos pessoais.

As famílias envolvidas em questões privadas teriam a via legal da atividade policial como mecanismo de justiça ou, pelo menos, de equilíbrio de forças contra inimigos declarados, os quais poderiam estar *vivendo em cangaço*, conforme a expressão comum na região (MELLO, 2018).

Nesse ínterim, o alistamento era feito sob o critério único do interesse do indivíduo em participar das fileiras militares, conforme observou André Carneiro de Albuquerque em estudo recente:

“Com relação à forma de escolha do homem adequado para o serviço, o critério era simples: era cobrado do candidato que soubesse manusear bem uma arma. Tal exigência facilitava o ingresso. Sendo também dada preferência aos indicados por algum militar, que pudesse atestar sua coragem” (ALBUQUERQUE, 2016, p. 51).

É justamente a esse processo de adaptação e de troca de influências que pretendemos nos ater, mais especificamente às soluções utilizadas para manter a coesão dos interesses do sertanejo com os do Estado, que, por consequência levaram a expulsão de Virgulino Ferreira da Silva da margem norte do rio São Francisco em agosto de 1928³.

³ Embora 29 de julho de 1938 seja a data da morte de Lampião, quase uma década antes, as tropas dos estados do norte do rio São Francisco – Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará –, em uma ação conjunta planejada

Cabendo ainda mais uma ressalva, que está ligada ao recorte temporal de nossa pesquisa. Os anos entre 1923 à 1928 são o período de maior atuação de Virgulino nos Estados ao norte do rio São Francisco, no auge do seu vigor físico e bélico, o cangaceiro realizou numerosos feitos: o alcance do título de capitão do exército, em 12 de março de 1926, concedido na cidade de Juazeiro do Norte-CE, após o controverso convite feito pelo Deputado Federal Floro Bartolomeu; o ataque a já desenvolvida cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, em 13 de junho de 1927; a celebração de alianças com os mais proeminentes da sociedade sertaneja⁴.

Descrever de tal forma Lampião nos permitirá compreender o risco de pôr-se em armas contra um inimigo dessa dimensão, e é justamente disso que tratava a atividade volante naquele momento, perseguir o Rei do Cangaço e seus asseclas. Colocar-se em meio a um conflito iminente e amplo, uma vez que caracteristicamente os cangaceiros em sua vida nômade circulavam pelo interior dos diferentes estados da região nordeste, sempre cercados de protetores e fortes redes de abastecimento e de prestadores de favores, os conhecidos coiteiros.

Se temos um cangaço historicamente descrito numa linha de desenvolvimento do fenômeno, no qual Lampião seria o auge alcançado pelos bandoleiros, seja por amplitude da repercussão de seus feitos ou pelos meios cada vez mais elaborados de manter toda sua estrutura de atuação estabelecida, assegurando a longevidade da atuação dos bandos. Por quê a volante seria constantemente retratada biograficamente como uma estrutura impessoal, na qual o militar estaria sob a condição de estrito cumpridor das determinações de sua cadeia de comando?

A partir disto, adentramos no cerne de nossa pesquisa. Estabelecendo uma história comparativa, na qual colocaremos a volante para ser analisada dentro dos relatos de seus integrantes, sejam ele paisanos⁵ ou militares, comparando com os movimentos institucionais do Estado, representados nos pronunciamentos oficiais da Força Pública e dos demais representantes do governo ao tratarem da segurança pública.

pelo então Chefe de Polícia do Estado de Pernambuco, Eurico de Souza Leão, conseguiram reduzir o bando de Lampião de aproximadamente 150 homens, no ano de 1927, para apenas 8 bandoleiros, em agosto de 1928. Forçando o líder a homiziar-se em definitivo nos sertões de Sergipe, Alagoas e Bahia, limitando-se a visitas incomuns a outra margem do São Francisco (MELLO, 2018, p. 149-151).

⁴ Dentre os muitos protetores, teremos inúmeros exemplos de homens das mais altas esferas sociais sertanejas utilizando-se dos serviços de Lampião, de igual forma, favorecendo ao cangaceiro dos mais diferentes préstimos. Para citar os nomes mais conhecidos podemos referenciar: Angelo da Jia e Audálio Tenório de Albuquerque, em Pernambuco; Ulisses Vieira de Araújo Luna e Joaquim Resende, em Alagoas; Isaias Arruda e Antônio da Piçarra, no Ceará; Petronilo de Alcântara Reis, na Bahia; Eronildes Ferreira de Carvalho, em Sergipe.

⁵ O termo paisano é comumente utilizado no meio militar para designar a população civil como um todo.

1.2 Fontes de pesquisa

Para compreendermos melhor esse núcleo de pessoas, avaliaremos agora aquilo que escolhemos como nossas fontes de pesquisa. A primeira que nos servirá como fonte discricionária dos acontecimentos, são as obras autobiográficas dos próprios nazarenos. Destacamos a obra de João Gomes de Lira (que foi além de soldado volante e autor do livro de memórias mais amplo sobre o assunto), David Jurubeba, Manoel Flor, Neco de Pautilha e Herculano Nogueira, que também narraram suas experiências para outros autores de confiança.

Além das obras dos próprios nazarenos, recorreremos aos textos deixados por outros militares que tiveram igual vivência, embora não fossem naturais daquela região. Tais trabalhos, como o livro de memórias do Major Optato Gueiros, nos acrescentam a percepção desses homens a respeito dos conflitos ali existentes e das pessoas neles envolvidas, sob o olhar de alguém que conviveu com o problema, sem ser parte interessada diretamente nele, mas nem por isso deixou de contribuir e ter suas próprias considerações a tudo que se sucedeu.

Nossa fonte primária ficou a cargo dos arquivos da Polícia Militar de Pernambuco, que visitamos na busca pelas Fichas Individuais⁶ dos ex-combatentes e dos Boletins Gerais, Boletins Internos e Certidões da Brigada Militar⁷. Tivemos sucesso parcial em nossas buscas, pois esperávamos encontrar um material mais rico em informações a ser trabalhado nas fichas individuais, contudo, não foi o que encontramos.

Uma vez que a Revolução de 1930 reservou grandes perdas aos arquivos do 3º Batalhão, à época localizado na cidade de Floresta, sendo ele, o que apresentou maior resistência em reconhecer o novo governo estabelecido. Como consequência, o batalhão teve suas dependências destruídas pelos rebeldes, além de algumas salas incendiadas conforme nos descreve a literatura especializada (GUEIROS, 1956, p.235-248; TORRES FILHO, 2011 p.414-416).

⁶ A ficha individual é como a instituição chama o histórico de cada um de seus integrantes, guardados em pastas individuais. Nelas é possível encontrar as informações cadastrais do alistado, desde suas medidas corporais, a filiação, endereço. Além de todas as informações de elogios, progressos na carreira, afastamentos, investigações, punições.

⁷ Os Boletins Gerais são as comunicações de interesse geral da Força Pública, eles ainda são publicados diariamente, e divulgadas em todos os batalhões. Geralmente dão notícia de grandes acontecimentos ou de feitos individuais que mereçam destaque público, além de ser um mecanismo de divulgação das mudanças internas e estruturais da Instituição como um todo.

O Boletim Interno também tem o caráter informativo, contudo, ele se restringe aos assuntos de interesse do próprio batalhão que o publicou.

As Certidões da Brigada Militar era pequenas correspondências entre os destacamentos mais distantes e a cúpula da administração da Força, noticiando muitas vezes o acontecimento em um primeiro momento, podendo posteriormente essa informação ser divulgada em BG ou BI, a depender do nível de relevância ou interesse.

Diante disso, acreditamos ser essa a justificativa para termos encontrado as fichas individuais com informações, em sua maioria, posteriores ao ano de 1930. Ou seja, os documentos foram reestabelecidos, dado sua importância, contudo, o período anterior a Revolução foi perdido, não em sua totalidade, mas em grande parte.

Em contrapartida, encontramos abundante volume de Boletins Gerais ainda preservados, dado seu caráter comunicativo e sua distribuição ampla na corporação. Foi possível ter acesso a eles não no setor reservado ao 3º Batalhão, mas ao 2º Batalhão, por exemplo. Conforme citado anteriormente, o Boletim Geral tem um caráter mais amplo e não contém a pessoalidade que esperávamos encontrar nas Fichas Individuais, mas nos serviram também como um contraponto da relação da Instituição com os volantes.

A experiência com o Arquivo da PMPE nos foi satisfatória em resultados, e os apresentaremos ao longo deste trabalho, chegando a ser surpreendente inclusive sua organização e preservação. De negativo, deixamos registrado a falta de um ordenamento que confira publicidade e acesso a mais pessoas. Dessa forma, a ausência de uma normativa que estabeleça as regras necessárias para sua consulta, deixa o pesquisador sujeito a uma série de interpretações individuais de quem está à frente da administração do setor.

Ao longo de nossas visitas a DGP4⁸ ocorreram duas mudanças de diretoria, mudando também a percepção da administração sobre nosso trabalho. A primeira diretoria que tivemos contato nos foi bastante receptiva desde o início. No entanto, com o novo comandante a frente, nos foi solicitado uma nova série de documentos, inclusive autorizações dos familiares dos ex-volantes, demandando de tal forma uma nova visita à Nazaré do Pico para a coleta dessa documentação. Com o decorrer dos trabalhos, paulatinamente fomos absorvidos pela rotina da sessão e as exigências cessaram.

O saldo de nossas visitas aos arquivos da Polícia Militar de Pernambuco são os diversos boletins transcritos ao longo desse estudo, embora tenham uma linguagem resumida e estritamente informativa, ajudam a corroborar ou esclarecer os relatos que as demais fontes nos forneceram. Determinações de ordens superiores como a recolhimento da tropa de sua área de atuação, punições e elogios

⁸ Diretoria Geral de Pessoas é a sessão responsável por todo o setor de Recursos Humanos e também arquivos da Polícia Militar de Pernambuco.

Além das fontes institucionais, os ex-volantes deixaram uma quantidade razoável de entrevistas⁹, as quais igualmente nos servirão como matriz de informações, algumas delas contemporâneas aos fatos, outras posteriores.

A junção comparativa entre as entrevistas de ex-combatentes, principalmente as concedidas posteriormente aos fatos, com os autores já destituídos da formalidade da linguagem institucional e tendo todo o capítulo de Lampião encerrado, abre análises da percepção de si construídas pelos envolvidos pós-cangaço, as quais daremos vazão ao longo de nossa narrativa.

1.3 Formação territorial no Sertão do Pajeú

A cidade de Floresta está localizada na região do sertão do Pajeú, cortada pelos afluentes do Rio São Francisco em sua margem norte, dentre os mais conhecidos, temos o próprio Rio Pajeú, que dá nome a região, o Riacho do Navio e da Ema e outros menores que desembocam no Velho Chico.

A vegetação local é típica das áreas de caatinga, repleta de árvores de porte médio, de características muito arbustivas e espinhosas, adaptadas aos longos períodos de estiagem, assim como a grande variedade de cactáceas, capazes de enraizar inclusive nos lajeiros e paredões rochosos que compõem a paisagem de solo arenoso.

Todavia, dentro do município há também um grande brejo de altitude, denominado Serra Negra¹⁰, paisagem atípica para a região semiárida. Se trata de um fragmento de Mata Atlântica, com árvores de grande porte e fauna específica, além do verde constante e mais intenso, contrastando com os tons mais acinzentados ou opacos da caatinga. Segundo FONSECA(2009, p. 130), a exuberância da mata serviu de inspiração para a escolha do nome do município.

A zona sul do sertão do Pajeú recebeu seus primeiros colonizadores ainda no século XVIII, descendentes de Jerônimo de Souza Ferraz, da Casa da Torre, sendo esta, a família mais beneficiada com a sessão de sesmarias¹¹ no Nordeste, tendo suas posses somado mais de 340

⁹ Diferentes meios de comunicação foram utilizados para o registro desses relatos. Primeiro os jornais e periódicos foram os mais recorrentes à época. Contudo, com o decorrer das décadas, além das empresas de comunicação, diversas pessoas, interessadas pela temática, tiveram a oportunidade de guardar em meios audiovisuais essas memórias. Alguns acervos particulares como os de Aderbal Nogueira, Antônio Amaury e Frederico Pernambucano de Mello, dispondo de mais de 100 horas de gravações, não apenas com ex-volantes, mas com as diversas pessoas que interagiram de diferentes formas com o fenômeno.

¹⁰ A Serra Negra foi convertida em Reserva Biológica Federal conforme decreto N° 28.348, de 7 de junho de 1950.

¹¹ O título era uma autorização para exploração sob caráter vitalício de porções de terra, beneficiando consequentemente também seus herdeiros, sob uma exigência única, caso não houvesse a exploração da concessão em até seis anos o mesmo espaço fosse concedido a outro interessado.

léguas, abrangendo a região hoje conhecida como sertão da Bahia e o sul do Piauí, com grandes porções de terra em solo pernambucano:

“Vindo de Sergipe d’El Rei, foi provavelmente um dos primeiros colonizadores do Sertão pernambucano, fixando-se nas terras que mais tarde integrariam o município de Floresta. Ali chegou ao mesmo tempo em que também chegava o alferes Antônio Pereira Falcão e sua mulher, dona Maria Gomes Maciel, os fundadores da Fazenda Grande¹²” (GOMINHO, 1996, p.17).

Sete léguas ao norte da Fazenda Grande teremos a Fazenda Panela d’água e outras propriedades como Arapuá, Tabuleiro, Melancia, Curralinho, onde estabeleceu-se a família Carvalho e seus descendentes, também estreitamente ligados à Casa da Torre, conforme a divisão do processo de exploração se dava (SOARES, 2015, p.15; GOMINHO, 1996, p.56-57).

Ainda sobre os primeiros exploradores, citamos Antônio Gomes de Sá, sargento-mor e procurador da Casa da Torre, enviado para fiscalizar a atuação dos jesuítas, instalando-se também na região (GOMINHO, 1996, p.84).

Era função dos elevados à condição de sesmeiros levar os novos moradores e agregados que povoariam seu empreendimento, instalar currais, nomear vaqueiros e pequenos agricultores para expandir e explorar os rincões mais inacessíveis, cultivar a terra e assentar novas vilas, bem como garantir a segurança administrativa do espaço ocupado.

Ao custo de enfrentarem os diversos povos indígenas que já povoavam a região¹³, para lidar com cada uma dessas, se fez necessário entender qual seria a melhor estratégia, se puramente o confronto armado ou de alguma forma assimilar aqueles que se mostravam interessados em formar as novas alianças que lhes eram impostas.

Quanto aos primeiros habitantes da região não foram dadas muitas alternativas, era ceder ou morrer:

“Na questão dos índios, é preciso dizer que o extermínio que se abateu em comum sobre os incontáveis ramos da nação tapuia centrou-se na belicosidade extrema que adotavam e no fato de falarem uma língua estranha e plural, no fundo várias línguas, que o colonizador reuniu sob o nome de “língua travada”, desistindo de traduzi-las. Procedimento bem diferente do adotado quanto ao falar único do tupi litorâneo, mais cordial, este, e com o qual foi possível abrir diálogo.

Foi a solução encontrada para a melhor ocupação das terras da colônia, que ganhou força com a restauração portuguesa (1654), pois serviu como recompensa e reconhecimento dos muitos que se mantiveram fiéis a coroa durante a ocupação holandesa. Dessa forma, além da recompensa por diversos préstimos aos aliados, as sesmarias também ajudaram a interiorizar as populações e afastaram os rebanhos bovinos das zonas canavieiras. A prática se difundiu para assegurar a chegada de novos colonos

¹² Fazenda Grande era localizada onde hoje é a sede do município.

¹³ O território pernambucano possuía um vasto número de povos, dentre eles: Chocó, cariniayo, jacó, paraquió, carateu, carnijó, guegue, che-che, xucuru, perariconha, cariri, rodela, corema, ariu, janduí, canindé, paiacu, pinacu, caboré, capela, paniçugaçu, jenipapo, parau, quixeló, icó, genipapoaçu, calabaça, quesque, procá, pipipá, panati, e pegá (SILVA, 2010, p.139-140).

A impossibilidade de comunicação no interior frustrou o canal diplomático, chamando à cena as armas” (MELLO, 2018, p.58)

A conquista não era sempre alcançada de forma imediata ou resoluto, sendo inclusive necessárias mais de uma campanha para dominar efetivamente as novas terras.

Entretanto, os sesmeiros tornaram-se senhores de vastas extensões de terra e passaram a monopolizar o poder político e militar dentro de seus domínios, uma vez que era através deles e diretamente a seus cuidados que vinham todas as determinações e informações da corte. Eram incumbidos a fazer cumprir aquilo que lhes fosse previsto, como o único canal entre seus moradores, agregados e o reino.

Fizemos questão de citar esses nomes em específico, dentre os tantos outros que se dirigiram às terras de Floresta em seus tempos mais remotos, por serem o tronco genealógico dos personagens de nossa narrativa. Perceberemos ao longo deste estudo, como muitos dos sobrenomes se repetirão e se manterão ligados em relações parentais ao longo dos séculos seguintes ao analisar a chegada dos Pereira, sob o mesmo sistema de concessão de sesmaria na cidade de Flores, já na fronteira norte de Pernambuco, Cristiano Pereira avalia:

“A organização dessas condições, a partir da ocupação da terra no interior da colônia permitiu a esta organização familiar desenvolver um processo de territorialização, ou seja, de elaboração de uma referência espacial.” (SOARES, 2015, p. 14-15).

O autor ainda traz seguinte definição quanto a território:

“O território é entendido no seu sentido mais amplo, não somente como um espaço pertencente a um país, a uma unidade político administrativa, mas como um conceito de espaço de vivência dos atores sociais, que por meio de suas estratégias, influenciam na produção do espaço (SOARES, 2015, p.15).

Ou seja, o espaço antes previamente definido pelos limites das sesmarias, estavam a partir dessas relações humanas associados a determinados grupos e convergências de interesses dessas associações. Por isso, não raro, ainda ouvimos hoje certas referências à alguns clãs regionais, por exemplo: “*os Novaes de Floresta*”, “*os Feitosa dos Inhamuns*”, “*os Nogueira do Barro Vermelho*”, “*os Pereira de Serra Talhada*”.

Dentro das sociedades interioranas, vistas as condições nas quais se deram a povoação através um número reduzido de famílias, elos parentais estreitaram-se através dos matrimônios entre primos ou mesmo tios e sobrinhas, tornando essas áreas em redutos familiares.

Com a chegada das instituições governamentais ao interior dos estados, em todas as esferas públicas os representantes locais reproduziram as mesmas uniformidades existentes em sua região de origem. Dentro do município de Floresta, comumente havia um Carvalho presidindo a câmara municipal, outro na função de juiz de paz e um terceiro exercendo o

comando da guarda policial local. Ainda que não fosse propriamente um Carvalho, poderia ser um Gomes ou um Ferraz, muito provavelmente casado ou relacionado de forma parental com um Carvalho.

Compreendemos que nem sempre o elo familiar foi o suficiente para assegurar o espírito de grupo, já que os indivíduos têm suas posições particulares e elas muitas vezes divergem do interesse do grupo, levando inclusive a rupturas definitivas e disputas intermináveis. Mas essas características sociais estavam ali presentes.

Segundo Hobsbawn (2010,p.26-28) essa confluência de domínio político e militar por meio de um representante específico criou o que se entende como Estado territorial, um ambiente onde um representante passa ser a ferramenta de domínio sobre os demais súditos. À medida que a sociedade caminhou para sistemas mais democráticos de política, esse poder que foi arregimentado não se dilui facilmente, uma vez que os meios de controle das autoridades eram insuficientes e todos já estavam praticamente aos cuidados dos senhores de terras, os quais aparelharam os mecanismos de justiça, economia e segurança dentro de seus territórios, todos baseados em seus conceitos particulares, servindo a interesses próprios.

No Nordeste, teremos esse conceito Estado territorial, trazido por Hobsbawn, em diversas amostragens sociais, não é algo peculiar a nosso objeto de estudo. De fato, podemos encontrar inúmeros exemplos, inclusive com os personagens de nossos estudos, onde o comportamento é muito próximo ao explanado pelo historiador.

Ressalvamos apenas a importância das famílias dentro desse conceito do Estado territorial e a maneira como se negociava politicamente os interesses gerais, uma vez que a posição familiar era um dos elementos levados em conta na distribuição dos poderes locais, para que se tivesse uma rede cada vez maior de influências.

Ao tratarmos das relações políticas na velha república, é comum surgir de imediato a figura dos coronéis, título bastante difundido no sertão do Nordeste desde a regência. Com a república o termo coronel passa a ser a designação comum ao líder político de uma determinada região. A raiz da aplicação da terminologia se dá conforme a conceituação feita por Maria Tereza Garcia:

“Historicamente, o título de coronel era concedido a proprietários de grandes propriedades rurais que participavam da Guarda Nacional. Criada em 1831, a Guarda Nacional era inspirada na Guarda Burguesa, uma milícia civil francesa que, por meio de um grupo armado representando os proprietários da sociedade, patrulhava as ruas substituindo as forças tradicionais. Como na Guarda Burguesa, para pertencer à Guarda Nacional era necessário possuir recursos para adquirir tanto as armas como o uniforme. Durante o período da Regência (1831-1842), os postos militares foram postos à venda e os proprietários e latifundiários, bem como seus descendentes podiam adquirir títulos de tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel da Guarda Nacional. Dessa forma, o coronel passou a representar o poder perante a

população mais humilde que se tornou sua dependente. Durante o período do Império, os coronéis garantiam a ordem por meio de suas tropas particulares. Com a República, a Guarda Nacional foi extinta, no entanto, os coronéis mantiveram seu poder, não apenas em suas próprias terras, mas também nas áreas adjacentes e circunvizinhas” (GARCIA, 2005, p.5)

Como visto até aqui, o Estado territorial cria uma rede de clientelismo através de uma série de trocas informais de poder, a partir das quais os mais poderosos acabavam determinando com base nas suas preferências quem ocuparia os diversos postos dentro de sua pirâmide social, quem seriam as lideranças e intermediários entre suas ordens e a população no geral, em uma miscelânea de conceitos públicos e privados.

Segundo CARVALHO (1997, p.3), essa relação de troca constante de interesses entre o Estado e a liderança local é o que reconhecemos como coronelismo, o qual em seu reduto territorial estabelece suas relações clientelísticas.

Observaremos como se deu dentro da segurança pública essas negociações de poder, como elas obedeciam a mesma lógica e atendiam a pretensão de preservar uma moral intrínseca à região, a qual assegurava por consequência a existência desses territórios, que muito embora fossem o cabedal político das lideranças, eram o cerne familiar das sociedades sertanejas.

A nível de ilustração desse tipo de fato, temos a Lei estadual N° 310 de 18 de junho de 1898, a qual traz a previsão de como se daria a administração policial, dividindo-a entre um chefe de polícia, delegados, subdelegados e inspetores de quartirão. No entanto, o governador, na condição de autoridade superior à instituição policial, limitava-se a nomeação do chefe de polícia, que seria escolhido entre advogados e juristas com quatro anos de experiência forense ao menos. Para as demais funções, exceto quando tinha interesses particulares, deixava que outros líderes políticos fizessem a indicação conforme suas vontades.

Analisando os cargos de subdelegado e inspetor de quartirão, entenderemos a natureza de cada um e como eles tinham valores distintos dentro da sociedade. O primeiro seria o representante do poder judiciário, podendo, inclusive, prender e encaminhar o réu à autoridade competente; ao segundo era atribuído o serviço ostensivo de fiscalizar e intervir com os meios necessários para coibir a prática de crimes. Ambos eram trabalhos não remunerados, mas gozavam de níveis prestígio social distintos.

O subdelegado detinha certa exclusividade, tendo em vista a existência de apenas um por área. Normalmente esse cargo era atribuído a pessoas com maior destaque por sua valentia, mas também lealdade e capacidade de conciliação dentro dos núcleos de povoamento. Enquanto o fiscal de quartirão era comumente mais conhecido pela coragem em utilizar-se da força e de

mobilizar outros agregados em seu apoio, sendo função atribuída a um número maior de indivíduos para criar, dessa forma pequenos grupos de repressão ao crime.

Se não havia retorno financeiro direto por exercer nenhuma dessas atribuições, essas davam destaque social a quem lhes desempenhavam, e as pequenas particularidades que as distinguem são justamente o degrau que as separa dentro dessa precária pirâmide social. A exclusividade de uma função lhe dá maior relevância em seus feitos, trazendo consequentemente um convívio mais próximo com os líderes políticos, o que resultava em ganhos de favores e facilitações pelos serviços prestados. Numa estrutura de tão pouca mobilidade, apenas por meio dessas aproximações e serventias se podia acessar aos ciclos sociais mais altos, ainda que com significativas restrições.

Dentro do campo da segurança privada outras atribuições são dadas pelo coronel: jagunços, pistoleiros, capangas, de maneiras mais esporádicas os próprios vaqueiros deixariam a lida do gado para pegar em armas e ajudar a defender as instalações do patrão contra o invasor indesejado, tendo cada uma dessas funções suas especificidades (cf. Mello, 2011). Algumas delas pela sazonalidade do serviço prestado, como o caso dos pistoleiros que poderiam ser contratados com a intenção apenas de eliminar um determinado desafeto e, tão logo concluído o acordo, buscariam outros interessados em seus préstimos; outras por sua lida diária como os capangas, uma espécie de guarda-costas do senhor, garantidor da segurança contra os inimigos mais ousados e acessível a todo instante no uso da força para impor àqueles que tentassem afrontar as ordens senhoriais.

Se a violência era meio de vida sob a forma de tantos ofícios das armas, acaba sendo consequente que somado a um Estado fraco e corrompido, para não dizer sem alcance algum, ela se tornasse uma solução para as desavenças e desafetos. Diante disso, seu uso não se dava apenas como uma ruptura de um código legal ou a quebra de uma ordem social, mas também como uma defesa de um código moral vigente. Em muitos casos a violência foi praticada sem motivos claros, em outros ela foi evocada quase na condição de exigência para que se mantivesse uma condição de convivência dentro de determinados grupos.

Ana Claudia Marques, em *Intrigas e Questões*, lista uma série de motivos que poderiam ser o arrimo moral para o uso da violência:

“Comportamentos reprováveis concernentes a relações amorosas (namoradas desvirginadas, adultério, reprovação de namoro por parte da família de um dos membros do casal), a ofensa a um integrante da família (uma morte, agressão física ou moral), disputas em torno de algum animal (molestar, deixar que invada uma roça ou cause dano a outro animal), acerca de heranças (divisas e distribuição das terras entre os herdeiros), danos à propriedade ou a direitos alheios (roubo, deslocamento de divisas, recusa do pagamento combinado, desentendimento sobre preço ou qualidade do objeto da transação, circulação regular por uma propriedade privada ou fechamento

de vias públicas costumeiras), quebra de “etiqueta” exigida pela ocasião (recusa de dança, omissão de convite, xingamentos e uso de palavrões) são, todos eles, causas clássicas de disputas no sertão.” (MARQUES, 2003, p.58).

Embora pareçam muitos desses pontos citados motivos banais, eles integram um código de comportamento que tornava possível o convívio social e falam muito sobre o entendimento desse homem rural de como garantir a sua vida e de sua família sob um código de ética improvisado. Código esse seguido com rigor, sujeito à pena de pagar-se com o próprio sangue seus desvios, visto que, descumprido algum desses preceitos, o transgressor tinha ciência de que aquele que foi prejudicado ou ofendido evocaria o direito de defender sua honra ou seria compelido pelos demais integrantes de seu meio a buscar uma compensação contra o abuso que lhe foi praticado. Embora casos de menor dano pudessem ser apaziguados por mediadores, que negociavam os acordos de paz entre as partes, para os mais graves só a vingança acabava sendo a alternativa, fomentando, com isso, grandes conflitos, envolvendo, muitas vezes, famílias, amigos e agregados em longos períodos de pelejas.

Esse é o reflexo do controle da força que os coronéis detinham: uma sociedade habituada a ter nas armas a solução aos seus litígios, dada a falta de meios burocráticos legais para solucioná-los.

Era o princípio da disputa pelo domínio da força entre o Estado, que agora caminhava para o monopólio, e a sociedade, que até então tinha o respaldo do mesmo Estado. Esse respaldo veio primeiro nas formas da Guarda Nacional e Guarda Cívica, depois no recrutamento para os Batalhões Patrióticos (que analisaremos em outro momento), e na nomeação de subdelegados e inspetores de quarteirão, além do alistamento esporádico para a execução de determinadas missões, como reforço provisório para a tropa.

Os governos necessitavam das alianças com as lideranças locais e estas, por sua vez, estabeleciam suas próprias redes de influências, necessitando fazer o máximo de conexões em seus redutos e assegurando a preservação desses capitais políticos inclusive com o uso da violência.

Os limites dos recursos do erário colocariam o Estado na condição de necessitar fazer uma transição paulatina do controle da segurança pública. Se por um lado ele não poderia abrir mão do uso de paisanos para suprir a falta de mão-de-obra, por outro, ele estava sujeito as repercussões negativas da atuação desses mesmos civis. Dessa forma, analisemos o que entendemos como um dos casos mais emblemáticos nos primeiros anos do século XX, e em sequência veremos casos de menor repercussão.

Cassimiro Honório, homem que ficou reconhecido por seu histórico da vida em armas, viveu sempre nas ribeiras do Riacho do Navio, notório por participar de crimes, sempre acompanhados de pequenos grupos armados¹⁴. Na primeira década dos anos de 1900, Cassimiro teve a filha, Melania, raptada por José de Souza, uma vez que o relacionamento não tinha a aprovação do pai da noiva, só restando como opção o casamento à força, o qual selaria um pacto matrimonial entre os inimigos. Cassimiro não titubeou, recuperou a filha antes que o enlace fosse concluído e assumiu a partir daí uma grande questão com José de Souza. Confrontos armados e mortes marcaram o período. Não há documentos que atestem uma data de início dos fatos, entretanto, segundo as informações dentro da literatura do cangaço (Barros, 2018, p. 73-78; Ferraz, 2012, p. 103-110; Villela, 2004, p. 149) o conflito durou 1905 à 1914, aproximadamente.

Seria este apenas mais um dos inúmeros casos de intrigas e questões que desaguam na violência, mas, ele tem particularidades, nas quais devemos deter mais atenção: a) durante o episódio, Cassimiro ocupava o cargo de sub-delegado de uma das quatro regiões que compunham a comarca de Floresta; b) ele recebeu apoio do então inspetor de quartirão, Antônio Matilde - esse personagem voltará a ser citado em outro momento conforme nossos estudos avançarem – e de um microgrupo de base familiar conhecido por Rajados¹⁵, envolvido em outros episódios do cangaço; c) a batalha dos sete dias, quando Cassimiro e seus cúmplices sitiaram José de Souza e alguns familiares na Fazenda São Gonçalo, residência de José, restando ao atacado a única possibilidade de resistir.

Listadas essas particularidades, tiramos as seguintes conclusões. A vida pregressa, com significativo histórico criminal não era um impedimento para que um homem representasse as forças legais constituídas. Como o cargo de subdelegado um posto não remunerado e que a nomeação passava por um voto de confiança na capacidade bélica e de mediação do escolhido, tendo em vista que ele precisaria necessariamente intervir na comunidade de sua jurisdição, é possível que o fato de ser reconhecido como um líder de bando tenha pesado positivamente na nomeação de Cassimiro para ocupar o posto. Antônio Matilde, na condição de inspetor tomou parte no litígio em favor do subdelegado, não servindo em momento algum como um possível

¹⁴ Jorge Mattar Villela em *O Povo em Armas* fez um estudo buscando os arquivos de processos das comarcas de Flores, Serra Talhada e Triunfo, dos documentos que resistiram ao tempo, ele informa ter encontrado ao menos 9 processos tendo Cassimiro como réu. Devido às más condições desse acervo o autor não consegue analisar o resultado dos litígios; Villela (2004, p. 205-208).

¹⁵ Os microgrupos familiares, segundo Villela (2004), eram normalmente agrupamentos que tinha uma forte ligação genealógica, mas não apenas esta, ela poderia se dar por uma relação entre empregador e empregados, entre amigos, vizinhos e agregados, estava mais próxima pela identificação que as outras pessoas tivessem com o ofendido, além de ser necessário estar disposto a entrar em um conflito, o qual necessariamente repercutiria na perda de bens, pessoas e com o risco da própria vida.

contra-ponto para uma mediação do conflito. Afinal ele também era uma autoridade, ainda que de atuação mais restrita. O cerco a casa de Souza chama atenção por seu tempo de duração, sete dias:

“Antecipando-se a qualquer ação hostil, Antônio Pedro e Matilde haviam decidido formar uma união com Casimiro¹⁶ para destruir Souza (aliás, Honório, como vingança pelo “ultraje” sofrido com o roubo de Melânia, já assassinara um tio – Pedro – e um sobrinho de Souza). Esta associação de combatentes atuou nos anos de 1909 e 1910 e quase liquidou José de Souza no combate mais famoso da região, notabilizado por um aspecto incomum – a data em que ocorreu, em plena Semana Santa, o Combate dos Sete Dias.” (FERRAZ, 2012, p. 110).

Imaginar que uma briga entre dois grupos particulares poderia durar sete dias ininterruptos, faz entender a dimensão do arsenal bélico que algumas pessoas comuns dispunham, não exclusivamente apenas os homens de maiores recursos. A distribuição desse aparato de armamento era muito mais horizontalizada. Desta forma, bastava que um indivíduo, ou um grupo do qual fizesse parte, estivesse envolvido em desavenças e essas já tivessem alcançado o patamar da violência física.

Por fim, se sobressai o fato de nenhuma outra força policial foi acionada com o intuito de cessar a agressão mútua. A ausência de efetivo e a participação de um representante do Estado como uma das partes envolvidas talvez justifiquem parcialmente a falta de mobilização, uma vez que seria o próprio subdelegado, normalmente, o solicitante de apoio policial em casos de ocorrências de grande vulto.

O fato é que o cerco só foi rompido quando o major da Guarda Nacional, Antônio Valgueiro Barros, mobilizou homens armados de sua confiança para prestar ajuda ao vizinho, José de Souza, fazendo Cassimiro recuar de suas intenções.

Outro cangaceiro de grande fama que ocupou a função de subdelegado foi Né Dadu - o irmão mais velho de Sinhô Pereira - sua circunscrição era na região de São Francisco, em Vila Bela, Pernambuco. O afastamento de Né do cargo, contra sua vontade, foi mais um dos muitos capítulos de provocações entre os Pereira e os Carvalho (cf. Villela, 2004, p. 125).

Alguns subdelegados foram alvos de desconfiança e acusações, quando não reconhecidos por “*viver em cangaço*” antes de ocuparem o cargo, foram mencionados como auxiliares e coiteiros de cangaceiros. Na imprensa encontramos registros de denúncias da desconfiança por parte da população. Traremos dois recortes desse tipo de matéria para ilustrar o clima de insegurança que pairava sobre certas figuras. O primeiro é o do delegado de

¹⁶ O nome de Cassimiro também é encontrado na literatura com apenas um “s”, Casimiro. Não encontrei nenhum registro que pudesse assegurar qual a sua escrita correta, dessa forma, adotei a versão com “ss” por ser mais frequente.

Timbaúba que deixou sob o comando de um paisano, quatro militares, por não confiar no próprio subdelegado, autoridade que normalmente conduziria a tropa contra os cangaceiros:

“O delegado de Timbaúba, alferes Tito Salvador, entregou à disposição do sr. Manoel Francisco de Paula as quatro praças por não ter confiança alguma no actual subdelegado, que é íntimo do grupo de Antonio Silvino e o auxiliou no ultimo assalto.” (A Província¹⁷, 21 de janeiro de 1905, N-17, p.1).

A segunda denúncia vem da cidade de Taquaritinga do Norte, PE:

“Há poucos dias um subdelegado hospedou Antonio Silvino e mais uma dúzia de cangaceiros, deu-lhes cavalos, auxiliou-os nas extorsões de dinheiro e continua no cargo, prestando desses e de outros serviços á politica que infelizmente nos governa” (A Província, 18 de novembro de 1905 N-260, p.1).

Não dispomos de registros posteriores às denúncias que pudessem subsidiar quanto ao desdobramento das acusações. Não queremos, com isso, deixar subentendido que essa relação corrompida entre criminosos e os representantes do Estado era algo comum ou generalizado, visto que, embora tenhamos casos que nos dão margem a perceber o quanto era flexível a escolha de representantes legais, muitos outros tiveram uma carreira ilibada e foram sacrificados no estrito cumprimento de suas atribuições. Esse é o ponto relevante: se temos exemplos quem põem em contradição a conduta do agente da lei em relação a sociedade, o inverso também é frutífero em ocorrências.

O ato de ser denunciado às autoridades policiais não era algo aceitável para muitos que viviam praticando ilicitudes, não apenas por uma questão de querer fugir aos trâmites e punições legais, mas também como uma afronta moral, como se dentro de seu ciclo social ele não pudesse se sujeitar a autoridades institucionais que lhe fogem ao controle. Jorge Mattar Villela após segmentar os arquivos dos processos das comarcas de Trinfo, Vila Bela e Floresta chegou à seguinte conclusão em relação aos casos que envolviam ações policiais:

“Muitos dos processos, foi visto, eram de foragidos da Justiça e por isso tornaram-se inimigos dos parentes do perseguido. Em certos casos especiais, mataram-se policiais pelo simples fato de envergarem este título, mesmo sem serem inimigos diretos ou indiretos de aliados de presos ou mortos.” (VILELLA, 2004, p. 191)

“Prisão – cabe insistir ainda mais uma vez – a despeito da legalidade ou arbitrariedade policial, assim como o desarmamento, era desmoralização. Emitia signos para os que sabiam lê-los. Revelava fraqueza ao mesmo tempo que misturava as hierarquias sociais. Fazia perder o prestígio ao colocar um homem na mais baixa posição social: a dos que podiam ser presos, a dos que não podiam exercer o privilégio de portar

¹⁷ Todos os jornais e transcrições de discursos do ex-governadores, foram retirados do acervo digital da Hemeroteca Nacional, conforme: [Coleção Digital de Jornais e Revistas da Biblioteca Nacional \(bn.br\)](http://colegiao.digital.de.jornais.e.revistas.da.biblioteca.nacional.bn.br). Contudo, ressaltamos a importância do trabalho de Luiz Ruben Bonfim, o qual, vem publicando em diversos volumes o resultado de suas pesquisas, o autor transcreveu, em sua literalidade, todas as notícias encontradas em jornais a respeito do cangaço em ordem cronológica, nos inúmeros volumes produzidos não constam nenhum tipo de análise ou julgamento das matérias, apenas sua reprodução conforme a fonte.

armas, a dos que podiam ser esbofeteados. Diante de tanta desfeita seria preciso reagir à altura e rapidamente. Seria preciso armar a família contra os ofensores, fossem eles outra família, fossem eles autoridades policiais; sendo que muitas vezes essas palavras sobrepujam seus sentidos.” (VILLELA, 2004, p. 195)

Justamente sob esta ótica, a Força Pública foi alvo da ação de criminosos que se rebelaram contra sua atuação. Um caso emblemático ocorrera em setembro de 1909¹⁸, quando uma força volante fora atacada por um bando de cangaceiros e jagunços no sertão da Paraíba. Um ano antes, o então chefe de polícia de Pernambuco, Dr. Ulysses Costa, havia firmado acordo com o chefe de polícia da Paraíba, João Alves de Hollanda, autorizando o envio de tropas para perseguir Antonio Silvino, que estaria supostamente homiziado no sertão dos Inhamuns, Ceará, repetindo a estratégia bem-sucedida contra Silvino Ayres.

Saíram dos quartéis pernambucanos 24 praças, comandados pelo capitão Zacharias Neves. A marcha da tropa iniciou-se em Recife, seguiu em direção ao sertão do estado e adentrou na Paraíba, em Alagoa do Monteiro. Antes desse fato, o promotor e chefe político de Alagoa do Monteiro, Dr. Augusto Santa Cruz, entrou em contato com os chefes de polícia dos dois estados, solicitando que o capitão Zacharias não fosse autorizado a passar por aquela cidade, tendo em vista ter antiga inimizade com ele e não admitindo sua presença. Os estados não acharam a solicitação justificável e a tropa prosseguiu com suas diligências. O resultado podemos ler nos seguintes telegramas transcritos no Jornal do Recife de Recife de 14 de setembro de 1909 na mesma cidade:

“Alagoa de Baixo 12. – Dr. Chefe de polícia.
O capitão Zacharias Neves atacado Alagoa do Monteiro pela polícia local e cangaceiros do dr. Santa Cruz, pede o meu auxílio.
A força daqui é insuficiente. Como devo proceder?
Consta sete mortes.
O ataque deu-se hontem às quatro horas da tarde.” (Jornal de Recife, 14 de setembro de 1909, N-206, p.1)

“Alagoa de Baixo 12.
Dr. Chefe de policia – Chegando a Monteiro fui atacado por um grupo de cangaceiros às ordens do dr. Augusto Santa Cruz.
Resisti, havendo forte tiroteio, desde quatro horas da tarde as oito da noite.
Retirei-me para aqui onde aguardo ordens de v. exc. – Zacharias Neves” (Jornal de Recife, 14 de setembro de 1909, N-206, p.1)

A indiferença por parte de um homem público como o Dr. Santa Cruz¹⁹ contra o representante de uma outra instituição governamental é algo que salta aos olhos. Ajuda a ilustrar

¹⁸ Nesse ano Antonio Silvino já era o criminoso mais procurado do Nordeste, sua marcha de violência analisaremos no próximo tópico deste capítulo.

¹⁹ Para maiores detalhes a respeito de Santa Cruz e seu confronto com as forças policiais, consultar A Província, 18 de maio de 1911 ou Torres Filho (2014, p. 351-355).

como era possível não se levar em consideração a instituição policial, e além disso, uma questão particular era suficiente para sobrepujar a autoridade legal.

Sob esta ótica de ataques sofridos no cumprimento do dever temos outros casos. O Tenente Joaquim Frederico Soares, em 18 de janeiro de 1900 na cidade Floresta, Pernambuco, conduziu Ângelo do Umbuzeiro pela região de Riacho do Navio para ele guiar-lhe o caminho enquanto faziam diligências de criminosos. Teria a tropa durante essas buscas se excedido contra Ângelo e lhe agredido fisicamente antes de liberá-lo. Após praticamente um mês, em 17 de fevereiro de 1900, o Tenente Frederico e sua tropa foram emboscados no lugar denominado São Brás, na cidade de Floresta, e o oficial foi morto ao ser atingido por um tiro na fronte (VILLELA, 2004, p. 159).

Na mesma cidade, um indivíduo de nome Eleutério esfaqueou o soldado Manoel Idalino. Nesse caso, as motivações é que são surpreendentes, o acusado buscava pelo soldado de nome José Bezerra por tê-lo prendido e o conduzido à delegacia. Não encontrando o alvo, escolheu o primeiro que lhe apareceu, tendo como critério para o assassinato a vítima pertencer a mesma instituição (VILLELA, 2004, p. 166).

Essas ocorrências servem para percebermos o quanto a violência no sertão poderia estar cheia de signos e simbologias, talvez até desconhecidas ao militar enviado para atuar nessa região. Esse rigoroso código não via barreiras em instituições ou fardamentos, não distinguia a ação pública da privada, estariam todas sujeitas as mesmas consequências na proporção que o ofendido julgasse adequada, deixando claro o quanto tinha plenas condições de se defender e responder com rigor a seus desafiantes.

Poder mobilizar homens, demonstrava a relevância desse indivíduo dentro daquele núcleo social. No caso do Tenente Frederico, 20 indivíduos foram citados na Justiça, acusados de participarem de seu assassinato, ou seja, Ângelo do Umbuzeiro tinha quem tomasse partido em suas querelas, no dizer do sertanejo não era *“um cão sem dono”* que estava sujeito a ser agredido ou preso.

Entendemos que o público e o privado se tocavam não apenas no uso indevido da autoridade conferida para benefício particular, nem na forma da corrupção mais clara como o auxílio ou favorecimento de criminosos por parte daqueles que deveriam representar o interesse do Estado e o código legal vigente. Mas principalmente na forma como o interesse particular pressionava a instituição pública para que ela estivesse sujeita a seus códigos morais, estando em risco de vida aquele que tentasse inverter essa ordem.

Tratava-se, portanto, de um ambiente muito delicado para o agente da lei exercer suas prerrogativas. Se já vimos que havia a evidente carência de contingente e de recursos para a

manutenção de suas atribuições, só restavam como opções figurar passivamente na maior parte das demandas sociais, ou recorrer ao apoio de grupos de paisanos que pudessem ajudar a formar o contingente necessário para o serviço. Embora prevista na norma legal vigente, essa prática também acabava fomentando uma rede de clientelismo entre o Estado que estava sendo socorrido e aquele que lhe dava o amparo necessário.

A cessão da condição de autoridade legal aos que se dispunham a dar o apoio logístico e humano a força governamental tinha duas formas: a primeira seria uma contratação remunerada temporária e a segunda, mais recorrente, uma convocação baseada apenas nas relações interpessoais dos agentes do Estado e da população contra aqueles que infringiram a lei.

Por consequência, o Estado antecipava seu julgamento reprimindo uma das partes e aliando-se a outra. Não é oportuno apontarmos neste momento quando essas alianças tiveram resultados positivos ou desencadearam uma sucessão de equívocos. Ao longo dos próximos capítulos veremos o desenrolar dessas histórias; entretanto, vemos a situação embrionária em que a instituição se encontrava: tendo de escolher entre a omissão e a parcialidade. A parcialidade venceu, ao menos nos casos mais emblemáticos. Foi o necessário a ser feito para a sobrevivência de quem operava na condição de agente público.

Entendemos que deixar claro qual seria a relação dessas sociedades sertanejas com o aparato policial, assim como se dava geralmente sua compreensão de justiça, muitas vezes motivada não apenas por questões morais, mas também pelos próprios mecanismos de transferência de poder que lhe foram oferecidos historicamente pelos governos, nos fará compreender melhor o processo que se dará a partir da década de 20 do século XX, o qual é justamente nosso foco principal.

O cangaço não destoa dentro dessa orquestração entre o público e privado, na qual o povo tinha muitas possibilidades de serviços para dispor com as armas em punhos. Como vimos, o cangaceiro, o pistoleiro ou o jagunço poderiam, em outro momento, ser o subdelegado ou inspetor de quartelão, ou servir de cachimbo para Força Pública. Famílias que detinham títulos de nobreza ou da Guarda Nacional, poderiam também ter entre seus integrantes famosos bandoleiros.

Frederico Pernambucano de Mello, a partir da década de 1970, debruça-se sobre o trabalho de averiguar e colaborar com a análise historiográfica feita até então. Em 1983, o historiador publicou o livro *Rota Batida* (primeiro de sua autoria) no qual compila uma série de

artigos avulsos, dentre eles, “*A violência no ciclo do gado nordestino*”²⁰, que demarcamos como a primeira experiência de classificar o cangaceiro como mais uma das diversas formas com as quais o homem rural nordestino habilitou-se para viver em armas:

“Com este trabalho nos dispomos a analisar, ainda que de forma sucinta, as principais figuras responsáveis pela violência do ciclo do gado, caracterizando os tipos de agentes criminais que mais se destacaram.

Tentaremos promover aqui um breve desfile, que terá seu início com a figura romântica do valentão, prosseguindo com o cabra, o capanga, o pistoleiro, o jagunço e, finalmente, o cangaceiro” (MELLO, 1983, p. 38).

Sem entrar no mérito da descrição do que seriam cada um dos categorizados, o autor já traz à luz a ideia de que o cangaceiro não era uma exceção, e sim, mais umas das diversas classificações de criminosos que povoavam a zona sertaneja, especialmente destacados em decorrência de seus métodos menos contidos de praticar crimes, optando por trajes chamativos, a formação de grandes bandos e mesmo a divulgação de suas práticas ilícitas. Comportamento contraditório para alguém que vive por meios delituosos, uma vez que a discrição e a ocultação dos próprios atos são, tradicionalmente, uma ferramenta para a perpetuação da impunidade e melhor possibilidade para se manter na prática.

Em *Guerreiros do Sol* (1985), Frederico Pernambucano traz suas conclusões mais detalhadamente a respeito do fenômeno do cangaço, dando luz ao que viria a ser o entendimento hoje vigente da função do cangaceiro, a começar pela justificativa do uso da violência:

“A violência como elemento presente na caracterização do ciclo do gado nem sempre assume aspecto de desvalor. Frequentemente vamos encontrá-la legitimada pela concordância com os ditames da chamada moral sertaneja, chegando em muitos casos a merecer louvores entusiásticos na gesta própria do ciclo. É o que se passa, por exemplo, com a violência empregada na satisfação de um ideal de vingança, em que o gesto de desafronta é visto como um direito e até mesmo um dever do afrontado, de sua família e de amigos mais chegados” (MELLO, 2011, p. 63).

Se existia uma exaltação natural à violência dentro de determinado núcleo social, passa a fazer sentido que o cangaceiro fosse um constante ufanista de seus atos. Ao dar publicidade às suas práticas, ele se justificava moralmente, sempre antecidos por enredos de vinganças e perseguições sofridas.

Os Nazarenos estão inseridos nesse contexto, compartilhando de lógica semelhante, e é baseada nela que visitaremos o tema a partir do primeiro capítulo e perceberemos como os jovens, naturais de Nazaré do Pico acabaram participando, ainda que não intencionalmente, do

²⁰ Com a expressão ciclo do gado, o autor pretende se referir ao processo de interiorização da pecuária no século XVIII e consequentemente a sociedades formadas a partir desses primeiros desbravadores do empreendimento de afastar os bovinos das importantes lavouras de cana-de-açúcar na região do litoral e zona-da-mata.

fortalecimento da instituição e do aparato militar no sertão pernambucano e do processo de maior separação da influência privada sobre a segurança pública.

1.4 Atividade policial nas comarcas do sertão

Vimos até agora o quanto os acordos informais ditaram os rumos da política e os problemas causados pela falta de alcance das instituições permitiam os interesses pessoais sobressaírem ao ordenamento formal. Entretanto, a Força Pública já nas primeiras décadas da república tentou mudar essa condição.

Se não foi possível uma ruptura abrupta dos termos já estabelecidos, paulatinamente novos testes foram implementados para se tentar fazer o policiamento das regiões distantes da capital. O cangaço era um forte motivador para uma aceleração dessas mudanças e ininterruptamente forças volantes foram remetidas aos municípios mais distantes.

Para as Províncias uma Força Volante poderia ser definida como um grupamento policial que detinha a capacidade de deslocamento constante. Era de uso recorrente o termo volante para as tropas que tinham o caráter itinerante de apoio às zonas mais afastadas. Entendemos que a aplicação dessa palavra era reflexo da herança do exército que, conforme Cotta (2012, p. 173), contava em cada batalhão desde o século XVIII, com uma divisão volante composta por dois cirurgiões, quatro ajudantes e quatro serventes.

O fato da atividade policial necessitar de constante mobilidade tornou a terminologia comum dentro da caserna à todas as ações que exigiam deslocamentos, não apenas a um grupamento médico:

“A comarca da Boa-Vista ressentia-se dos máos efeitos da impunidade; os criminosos a percorriam sem o menor assombramento. Mandeí para alli um destacamento volante, cujo commandante foi nomeado também delegado, levando instruções para fazer o que tem feito os commandantes dos outros destacamentos volantes, a quem não posso deixar de render os mais merecidos elogios pela actividade prudencia e lealdade com que até agora teem cumprido com seus deveres” (JOSÉ BENTO DA CUNHA E FIGUEIREDO, Presidente da Província de Pernambuco, 1854)²¹

Naturalmente em Pernambuco uma vez que as tropas eram remetidas do Recife para atuar no interior, a mobilidade era algo implícito e inevitável. Por consequência a nomenclatura volante acabou sendo rapidamente vinculada aos destacamentos deslocados para perseguir cangaceiros em locais distantes. Assim, o uso se tornou tão comum, que não demorou para que o termo fosse relacionado, quase exclusivamente, aos grupamentos que tinham essa finalidade.

²¹A citação faz parte do Relatório que a Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou no dia da abertura da sessão ordinária de 1854. Reproduzo a versão transcrita por Bonfim (2005, p. 179).

Entretanto, antes que as forças volantes se estabelecessem como uma frente constante de enfrentamento aos cangaceiros, outras estratégias foram utilizadas. Em 15 de dezembro de 1906, o Capitão do exército João Carlos Fomel, comandou uma tropa formada por quatro oficiais e noventa praças saídos do 27º Batalhão de infantaria do exército, localizado no Recife, com destino à Paraíba; seguindo todos num primeiro momento em viagem de trem até o estado do norte e desbravando o sertão em marcha (TORRES FILHO, 2014, p. 237; A Província, 27 de novembro de 1906 e 15 de dezembro de 1906).

Foi a primeira vez que um contingente do exército esteve empregado contra cangaceiros. Entendemos que ocorrera, de certa forma, um esforço significativo por parte das autoridades, as quais manteriam as tropas policiais em sua atuação comum contra os bandoleiros, apenas com o reforço de quase 100 homens²². O resultado dessa operação analisaremos baseados nos relatos dos próprios integrantes da força federal e de outros correspondentes dos jornais da época:

“Umbuzeiro, 22 de Fevereiro de 1907.

Desde 9 do andante mês que marcho por terra e a pé, calçado de alpercata, pelos sertões da Paraíba, no encalço de Antônio Silvino e seu bando, tendo feito o que posso no sentido de ter um encontro com esse bandido.

Nada pude ainda fazer porque os protetores do sicário ao ter ciência da partida de uma força para qualquer ponto deste Estado, mandam avisá-lo imediatamente.

(...)

O povo do sertão da Paraíba nos nega até água pelos caminhos e rancho; nunca encontrei gente igual é uma miséria. Já andei até extraviado com a força em cima da Serra do Oiti e Surrão, bem como pela Serra da Catuama.

Não Conheço Silvino e não me dão guia que o conheça;

(...)

Do amigo e criado – Antônio Joaquim Ferreira, 2º tenente.”(JORNAL DO RECIFE, 06 de março de 1907, N-54, p.1)

“Os soldados da força federal, que atualmente se acham em perseguição de Antônio Silvino, estão quase todos doentes, impossibilitados de continuar na diligência.” (JORNAL DO RECIFE, 08 de março de 1907, N-55, p.2)

“Os soldados que regressaram daquele Estado acham-se todos estropeados, tendo alguns necessidades de baixar à enfermaria.” (JORNAL DO RECIFE, 15 de maio de 1907, N-108, p.3)

A retirada da tropa federal se deu em junho de 1908, conforme noticiou o Jornal do Recife de 03 de junho de 1908, sem ênfases ou exaltações ao fato. Era uma tentativa frustrada de combate à violência, Torres Filho (2014, p. 237-291) demonstra que com o maior guarnecimento do sertão paraibano, Silvino se viu na necessidade de se manter em constante

²² Para ilustrar a expressividade desse número, em 1906 o contingente total da polícia em Pernambuco era de 1.470 homens, sendo 1.434 praças e 36 oficiais.

deslocamento, circulando ao longo da atuação do exército pelos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e também na região do Moxotó, em Pernambuco, onde curiosamente teria sido rechaçado por outros cangaceiros, como Casimiro Honório e Ângelo do Umbuzeiro.

O fato é que seria improvável o exército brasileiro, não tendo especialização alguma em combates de guerrilha, como era a tradição na Guerra do Sol, pudesse vir a ter êxito em sua missão, uma vez que as finalidades e métodos de confronto eram muito distintos.

O saldo dentro desse processo de tentativas e erros por parte dos Estados ainda era positivo aos bandoleiros. Embora as perseguições aumentassem temporariamente, e lograssem vitórias pontuais, causando baixas esporádicas às hordas de criminosos, logo elas se recompunham e se adaptavam.

Contudo, entendemos que, a partir da campanha do exército, uma nova adequação foi realizada por parte da polícia pernambucana como método regular de repressão. A partir desse momento, a volante ganhou um corpo definitivo instalado no interior do estado, deixando de ser uma tropa de apoio para se tornar a principal força de enfrentamento ao crime longe da capital.

A Lei nº 916, de 2 de junho de 1908 fundava o 3º Batalhão de Infantaria Estadual, num primeiro momento aquartelado no Pátio do Paraíso, na cidade de Recife, onde no mesmo espaço se localizava o 2º Batalhão de Infantaria, com a intenção de redobrar as atenções para as regiões mais longínquas, o que nos parece ser um esforço a mais para melhor guarnecer essas localidades.

Após a inauguração, um contingente de aproximadamente 100 homens passou a ser enviado regularmente, sendo substituído a cada três meses para serem mantidos na condição de força volante, patrulhando pelo sertão. Nesse contexto, a área de atuação se iniciaria em Rio Branco, hoje Arcoverde, e compreenderia até os limites das fronteiras do Estado.

Em 30 de agosto de 1919 a sede do batalhão seria transferida para a cidade de Triunfo, (TORRES FILHO, 2011, p. 220) com a finalidade de facilitar o reabastecimentos e descanso da tropa.

Do ponto de vista militar, a escolha do município é um equívoco, embora essa cidade também tenha sido alvo por diversas vezes de ataques de cangaceiros, ela não é situada geograficamente de maneira que favorecesse a logística da tropa, entendemos como um avanço a instalação de uma base no sertão do Pajeú. Todavia, seria mais coerente estabelecê-lo em Vila Bela ou mesmo em Floresta, como inclusive foi feito posteriormente em 1928, regiões muito mais afetadas pelo banditismo rural.

Triunfo fica a aproximadamente 33 quilômetros de Vila Bela e a 105 quilômetros de Floresta, distâncias consideráveis quando se tem de fazer o deslocamento em marcha, ou no máximo a cavalo. Para ilustrar o quanto esse detalhe refletia na mobilidade da tropa, transcrevemos trecho de uma comunicação oficial da polícia:

“O Alferes Ibrahim partiu ontem, pela manhã de Triunfo e, tendo feito o percurso de 5 léguas, deve ter chegado ontem à noite ao seu destino.” (BOLETIM GERAL, N° 110, 14 de maio de 1915)

Um dia inteiro para percorrer a distância até Vila Bela foi o tempo previsto aos comandados do Alferes Ibrahim. Um acréscimo desnecessário na jornada difícil de deslocamento das tropas do Recife ao interior:

“A força pernoitará hoje em Rio Branco, última estação do ramal central, seguindo daí a pé amanhã para Vila Bela, onde deverá chegar dentro de seis dias.” (A PROVÍNCIA, 20 de novembro de 1921, N-300, p.3)

A decisão por essa sede provisória nos parece ser muito mais um reflexo ainda da sedição de Triunfo. O município se mostrou o de maior insurgência contra o Estado ao ter entre suas lideranças políticas linhas de pensamento mais conservadoras, apoiando primeiro os monarquistas ante o movimento da instauração da república; e também nas eleições de 1911, mais uma vez, o município se levantaria em favor de antigas correntes tradicionalistas da política de Pernambuco, apoiando o conselheiro Rosa Silva contra o general Emílio Dantas Barreto, o qual sairia vencedor e mais uma vez reacenderia a imagem de certa rebeldia e inquietude da pequena cidade interiorana.

São esses alguns elementos que justificam a decisão política em desfavor do aspecto militar para se estacionar uma tropa num lugar tão ermo. Como consequência, era constante a necessidade aos componentes do 3° Batalhão de deslocamento, mesmo com a facilidade de ter uma estrutura sede como base de apoio mais próxima que a capital.

Além da fundação do 3° Batalhão, outras decisões transformariam a Força Policial dentro do Estado, reorganizações de sua distribuição e estrutura, mudanças em sua nomenclatura e ampliação de sua atuação, passando a ser designada: Brigada Militar de Pernambuco (Lei n° 473, de 28 de junho de 1900); Regimento Policial do Estado de Pernambuco (Lei n° 918, de 2 de junho de 1908); Força Pública do Estado de Pernambuco (Lei n° 1165 de 17 de abril de 1913). Não temos dados das estruturas policiais dos demais estados afetados pela atuação do cangaceiro, porém, podemos fazer um comparativo dentro da própria

instituição de 1898 à 1914, período de atuação de Antônio Silvino²³; o efetivo policial passou de 1.294 homens para 2.192, entre praças e oficiais²⁴.

Não podemos estabelecer o crescimento do aparato policial exclusivamente a atuação dos cangaceiros, mas certamente ela ajudou a pressionar as lideranças políticas. Os problemas com a criminalidade causados por Silvino foram uma constante ao longo do mandato de cinco governadores²⁵ de Pernambuco. A presença do bandoleiro era sempre um saldo negativo deixado em herança ao novo gestor. Podemos sentir o peso do desconforto causado pelo cangaceiro no discurso dos governadores, que ao analisarem a situação da segurança pública, mesmo nos momentos de maior exaltação de sucessos obtidos, tinham de guardar as devidas ressalvas ao caso Silvino:

“Tenho a satisfação de assegurar-vos que a ordem pública não foi perturbada em todo território do Estado.

As autoridades incumbidas da vigilância e repressão policial mantêm-se em constante actividade dentro da esphera de acção que a lei lhes traçou.

Infelizmente, porém, não é bastante animadora a estatística dos crimes commettidos contra a segurança individual e de propriedade.

Grupos de criminosos mais ou menos crescentes, capitaneados pelo celebre faccinora Antonio Silvino, continuam a plantar o terror nas localidades que escolhem para theatro de suas deploráveis façanhas” (SIGISMUNDO ANTÔNIO GONÇALVES, Governador, 06 de março de 1906).

“A ordem pública não tem sido perturbada no Estado por acontecimento de gravidade, que motivassem o emprego de medidas excepcionaes.

(...)

Entretanto, força é convir que a segurança publica precisa ser aparelhada de meios mais amplos de acção.

O banditismo exercido por Antonio Silvino, Antonio Felix e outros imitadores desses scelerados tem sido perseguido constantemente” (HERCULANO BANDEIRA DE MELLO, 06 de março de 1909).

Os políticos teriam também de lidar com a constante pressão da opinião pública dos jornais, principalmente daqueles que tivessem posições ideológicas contrárias, fazendo do cangaço o terreno perfeito para castigar os governantes. Não podemos, entretanto, afirmar que

²³ Cangaceiro natural de Afogados da Ingazeira, Pernambuco. Sendo um dos mais longevos na vida de crimes, atuando de 1897 à 1914 entre os estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Antes de Lampião, foi o certamente o cangaceiro de maior reconhecimento, tendo muitos episódios de sua vida descritos tanto por estudiosos do tema, quanto por autores da cultura popular, como é o caso dos poetas cordelistas, o que lhe assegurou ainda em vida vários epítetos como: “*Rifle de ouro ou Governador do Sertão*” (BANDEIRA, 2015, p. 52-53)

²⁴ Lei Estadual nº 380, de 20 de junho de 1899 e Boletim Geral da Força, Serviço de 01/06/1914: Lei nº 1.218, de 21/05/1914.

²⁵ Não levei em consideração os políticos que exerceram mandato interino ao longo do período, dessa forma me refiro apenas aos governos de Joaquim Correia de Araújo (1896-1899), Antônio Gonçalves Ferreira (1900-1904), Sigismundo Antônio Gonçalves (1904-1908), Herculano Bandeira de Melo (1908-1911) e Emigdio Dantas Barreto (1911-1915).

era apenas uma campanha difamatória contra os homens públicos. As ações criminosas de fato eram um problema sem solução, nada mais natural que a cobrança por resultados passasse a ser crescente, uma vez que a prorrogação da liberdade dos cangaceiros acarretava crimes contra a vida e o patrimônio da sociedade como um todo:

“Não é com destacamento estacionado num ponto nem com officiaes na dependencia de mandões politicos que s.s. alcançará Antonio Silvino, protegido pela covardia de uns e pela infâmia de outros.” (A PROVÍNCIA, 19 de setembro de 1903, N-210, p.1)

“Antonio Silvino e a sua quadrilha entraram em Pernambuco e talvez em Pernambuco ainda se achem.

Quebrou-se o encanto do dr. chefe de polícia...” (A PROVÍNCIA, 08 de junho de 1910, N-138, p.1)

Os 16 anos de atuação de Silvino foram um campo aberto para mudanças estruturais na polícia pernambucana e também na política de enfrentamento ao banditismo rural. Muitos testes e modificações foram de certa forma impostos ao Estado no desejo de libertar a região do flagelo dos criminosos. Vejamos, então, algumas destas propostas.

Se no jornal A Província de 19 de setembro de 1903, citado anteriormente, há uma reclamação quanto à dificuldade de se ter tropas estacionadas em pontos específicos, o que tornava o tempo de resposta à ação dos bandidos sempre ineficaz. No ano de 1906 um contingente do Exército Brasileiro foi designado com a intenção de ser uma tropa exclusivamente volante e com a missão única de perseguir e capturar Silvino.

Ciclos de negociações a respeito da seguridade pública passam a ser constantes entre os chefes das polícias dos estados do Nordeste a partir do ano de 1910. O primeiro encontro teve Ulysses Costa, Chefe de Polícia, como representante do Estado de Pernambuco, recebido pelas principais autoridades da Paraíba, conforme consta no jornal A Província de 01 de julho de 1910:

“Lemos na União da Parahyba, edição de 28 de junho findo hontem: ‘Está entre nós o sr. dr. Ulysses Costa, operoso chefe de policia do estado de Pernambuco. O Ilustre patricio veio no trem do horario do Recife sendo recebido na estação do Espirito Santo, pelo dr. chefe de policia da Parayba, pelo secretario do governo, coronel Ignacio Evaristo e prefeito da capital dr. Octacilio de Albuquerque, e na estação da capital, pelo major Milanez, representando o sr. presidente do estado, drs. Pedro Pedrosa e João Franca, acadêmico Jorge Machado, major Honorio Machado e outros.’” (A PROVÍNCIA, 01 de julho de 1910, N-158, p.1)

Outra tentativa de unir esforços aconteceria em 25 de novembro de 1912, dessa vez seria a vez de Pernambuco sediar o encontro. O então chefe de polícia Dr. Francisco Porfírio receberia os srs. Frota Pessoa, Rodrigues de Carvalho e Henrique Castriciano, representando os estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, respectivamente. Acordos foram estabelecidos, autorizando liberdade de circulação das forças policiais entre as fronteiras.

Tratava-se do início das ações conjuntas para ampliar o poder policial dos Estados, uma vez que o nomadismo dos bandos lhes conferia o benefício de escolher entre os estados qual naquele momento lhe parecia mais seguro por motivos diversos, como deficiências econômicas e de pessoal, além da própria fronteira que servia de entrave jurídico à atividade de policiamento fora dos limites do seu estado de origem.

É preciso considerar que as polícias estaduais não tinham a mesma capacidade de resposta ao crime e cada unidade da federação tinha suas particularidades em termos de desenvolvimento das próprias instituições, uma vez unidas, tornava-se possível uma certa equiparação e uniformidade de forças.

O reflexo dessas insistentes tentativas de enfrentamento fez os últimos anos de atuação de Silvino serem marcados por visitas menos frequentes ao agreste e sertão pernambucano, principalmente por sua migração para a região do Seridó potiguar, onde encontrava menos perseguições e podia ficar arranchado por longos períodos sem maiores incômodos. Porém, o destino traria o cangaceiro à sua terra natal, para que lá seu capítulo no banditismo rural fosse encerrado.

Embora alguns nomes de militares já ganhassem fama, graças aos esforços em combater o cangaceirismo, como era o caso de João Nunes, Francisco Flávio Ibrahim de Lyra, José Caetano de Mello, Solon de Oliveira Jardim. Em 27 de novembro de 1914, o jovem alferes Theophanes Ferraz Torres²⁶, estaria então ocupando a função de delegado na cidade de Taquaritinga do Norte, Pernambuco, quando lhe chegou a informação de que o cangaceiro mais procurado naquele momento estaria escondido em um serrote próximo à cidade.

Uma volante foi composta às pressas e deslocou-se até o onde estaria Silvino. Ao chegar ao local apontado como o coito, encontrou Joaquim Pedro, um pequeno sitiante e sua família. O patriarca tentou resistir o que pode, ante o interrogatório policial, certamente temendo por represálias posteriores dos cangaceiros. No entanto, dois de seus filhos regressaram nesse momento da caatinga com a louça suja e restos da refeição que acabara de servir aos bandoleiros. Era a informação que o alferes necessitava para romper qualquer tentativa de

²⁶ Theophanes era natural de Floresta, nascido em 27 de dezembro de 1894. Filho de Antônio Miguel Torres e Fernandina Gomes de Souza Ferraz, o pai era um importante político da região do Moxotó, chegado a ser prefeito de Floresta. Theophanes alistou-se em 15 de janeiro de 1912, no então Regimento Policial do Estado de Pernambuco, na data da captura de Silvino ele já havia galgado quatro graduações e um posto, saindo de soldado a alferes em menos de dois anos de caserna. Não encontramos evidências que explicassem a ascensão meteórica do militar dentro da instituição, contudo, devemos ressaltar que há vasta quantidade de registros de fontes primárias e bibliográficas do seu valor profissional, para maiores detalhes da vida do militar sugerimos a leitura de Torres Filho (2002, V.1 e 2; 2004; 2014).

esconder os criminosos por parte dos coiteiros, agora só restaria entregar a posição de Silvino, ou estariam pondo em risco a própria vida.

A tropa seguiu então até poder avistar em baixo de um grande juazeiro Antônio e seu bando jogando baralho, confortavelmente distraídos:

“O comandante avançou mais uns vinte metros, arrastando-se todos de peito no chão, dilacerando a pele nos espinhos. Tomou posição e rompeu fogo, atirando de pontaria, enquanto o fazendeiro e o filho escondiam-se por trás de uns tocos de madeira. Em fração de segundos os cangaceiros soltaram as cartas do baralho e revidaram o ataque, com uma precisão impressionante. Passados os primeiros minutos, o comandante percebeu que os cangaceiros haviam desaparecido caatinga adentro.” (TORRES FILHO, 2014, p.426)

Desse rápido confronto, Silvino sairia gravemente ferido, um disparo lhe acertou o tórax, o Rifle de Ouro fugiu, mas logo suas energias esmoreceram juntamente com o sangramento que não parava. Ele ainda se deslocou até a residência do Sr. Manoel Mendes, a quem pediu ajuda e também que solicitasse a vinda da força volante, pois agora pretendia entregar-se, assim foi atendido em 28 de novembro de 1914.

Rapidamente os noticiários mudaram o foco de suas redações, e passaram a celebrar o grande feito da Força Pública de Pernambuco:

“Ninguém contesta que a captura do bandido Antônio Silvino importa na maior garantia de segurança às nossas classes laboriosas, do comércio, da indústria e da lavoura, todas danificadas há quase vinte anos pela atividade criminosa do terrível cangaceiro, trazido ao cárcere pela zelosa e intrépida polícia pernambucana” (A UNIÃO, 02 de dezembro de 1914, p.1).

“A chegada a esta cidade do célebre bandido Manoel Baptista de Moraes – o famoso Antônio Silvino - que por tantos anos vivera fora da lei, infelicitando as populações sertanejas de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, foi incontestavelmente a mais sensacional de ontem, o tema preferido de todas as palestras, provocando no seio do povo um grande movimento de curiosidade, apesar da inesperada pela antecipação com que se realizou” (A PROVÍNCIA, 02 de dezembro de 1914, N-331, p.4).²⁷

O fato também foi exaltado na imprensa da capital da República:

“A polícia Pernambucana prendeu o maior bandido do norte” (A ÉPOCA, 29 de novembro de 1914, p.1).

“Como foi capturado o Musolino do Nordeste Brasileiro. A prisão de Antonio Silvino, o bandoleiro legendário” (O IMPARCIAL, 29 de dezembro de 1914, p.2).

²⁷ As notícias a respeito da captura e toda a ação policial foram divulgadas amplamente pela imprensa local. Vide, A Província, Jornal do Recife, Diário de Pernambuco, em suas edições de 28 de novembro à 30 de dezembro de 1914, todas as edições trazem matérias com fatos novos ou ao menos elogios públicos ao feito.

O momento de grande reconhecimento alcançado pela captura de Silvino impactava positivamente a imagem do Estado. As vítimas e os desafetos de Silvino tinham uma resposta a seus apelos por justiça e por um curto espaço de tempo, os jornais trariam uma exaltação ao trabalho policial no interior da província, permitindo ao governador desfrutar do prestígio de ter solucionado um problema contínuo da região.

Contudo, não demoraria para que os noticiários fossem logo tomados por uma nova narrativa sobre cangaceiros, agora no sertão do Pajeú. As famílias Pereira e Carvalho²⁸ estavam justamente no auge de suas divergências, e cada uma das partes envolvidas detinha seu próprio bando, num confronto de ordem particular. De tal forma registramos que em 1919 uma força volante composta por 52 homens entrou em confronto com o grupo de Sinhô Pereira e Luiz Padre, na vila de São Francisco, resultando na morte de nove praças e no ferimento de outros seis.

A ascensão de Sinhô Pereira só era algo novo se acompanharmos o cangaço pelas narrativas dos periódicos ou se analisarmos os movimentos da Força Pública em repressão aos bandos, sendo praticamente necessário o surgimento de um nome que sintetizasse todo o fenômeno e extrapolasse as fronteiras das cidades interioranas para repercutir nas capitais. Desprendendo maior energia para se perseguir, reprimir e evitar o desgaste que os problemas de segurança trazem a um governante.

O cangaço estava presente em muitas das cidades do sertão, não apenas como um meio de vida delituoso, mas como ferramenta para se fazer justiça e resolver litígios dentro de uma moral local. Os envolvidos que alcançaram a fama são apenas um fragmento dentro da multidão inumerável de personagens anônimos.

Entendemos que o cangaço foi uma consequência do processo de interiorização do poder de polícia, como vimos, transferido aos primeiros colonizadores. Com o advento da República tivemos o grande embate para a retomada do monopólio do policiamento exclusivamente pelo Estado.

As consequências dessas mudanças foram drásticas para a população sertaneja, muitas vezes sofrendo pressões e abusos vindos dos cangaceiros e dos volantes que transforam toda a região em um palco de guerra repleto de vítimas.

Nos deteremos agora a conhecer um pouco mais sobre a vila de Nazaré do Pico, a qual se mantém quase intocada desde sua fundação, possibilitando o fácil reconhecimento das

²⁸ O confronto entre as famílias Pereira e Carvalho no sertão do Pajeú era algo secular, contudo, a mudança do eixo político ao longo das diversas campanhas eleitorais e o levante de novos núcleos de poder dentro desse cenário, acirraram as ondas de confrontos armados, reflexo direto da disputa por votos. (SOARES, 2015)

paisagens descritas nas inúmeras narrativas que a envolvem. Essa conservação se dá muitas vezes pelo orgulho existente nos herdeiros que fazem questão de exhibir as inúmeras marcas deixadas pelo cangaço na história do lugar, numa demonstração de identidade com o próprio passado.

2. ALISTAMENTOS E IDENTIDADE

2.1 Nazaré do Pico, seu surgimento e seu povo

Se olharmos do ponto de vista geográfico, Nazaré está localizada em meio a uma rota comercial entre o sertão do Pajeú, zona mais ao norte de Pernambuco, e o sertão do Moxotó, região sul. No ponto central da estrada interligando Serra Talhada à Floresta, divisa das antigas Fazenda da Ema e Algodões, a qual cedeu parte de seu território para a criação de uma feira e deu o primeiro nome ao povoamento, homônimo à fazenda.

A feira se estabeleceu a partir de 12 de agosto de 1917 (LIRA, 2013, p. 8) e rapidamente ganhou frequentadores da região, não apenas com o intuito de negociar os produtos nela vendidos, mas também na busca por socialização entre os moradores locais. Com fortalecimento do comércio e a circulação de pessoas, antigos vizinhos da fazenda Algodões passaram a residir nos arredores do novo ponto de negociação.

O lugar foi alçado oficialmente a condição de povoado em 09 de março de 1918 e recebeu a denominação de Nazaré em 29 de outubro de 1918²⁹ (LIRA, 2013, p. 13; GOMINHO, 2019, p. 273-274).

Dentro de Nazaré três nomes são tidos como as lideranças locais, responsáveis por todo o processo de criação da vila: Gregório Nogueira do Nascimento, Antônio Gomes Jurubeba e João de Souza Nogueira³⁰, mais conhecido como João Flor. A partir desses homens e seus familiares veremos os esforços conjuntos para a estruturação do local: desde a construção em mutirão da pequena Igreja; a ocupação dos cargos de subdelegado e inspetor de quarteirão; e a proibição do ingresso de pessoas armadas no povoado, o que compreendemos como uma tentativa de manterem-se distantes das desavenças e crimes que fervilhavam na região³¹.

²⁹ 12 de agosto é tido pelos moradores locais como a data de fundação da povoação, sendo inclusive feitas muitas celebrações anualmente, ignorando as datas oficiais de reconhecimento das estâncias municipais. Essa é mais uma das peculiaridades do distrito, o qual tem sua própria bandeira, hino e ainda hoje os nascidos no local se identificam como nazarenos, em detrimento de se reconhecerem como florestanos.

³⁰ Os três patriarcas da povoação tinham muitos filhos, os quais casaram-se entre si estreitando as relações familiares. Para compreender melhor as ramificações dessa árvore genealógica, recomendamos TORRES (2009), sendo a autora natural de Nazaré, publicou seu trabalho com a intenção de esclarecer a formação dessas famílias e o quanto elas estavam próximas desde sua origem, através de muitos casamentos consanguíneos.

³¹ O sertão pernambucano foi berço de muitos cangaceiros famosos, além do próprio Lampião, Casimiro Honório, Antônio Silvino, Cindário das Piranhas, Sinhô Pereira, Luís Padre. Todos envolvidos nos contextos das disputas políticas e territoriais da sociedade sertaneja. Muitas vezes não sendo as partes interessadas na querela, mas sempre a ferramenta amplamente utilizada.

A localização geográfica coloca Nazaré entre o Barro Vermelho e o Poço do Negro³², em ambos os lugares haviam integrantes das famílias Ferreira, por tais motivos, Virgulino e os irmãos sempre estiveram presentes na região, dividindo uma infância muito semelhante aos meninos nazarenos, ocupados entre os afazeres da vida rural³³, as brincadeiras e uma educação formal básica concedida pelo professor Domingos Soriano.

Como vimos anteriormente, o processo de colonização do sertão tornou evidente a importância do espaço territorial como o reduto de determinadas famílias, podemos dizer, que a várzea do Riacho da Ema fazia parte do território da família Ferreira, assim como ocorria às famílias nazarenas: Sá, Gomes, Lira, Jurubeba, Carvalho, Nogueira, Leite, Ferraz.

Esse pertencimento estava ligado em alguns casos a posse, de fato, de extensões de terra, muitas vezes ainda frutos de heranças dos antigos sesmeiros. Mas, para além da propriedade material do patrimônio, estavam depositados nesse lugar raízes sociais e afetivas, convertidas em capital político e econômico, essenciais para a existência dessas comunidades.

Quando em 1916 os filhos de José Ferreira trocavam acusações, ofensas e agressões com José Alves de Barros, o Zé Saturnino ou Saturnino das Pedreiras³⁴, motivados por razões que nunca se esclareceram de maneira imperativa (JASMIN, 2006, p.55-60; MELLO, 2018, p.70-83). Diverge-se bastante se o sumiço de um chocalho ou o furto de alguma rés tenha sido a fagulha inicial, mas ambos construíram suas próprias narrativas e nelas se entrincheiraram, fundamentadas ambas as partes em razões condizentes com os escudos éticos³⁵ da sociedade sertaneja.

O crescimento da violência mútua entre os irmãos Virgulino, Levino e Antônio Ferreira e o Zé Saturnino, vizinhos de longa data na região da Serra Vermelha e amigos de infância. Os insultos e provocações foram dando maior dimensão à questão, que culminou em trocas de tiros, Antônio Ferreira saiu ferido em umas desses conflitos, e as emboscadas continuavam.

³² Ambos os povoados estão nos limites das fronteiras municipais, o Barro Vermelho pertence à Serra Talhada, enquanto o Poço do Negro está localizado em Floresta.

³³ A nível de comparação, Manoel Neto, nasceu em 01/11/1901, enquanto Virgulino nasceu em 04/06/1898. O volante, antes da vida militar costumava negociar bodes pelas feiras, inclusive teria sido em uma dessas viagens à Rio Branco (hoje Arcoverde), que teria decidido seguir em viagem ao Recife para seu alistamento. Virgulino e os irmãos, antes do cangaço trabalhavam auxiliando o pai na vida de almocrevia, transportavam mercadorias diversas pelo sertão, no lombo de tropas de equinos.

³⁴ O nome Saturnino faz alusão ao pai de José Alves, Saturnino Alves de Barros; enquanto o Pedreiras, faz referência a fazenda de nome Pedreira, pertencente ao pai de José Alves.

³⁵ O conceito de escudo ético dentro do banditismo rural sertanejo é algo apresentado na obra de Frederico Pernambucano de Mello como referência para analisarmos a construção da imagem pública do cangaceiro. Em seus estudos, o autor trata da importância desse discurso aos bandoleiros (Mello, 2011, p.115-151), o qual seria tanto uma justificativa para a existência daquela condição, como a razão para explicar a própria vocação ao cangaço. A afronta ou injustiça sofrida seria a motivação para assumir aquela vida de infortúnios, era o discurso necessário para buscar a simpatia dentro da moral sertaneja. Essa artimanha oratória servia como um validador à função social do bandoleiro, sendo replicada não apenas por ele, mas pela população em geral.

Primeiro, tentou-se as vias legais para uma solução, conforme processo movido por Antônio Ferreira contra Zé Saturnino na comarca de Vila Bela, sob a acusação de tentativa de homicídio, o processo resultou na absolvição do réu³⁶. Coube a José Ferreira, patriarca, em 1917 vender a fazenda Passagem das Pedras e mudar-se com toda a família, na tentativa de esfriar os ânimos.

As tentativas de solução aos litígios colocavam os envolvidos em uma situação dúbia, na busca por mediadores que equilibrassem as negociações. No intuito de tornar a disputa mais justa, diversos eram os meios possíveis para essa equiparação, embora muitos desses caminhos perpassassem por vias de mais violência, conforme nos esclarece Villela:

“confinados ao domínio do parentesco e das alianças, eram eficazes, mas limitados. Fortaleciam-se com a vitamina das instituições estatais que conduziam à clandestinidade os praticantes de atos violentos, transformando-os em fugitivos da Justiça que logo procuravam as asas de outros grupos, de outros chefes, mediadores entre a clandestinidade e a legalidade. Perfurar a fronteira entre a lei e crime, gerenciar os “ilegalismos”, parece ter sido a tarefa das formas de dominação que zelosamente guardaram os impulsos do povo em armas ou deram a ele determinadas direções e sentidos” (VILELLA, 2004, p. 72)

Dentro do episódio dos Ferreiras, temos uma ótima ilustração dessa diversidade de alternativas ao problema da disputa familiar: a busca por vias judiciais; o abandono da própria residência; e, por fim, a negociação através de um mediador entre as partes, foram os passos seguidos por José Ferreira, para um cessar fogo entre seus filhos e Zé Saturnino. Justamente essa mediação, da qual ainda não tratamos, pôs Nazaré na rota de um conflito que não lhe era interessante em nada.

A decisão de vender o sítio Passagem das Pedras levou os Ferreiras a mudarem-se para a região do Poço do Negro, onde outros parentes residiam, local inclusive mais próximo à Nazaré. Como mediador surge a figura do major da Guarda Nacional Cornélio Aurélio Soares Lima (MELLO, 2018, p.75), o qual estabeleceu um acordo tácito de que Saturnino não circularia pela região de Nazaré e os Ferreira abandonariam as paragens da Serra Vermelha.

João Flor e Gomes Jurubeba, já na condição de autoridades policiais do local, acataram a decisão e exigiram apenas que os novos moradores não persistissem em andar armados por dentro da vila. Como vimos anteriormente, havia o desejo de manter o local distante de problemas com a violência e atrativo ao comércio. Entretanto, não tardou para mudanças nos planos do povoado.

³⁶ Foi instaurado o processo por tentativa de homicídio contra José Alves de Barros, o Zé Saturnino, e José Moreno dos Santos, o José Caboclo, o qual tomara parte no tiroteio em favor de Saturnino. Após ser instaurado o inquérito e ouvida a vítima, réu e testemunhas, foi José Alves de Barros absolvido das acusações. As folhas do processo foram digitalizadas e seu texto reproduzido integral em SÁ NETO e col. (2015, p.242-245).

João Gomes de Lira, em seu livro de memórias, relembra da seguinte forma os motivos para que, mais uma vez, os ânimos se exaltassem:

“Foi tentada mais uma vez a via do diálogo para os irmãos Ferreira e Zé Saturnino. Ficou acordado que os Ferreira não voltariam a região da Serra Vermelha e por sua vez Zé Saturnino e os Nogueira não viriam à Nazaré. Rapidamente o pacto seria quebrado:

“Um dia foi José Saturnino avisado que os Ferreira estavam quebrando o acordo, com ida oculta à casa da tia Joaquina Ferreira, na Serra Vermelha.

(...)

Com a quebra do acordo, José Saturnino, por ter vendido um animal ao Sr. Agripe de Manoela, residente em Nazaré, achou bem ir a Nazaré, receber o citado dinheiro.”” (LIRA, vol.1 2013, p.33)

Frederico Pernambucano de Mello, no ano de 1970, entrevistou José Saturnino em sua residência, a Fazenda Maniçoba, localizada no mesmo local onde há mais de 50 anos se deram as primeiras questões com os Ferreira. O já idoso Saturnino, descreveria da seguinte forma os motivos para mais uma ruptura:

“ ‘Antes da cobrança a Agripe, eles [os irmãos Ferreira] não passavam aqui na estrada muitas vezes, para visitar Joaquina [Joanna Maria da Soledade], tia deles?’. Mais adiante na conversa, solicitado a opinar sobre o valor do acordo, logo se vê devolvido à sinceridade contundente de seu relato e proclama com irritação: ‘Acordo feito por gente que não tem força e quer se meter...’” (MELLO, 2018, p.77).

O autor também cita mais uma passagem que daria o final definitivo a qualquer tentativa de acalmar os ânimos:

“Frustrando aconselhamentos de prudência partidos de autoridades políticas e religiosas de Vila Bella, um irmão do sogro de Zé Saturnino reproduz a quebra do acordo quase nos mesmos moldes da violação anterior, passados poucos meses. José Barbosa Nogueira deixa sua fazenda Lemos e vai a Nazaré cobrar dívida de animais. Para resumir, no regresso, é alvejado pelos Ferreira e reage.” (MELLO, 2018, p.77)

Dias após esse fato ocorreu um novo tiroteio, no qual Levino é ferido no braço, sendo detido em Nazaré e encaminhado à prisão em Floresta. O episódio revelou a fúria de Virgulino contra os patriarcas do povoado que o acolheram e a sua família em sua primeira mudança:

“Virgulino vinha exaltado como uma fera, chamando os nazarenos de chaleira dos Nogueiras, e que vieram de propósito, em socorro de José Nogueira, João Flor como mais velho, respondeu que não era chaleira, nem coiteiro dos Nogueiras, que estava Virgulino enganado. Este respondeu que quem estava enganado era João Flor, que era mesmo coiteiro e chaleira dos Nogueira. João Flor disse que Virgulino visse que era ele um homem velho, que não era de mentira, e Virgulino era seu afilhado do São João. Respondeu bem ligeiro que ‘não tinha nada com sabão, queria era a roupa lavada’. O resultado ali naquele dia era padrinho atirar em afilhado e afilhado atirar em padrinho” (LIRA, 2013, vol. 1, p. 38).

Coube novamente a José Ferreira intervir para manter seu núcleo familiar. Aceitou a proposta de mudar-se mais uma vez, levou sua família para a região da Baixa Verde, em Triunfo, já próximo da divisa de Pernambuco com a Paraíba, em troca, Levino foi liberado. Já transcorria o ano de 1919 quando se deram esses episódios. Veremos que esses episódios ficaram marcados, para Virgulino, como um alinhamento entre Saturnino e os Nazarenos. Os anos de 1920 e 1921 foram muito atribulados aos Ferreira.

Tentando retomar a vida de almocrevia³⁷, e percebendo que em Pernambuco as provocações e os confrontos não cessariam, José Ferreira resolve seguir para Mata Grande em Alagoas, fugindo a esse ambiente conturbado. Nada adiantou. Os filhos de José Ferreira, já em Alagoas, continuavam a envolver-se com o cangaço e a praticar crimes, como relata Luitgarde Barros, a respeito de fatos ocorridos em abril de 1921:

““O povo de Pariconha estava desencalmado (sem sobressaltos) quando um dia, quase de tardinha, chega uma porção de homens carregando uma rede de defunto, gritando: Chega, irmão das alma! Chega irmão das alma! Ai foi-se chegando gente pra frente da igreja pra saber quem era o morto trazido na rede pelos desconhecidos. Correu todo mundo e quando estava o povo todo ali, os sujeitos arriaram a rede, que estava era cheio de rifles e muita munição, e gritavam: Tudo preso, que isso aqui é um assalto! Foi aquele clamor, o povo chorando, os bandidos roubando tudo, e o delegado amarrado pelos cabras. Foi um dia de juízo! O que eles não carregaram quebraram a coice de rifle, arrebetando tudo, enquanto atirava. O resultado de tanta miséria foi a morte de Mainha, um rapaz menor, inocente, que acabou pagando pela perversidade dos bandidos”.

A narrativa terminava com a informação: “Aquele grupo era Lampião com os irmãos, um parente por nome Matildes, e um bando de cangaceiros”” (BARROS, 2018, p. 105).

As forças policiais de Alagoas, chefiadas pelo Tenente Lucena, saem no encalço dos criminosos que atacaram Pariconha. Paralelo a esse fato, José Ferreira hospeda-se na fazenda Engenho, pertencente ao Sr. Luiz Fragoso, devido ao estado de saúde da esposa, o qual se agravava durante mais uma viagem de mudança da família. Maria Jacoza seria acometida de grave crise cardíaca e viria a falecer naquele local (LIRA, 2013, vol. 1, p.57), prolongando a estadia dos Ferreira.

Em 18 de maio de 1921, a Fazenda Engenho foi cercada e alvejada por forças policiais, em uma ação pouco justificável, talvez, por receio de que os criminosos que atacaram Pariconha

³⁷ O almocreve era uma espécie de tropeiro, que costumava negociar os mais diferentes tipos de produtos, além de fazer o serviço logístico de transporte, quando contratado, tudo no lombo de tropas de equinos. Se atribui muito do conhecimento geográfico de Lampião à sua vida pregressa de almocreve, as rotas, atalhos e contatos espalhados pelas diversas cidades foram de fato um grande benefício.

de maneira bárbara estivessem ali presentes e certos de que os mesmos não dariam espaço a negociações de entrega, ou por informações incorretas recebidas antes do cerco.

O fato é que a ação policial tirou injustamente a vida do anfitrião, Luiz Fragoso, e a de José Ferreira, enquanto este debulhava milho, ambos desarmados, sem que lhes pesasse qualquer acusação de envolvimento com crimes. Os filhos de Ferreira, alvos da missão, não estavam sequer presentes na data do ocorrido.

Em entrevista concedida anos após a esses episódios, vemos Virgulino contextualizar essa transformação da opção pela vida de crimes em jornada heroica para defender a honra própria e familiar. Ele buscou esconder-se sempre atrás desse escudo ético. Por tais motivos, analisemos as explicações de Lampião para aderir ao cangaço:

“- Chamo-me Virgulino Ferreira da Silva e pertenço a humilde família Ferreira, do Riacho São Domingos, município de Vila Bela. Meu pai sendo constantemente perseguido pela família Nogueira e por José Saturnino, nossos vizinhos, resolveu retirar-se para o município de Águas Brancas, estado de Alagoas. Nem por isso cessou a perseguição. Em Águas Brancas, foi meu pai, José Ferreira, barbaramente assassinado pelos Nogueiras e Saturnino, no ano de 1917³⁸.

Não confiando na ação, da justiça pública por isto que os assassinos contavam com escandalosa proteção dos grandes, resolvi fazer por minha conta própria, isto é, vingar a morte do meu progenitor. Não perdi tempo e resolutamente arrumei-me e enfrentei a luta. Não escolhi gente das famílias inimigas para matar efetivamente consegui dizimá-las consideravelmente” (O CEARÁ, 18 de março de 1926).

Compreendemos as decisões dos Nazarenos em relação aos Ferreira, não como um apoio a Zé Saturnino, mas como uma tentativa de manter-se distantes daquelas questões. Vimos que entre os anos de 1920 e 1921, durante o exílio da família, Virgulino, Levino e Antônio envolveram-se em outros delitos e questões, como no caso de Pariconhas. Independentemente das decisões de Nazaré, o povo daquele local já estava fadado a ser alvo de Lampião. Qualquer envolvido nas ações do Rei do cangaço, estava sujeito a ser alvo dele, independentemente das motivações.

A intervenção no confronto com Saturnino, a expulsão da região de Nazaré e em sequência a morte dos pais durante as contínuas mudanças, formam uma série de afrontas simbólicas absorvidas e interpretadas por Virgulino. Frederico Pernambucano traz suas conclusões mais detidamente a respeito do fenômeno do cangaço, dando luz ao que viria a ser o entendimento do uso da violência dentro do contexto social da vida pastoril sertaneja:

“A violência como elemento presente na caracterização do ciclo do gado nem sempre assume aspecto de desvalor. Frequentemente vamos encontrá-la legitimada pela

³⁸ O ano da morte de José Ferreira é 1921, a data encontra-se errada na matéria, não sabemos se por um engano do entrevistado ou erro da edição do jornal.

concordância com os ditames da chamada moral sertaneja, chegando em muitos casos a merecer louvores entusiásticos na gesta própria do ciclo. É o que se passa, por exemplo, com a violência empregada na satisfação de um ideal de vingança, em que o gesto de desafronta é visto como um direito e até mesmo um dever do afrontado, de sua família e de amigos mais chegados” (MELLO, 2011, p. 63).

A conceituação feita por Frederico parece muito coerente com explicações e exemplos encontrados por nós, nas palavras e atitudes de Lampião. Veremos a partir de agora como Nazaré respondeu aos perigos que a partir dali lhe cercavam.

2.2. A década de 20 e o policiamento das regiões sertanejas

As duas primeiras décadas do século XX trouxeram muitas convulsões sociais a Pernambuco. Se nas comarcas da região do semiárido, cangaceiros, envolvidos nos mais diversos tipos de crimes eram um problema, na capital, outras demandas eram igualmente urgentes à Força Pública.

Lideranças sindicais levavam às ruas novas reivindicações com José Elias, pernambucano que viveu como operário e sindicalista no Rio de Janeiro, retornando ao Nordeste onde foi reconhecido como grande orador (BARROS, 2015, p. 89). O novo líder sindicalista logo conseguiria pessoas interessadas em compartilhar seus princípios.

Em poucos anos foi possível mobilizar alguns núcleos de trabalhadores na primeira grande greve a afetar Pernambuco (1919). O professor da Faculdade de Direito, Joaquim Pimenta, então assessor jurídico do movimento, observou a dimensão tomada pelo evento e aos poucos angariou espaço na condição de novo representante dos movimentos grevistas que se sucederiam no início dos anos 20.

Com essa crescente tensão nas ruas de Recife, mais uma vez o pêndulo da política busca um nome tradicional para governar o Estado, o experiente José Rufino Bezerra Cavalcanti, senhor de engenho e um político hábil para acomodar a família pernambucana (como costumavam os jornais da época referiam-se aos integrantes do legislativo e executivo).

O governador eleito tinha em sua volta figuras mais acostumadas a governarem sozinhas como Rosa e Silva, Manoel Borba, Dantas Barreto, Estácio Coimbra, todos tendo suas próprias alianças dentro do parlamento e desfrutando ao longo da república de mandatos próprios como chefes do executivo. Assim se estabeleceu a fase conhecida como “*paz e concórdia*”.

Empossado em 24 de dezembro de 1919, José Bezerra trazia em sua vida pública a experiência como deputado, senador e ex-ministro da agricultura³⁹ do presidente Venceslau Brás. Segundo Costa Porto:

“A vontade de ferro de José Bezerra, porém sua autoridade moral sua ideia fixa de pacificação, lograram pleno êxito, o entendimento funcionou, reeditando-se a quadra tranquila de 1890, nos tempos do Barão de Lucena, as várias alas formando um todo uno, sob a batuta do engenho Serra” (PORTO, 1977, p.12).

Embora a decisão pelo nome já consagrado tenha sido uma medida conservadora de tentar acalmar o clima de ebulição das ruas e consequentemente das disputas de poder do legislativo e executivo, o que se viu foi um agravamento da crise. Desde a posse, Bezerra apresentava sérios problemas de saúde, se ausentando para temporadas de recuperação, primeiro no sul do país, logo em seguida na Europa.

A crise do açúcar comprometia o erário e a ausência do governador deixava o ambiente ainda mais suscetível aos ataques da oposição. Novas grandes greves foram mobilizadas, agora planejadas por Joaquim Pimenta, como nos esclarece Souza Barros:

“No início dos anos 20, mais duas greves explodiram em Pernambuco, agora sob a batuta do professor Pimenta, de âmbito mais político, que corporativo, fugindo aos lídimos interesses do trabalhador.

A primeira greve geral surgida nos princípios da década não obedeceria assim aos critérios de uma ação trabalhista.

Joaquim Pimenta estava em pleno apogeu da liderança sindical e agia como quem dispusesse de um exército e se empenhasse em por à prova a sua força de ação. Ao saber do conflito existente entre associações do comércio e o governo, estabeleceu imediatamente os contatos para um movimento de rua, no qual esperava lançar todo o poderio da classe trabalhadora ainda bem arregimentada e coesa” (BARROS, 2015, p. 93-94).

Em um de seus últimos discursos ao legislativo ainda à frente do governo, José Rufino demonstrava estar atento às inquietações que os movimentos trabalhistas traziam, e ressaltou a necessidade de mudança na forma como lidar com tais grupos:

“Tem produzido bons resultados em nações adeantadas o systema de especialização nos serviços de investigação.

Entre outras, figuram as secções de policia politica, observação de elementos sectarios e movimentos operarios” (JOSÉ RUFINO BEZERRA CAVALCANTI, Governador do Estado, 6 de março de 1922).

³⁹ É importante ressaltarmos que o cargo de Ministro da Agricultura era um dos mais destacados dentro do quadro ministerial ao longo da República Velha, uma vez que a economia do país era fundamentada ainda na produção agrícola. Ser nomeado ao cargo era um reconhecimento à importância do nome escolhido para o cenário político.

O governador faleceu em 27 de março de 1922, mesmo com a saúde debilitada desde que tomou posse, a morte do líder do Estado na metade de seu mandato pegou a todos de surpresa e abriu uma acirrada disputa por poder.

O legislativo se dividiu, Manoel Borba, Dantas Barreto e Estácio Coimbra mediam forças e esforços para ocupar o espaço deixado pelo governador. Nas ruas as tensões refletiam essa divisão (PORTO, 1977), chegou-se a cogitar uma intervenção do exército, artifício previsto em lei, à época, para se reestabelecer a ordem no Estado. No entanto, não foi necessário.

O juiz de direito Sérgio Loreto foi escolhido num acordo entre as oposições. Um nome, até então, sem tradição alguma, que herdaria a máquina pública em grave crise financeira e política.

“No universo fechado do Pernambuco de 1922, estreara na arte política tirando proveito da violenta ruptura conhecida como Movimento Autonomista, reação armada à ingerência eleitoral do Catete na sucessão do governador José Rufino Bezerra Cavalcanti, falecido no cargo, à frente o senador Manoel Borba, que drenou para o Recife, por meses, as tropas em serviço volante pelo interior.” (MELLO, 2018, p.298).

Assumindo o governo em outubro de 1922, Sérgio Loreto ainda no primeiro ano de mandato se deparou com o momento nada animador para Pernambuco, um problema de saúde assolava a população, a febre amarela. Não podemos deixar de considerar que em 1919 uma epidemia de gripe espanhola pairava por todo o país:

“tomou conta da Capital ao longo de outubro, praticamente paralisando a vida urbana, chegando-se ao extremo de que faltaram caixões para enterrar os mortos, levados aos cemitérios em caminhões, aos montões, calculando-se a média de 80 a 100 enterros diários, alastrando-se no fim do mês pelo interior, por onde passou a espalhar ruínas e luto” (PORTO, 1977, p. 110)

A pressão para que o cenário não se repetisse fez Loreto priorizar a saúde em suas destinações orçamentárias, recursos esses encontrados talvez em momento de maior debilidade desde a instauração da república:

“Estado pobre, cujo principal suporte – o açúcar – vivia uma das crises mais agudas, crônicas e emergenciais, - e agravada a situação com as lutas de sucessão, - encontrava o governador o erário em ruínas, não sendo muito exagerado o quadro pintado pelo Jornal do Comércio de 18 de outubro – data de sua posse – sob o título ERA NOVA: “crise dolorosa”, “de administração”, “de política”, “de energia cívica” – “o que aí está, se não é o caos, pouco lhe falta para isso”, o tesouro raspado, a voragem – em espécie de sadismo – de quanto se amealhara penosamente” (PORTO, 1977, p. 89).

Entendemos que essa é a síntese do momento social entre a prisão de Antônio Silvino, 1914, e o surgimento de um cangaceiro tão afamado quanto o Rifle de Ouro para a imprensa e

à sociedade como um todo, que seria Lampião, em 1922⁴⁰. Temos um lapso temporal, entretanto não podemos de maneira alguma imaginar que o cangaço deixou de existir.

Ou seja, a ordem pública continuava em crise, e a administração, dados os limites de seus recursos, precisava fazer escolhas. Avaliamos que o governador está sujeito a gerir as demandas sociais conforme os limites impostos por diversos fatores, que não necessariamente estão vinculados a suas intenções particulares. Uma vez instaurada uma crise política, de saúde e também as pressões dos movimentos trabalhistas, é natural que as atenções se voltem para mitigar os temas de maior urgência.

Dessa percepção, avaliamos algumas duras escolhas feitas pelos governadores em relação à gestão do policiamento do interior. A ebulição social e política na capital tomou de forma abrupta as atenções e a energia desprendida para sua repressão. Para melhor ilustrarmos, analisemos alguns dos documentos internos da corporação e suas respectivas repercussões. O primeiro deles, uma notificação de confronto nas imediações da vila de São Francisco, em Serra Talhada:

“Serviço para 12 de abril. Soldados feridos: O comando da Força informa que, por ocasião de tiroteio havido no povoado de São Francisco, município de Vila Bela, entre a Força sob o comando do Capitão Manoel de Hollanda Cavalcanti e um numeroso grupo de bandidos homiziados naquele município, soldados encontravam-se feridos e um, Augusto Cordeiro Callado, tinha sido feito prisioneiro dos cangaceiros.” (BOLETIM GERAL N° 081, 11 de abril de 1919)

A informação, em sua extrema coesão, esconde detalhes importantes desse episódio. O confronto deixou um saldo de oito mortos à Força Pública, um duro golpe aos integrantes⁴¹.

A resposta encontrada foi o envio do então Major João Nunes ao sertão do Pajeú para exercer a função de comandante das Forças Volantes. Oficial experiente e controverso, que empenharia com extremo rigor seus planos de repressão.

Não temos como avaliar se a designação de João Nunes se deu de forma voluntária, numa busca do próprio Major em talvez reconquistar o prestígio dentro da Força Pública, uma vez que naquele momento estava passando por um processo depreciativo de sua imagem⁴² ou

⁴⁰ Como já foi visto, o envolvimento de Lampião com crimes de diversas naturezas se deu desde 1916, contudo, seu nome começa a ter mais destaque para o grande público através dos jornais entre 1922 e 1923, após ser associado a roubos e assassinatos de pessoas de maior destaque, como o assalto à Baronesa de Água Branca e ao comerciante Luiz Gonzaga em São José do Belmonte, trataremos de ambos os casos no decorrer deste estudo.

⁴¹ O número de mortos pode ser confirmado através do Jornal do Comércio de 23 de junho de 1920, o qual divulga um telegrama do juiz de Vila Bela, noticiando o julgamento de Antônio Tele da Costa, a quem é atribuída a participação no grupo de Luiz Padre e o homicídio de oito soldados no episódio.

⁴² João Nunes ao longo de sua carreira militar acumulou acusações de excessos, torturas e crimes violentos. Ainda capitão fora acusado e levado a julgamento por participação direta no assassinato do jornalista Trajano Chacon, em frente ao Cinema Helvétia, na rua da Imperatriz, no dia 11 de agosto de 1913. O jornalista era um crítico ferrenho ao então governador, Dantas Barreto, e João Nunes fazia parte da guarda pessoal do político. O militar e outros suspeitos foram levados duas vezes a júri devido o crime, contudo, foram todos absolvidos em definitivo.

se foi consequência de uma decisão de escalões superiores, que lhe confiaram uma resposta diante das baixas sofridas no confronto de São Francisco.

Mas, foi confiado ao Major João Nunes o comandamento do efetivo responsável pelo sertão pernambucano, tendo ainda seus poderes alavancados pelo fervor dos problemas de ordem pública na capital. A distância do Recife trouxe mais autonomia de ação e decisão ao oficial e consequentemente uma margem maior para sua própria interpretação de como executar sua missão.

Um dos primeiros atos de Nunes, já a frente das volantes, foi o desalojamento de todos os moradores da vila de São Francisco, seguido do incêndio à vila. O local que era reduto do bando de Sinhô Pereira, por ter muitos parentes na região, foi alvo da fúria do major, numa clara demonstração do rigor que estava empenhado em colocar contra aqueles que julgasse como adversários. Outras acusações lhe são feitas, na intenção de dar publicidade aos supostos excessos do major:

“Os habitantes de Betânia não contaram a metade das tropelias cometidas pelo autor do incêndio de São Francisco, o que os habitantes de Betânia disseram é mais que verdade, porque os absurdos feitos estenderam-se a quase todo Riacho do Navio. Neste município nem é bom falar, basta dizer que se davam diariamente, surras, na cadeia, e estas surras eram em presença do major João Nunes, ou do seu irmão, o tenente José Nunes.

[...]

Mas o major acha muito mais fácil varejar a casa de um sertanejo pacato e trabalhador, procurando armas até nas malas de roupa, do pacato e trabalhador, do que perseguir cangaceiros e criminosos. Assim, em vez de seguir para a serra das Umas foi para o Riacho do Navio, atravessou os municípios de Alagoa de Baixo⁴³ e Jatobá, penetrou até no de Buíque, procurando unicamente de casa em casa rifles, pistolas e facas, armas estas indispensáveis para defesa dos laboriosos sertanejos que moram às vezes, oito ou dez léguas distantes dos povoados onde há autoridades.” (A PROVÍNCIA, 29 de fevereiro de 1920, N-58, p.2).

O fato é que temos uma sucessão de prisões nos últimos dias de 1919 e princípio de 1920, conforme deixa claro telegrama direcionado ao Chefe de Polícia Dr. Luiz Correia transcrito no jornal A Província:

“Comunico a V.Exa. que cerquei no dia 30 do mês findo a fazenda Passagem, no estado do Ceará, capturando ali o coronel Antonio Andreolino Pereira da Silva, Andreolino Pereira da Silva, Andreolino Pereira Belém, Manoel Pereira Belém e Luiz Gonzaga Lima, vulgo Luiz Pitombeira, pronunciados no município de Vila Bela. Capturei também no dia 29 do mesmo mês, na vila Brejo dos Santos, no estado do Ceará, os indivíduos Manoel Casimiro Feitosa Siqueira, vulgo Vereda e José João da

em 1921 (PORTO, 1973, p. 38-43). Em 1919, com o processo por homicídio ainda em andamento, o nome de João Nunes estava sofrendo muitos ataques dos veículos de imprensa que o tinham como um dos principais culpados pela morte de Trajano.

⁴³ Hoje Sertânia.

Silva, vulgo Italiana, célebres cangaceiros do grupo de Luiz Padre e que tomaram parte no assalto a fazenda Piranhas e outros municípios em Vila Bela. Conduzo também preso o indivíduo Antonio José da Silva, vulgo Solteiro, pronunciado em Vila Bela capturado pela força do estado do Ceará, os quais seguem para Vila Bela. Saudações – (a) Major João Nunes, comandante volante” (A PROVÍNCIA 03 de janeiro de 1920, N-2, p.3).

Um período muito agitado, sucedido por uma série de outros golpes duros contra a estrutura da Força Pública. Primeiro a desativação do 3º Batalhão de Infantaria da cidade de Triunfo, conforme Boletim Geral N° 12 de 16 de janeiro de 1920, transcrevendo o Decreto Governamental de 08 de janeiro de 1920⁴⁴. A sede do batalhão foi transferida para o sertão do Pajeú em 1919, pelo então governador Manoel Borba, para dar maior estrutura administrativa aos combatentes das volantes. A imprensa noticiou com preocupação a decisão:

“Retire ou não o destacamento, garantimos que não será fácil a empresa. E fiquem certos os patrões de “Lampeões” que serão os únicos responsáveis pelo que venha a sofrer o juiz de direito daquela comarca⁴⁵” (JORNAL DO RECIFE, 10 de outubro de 1922, N-233, p.1)

Já na frente de combate, mais uma derrota em campo de batalha marcaria negativamente o ano da Força Pública, em 19 de novembro, uma volante comandada pelo capitão Theophanes Torres tentou adentrar à região da serra do Umã⁴⁶, área conhecida por ser um refúgio de celerados que se aproveitavam do terreno de difícil acesso e do auxílio dos habitantes da região. Marilourdes Ferraz descreve a localidade da seguinte forma:

“a serra transformou-se em formidável antro de facínoras que para ali convergiam vindos de toda a região sertaneja. Nenhuma autoridade se atrevia a penetrar com suas forças naquele reduto porque os bandoleiros, numerosos e conhecedores do terreno – extremamente desvantajoso para forças atacantes - dizimavam facilmente os contingentes que tentavam galgar a sua fortaleza.” (FERRAZ, 2012, p. 96).

Ainda segundo a autora (FERRAZ, 2012, p. 96-97), a tropa se deslocou em perseguição a Domingo Bandeira, acusado de executar o fazendeiro Ferreirinha da fazenda Chapada, a mando de Horácio Américo, por motivos desconhecidos. Ainda nos primeiros instantes da jornada, o capitão Theophanes foi atingido no rosto, o disparo acertou-lhe o septo e saiu pela têmpora na cavidade do ouvido, outros integrantes da tropa também foram alvejados, a volante teria sido cercada, e quando já estava sem munições e sem suprimentos, o coronel Pedro da

⁴⁴ Em 1922 o batalhão foi novamente inaugurado no Recife, contudo, manteve-se sob sua responsabilidade o policiamento do sertão, mas em casos de maior urgência poderia ser empenhado em demandas da capital.

⁴⁵ O juiz Ulisses Wanderley, da comarca de Triunfo, vinha sendo ameaçado desde o pleito municipal. A autoridade acabou sendo assassinada em 1923 por um grupo de cangaceiros, conforme previa o Jornal do Recife.

⁴⁶ A serra está localizada no município de Carnaubeira da Penha, no período pertencendo ainda a cidade de Floresta, no sertão pernambucano.

Luz, proprietário da fazenda Barrinha, e membro da família Carvalho interveio junto aos malfeitores para que um massacre maior não se sucedesse.

Sobre esse episódio temos a versão oficial relatada por Theophanes em telegrama ao comandante da polícia:

“Belém, 24. Sr. Coronel Commandante da Força Recife, comunico Vossa Senhoria seguido de Floresta diligencia Serra Uman perseguição grupos scelerados tendo operado nestes dias município praticando roubos e depredações ao chegar logar Paula, entre aquela serra e o povoado de Conceição das Creolas, pela manhã do dia 19 tive logo primeiro encontro com os bandidos seguindo-se no mesmo dia mais quatro renhidos tiroteios.

O grupo, composto de bandidos audaciosos, além de conhecedores do terreno contavam proteção grande telhados pedreiras e serrotes, pontos estes quase inexpugnáveis, minha Força nunca desanimou sempre lutando com coragem e bravura em todos os momentos no ultimo tiroteio grande emboscada que recebi já a mais de dezessete horas tombei mortalmente ferido continuando a Força a lutar com a mesma bravura já sob o comando do Sargento Barreto até que fui retirado do meio dos inimigos que brigavam bem entrincheirados, não posso deixar de patentear a lealdade e bravura daqueles que intrepidamente combatiam em defesa da legalidade e do direito, do grupo morreu facínora Valério gravemente ferido um dos chefes de nome Alexandre de Tal e outros desconhecidos. Saudações. (A) Capitão THEOPHANES FERRAZ TORRES. Delegado Volante.” (CERTIDÃO DA BRIGADA MILITAR, 24 de novembro de 1920).

A descrição feita pelo capitão, dado o meio de comunicação, não revela muitos pormenores da ocorrência, mas o ferimento o tirou de atividade por alguns meses, até sua recuperação total.

O fato do experiente militar – embora ainda jovem, contava apenas 25 anos na ocasião – que outrora prendeu Antônio Silvino ter tombado em combate traz uma simbologia: Theophanes era, até então, o nome mais reconhecido dentre os volantes, um ícone sucumbiu, enquanto toda a estrutura militar de policiamento do sertão era desmontada pelas decisões dos gestores da política estadual.

A instituição, que tinha consciência do problema do cangaço, o qual permeava todo o interior do Estado, sabia que alguma medida se fazia necessária. Nesse sentido, mesmo num momento de retração de sua capacidade de policiamento das zonas mais afastadas, em janeiro de 1921 um novo acordo entre Ceará, Alagoas, Paraíba e Pernambuco foi costurado, chefes de polícia mais uma vez reunidos, para o mesmo expediente experimentado nas décadas anteriores, contra o banditismo rural.

Essa reunião é relembrada da seguinte forma pelo ex-volante, Optato Gueiros:

“O convênio realizado entre os Estados para tornar as fronteiras comuns, a fim de facilitar o movimento das tropas, incontestavelmente trouxe desembaraços apreciáveis à perseguição ao cangaceirismo.” (GUEIROS, 1956, p. 79)

Naquele instante, o nome de Sinhô Pereira e Luis Padre eram os mais notáveis, contudo, as notícias de outros bandos de cangaceiros também rompiam as fronteiras dos sertões do Pajeú.

Os jornais, embora com suas matérias muito resumidas, demonstravam ter consciência dos fatos, ainda que não inteirados por completo dos detalhes dos conflitos: “Acha-se no município um grupo de cangaceiros, chefiado por um indivíduo de nome Antonio Matilde, vindo de Alagoas e que, há três dias, incendiou a propriedade Serra Vermelha” (A PROVÍNCIA, 21 de setembro de 1920). Os viajantes, vindos da região davam notícia e nomes aos suspeitos:

“Um viajante da casa Loureiro Barbosa, ontem chegando aqui, vindo de Floresta, declarou que encontrou na viagem daqui a Floresta diversos cangaceiros tanto na ida como na volta. Os grupos de cangaceiros chefiados por Antonio Matilde, Sebastião Pereira e Antonio Ferreira, continuam neste município.” (A PROVÍNCIA, 02 de dezembro de 1920, N-332, p.1)⁴⁷.

O nome dos Ferreira começa a ecoar para fora de seus domínios, todavia, Virgulino ainda não aparece como o protagonista que viria ser.

O ano 1921 acaba confluindo para iniciar uma nova fase no cangaço; em abril é confiada ao então sargento da polícia alagoana José Lucena de Albuquerque Maranhão uma força de mais de cem homens para atuar na região de Paulo Afonso (hoje Mata Grande, Alagoas), onde os Ferreira, aliados aos irmãos Porcino, praticavam diversos crimes, o envio de um contingente tão numeroso já era reflexo do recente pacto interestadual.

Em maio de 1921 se daria o episódio, já narrado por nós, no sítio Engenho Velho, onde Lucena e uma fração de sua tropa acabaram por ceifar a vida de José Ferreira, patriarca da família, homem inocente, a quem a memória popular, mesmo dos principais inimigos dos irmãos Ferreira, guarda estima e respeito por seu pacifismo (LIRA, 2013; FERRAZ, 2003).

Após a morte do pai os Ferreiras em junho de 1921 tiveram pequenas confrontos com a polícia alagoana. Porém se até ali José Ferreira havia tentado sempre acalmar os ânimos e evitar que os filhos mergulhassem de vez no banditismo. Depois da sua morte, as rédeas estavam soltas, era o momento de retomar a terra natal e dirimir antigas questões, até então, suspensas, mas jamais esquecidas.

A tropa Pernambucana é enviada em direção à divisa com Alagoas, conforme Boletim Geral N° 090, de 25 de abril de 1921, mantendo-se em deslocamento pelos municípios de Jatobá, Espírito Santo (hoje Inajá), até Águas Belas.

⁴⁷ Essa foi a primeira citação aos irmãos Ferreira que localizamos em jornais, não encontramos registro anterior a 02/12/1920.

Embora não tenhamos registros que possam confirmar que a cúpula da Chefatura de Polícia tivesse ciência do possível regresso dos Ferreira à região de onde eram naturais ou que os Ferreira desprendessem uma atenção específica, percebemos, devido à movimentação da tropa, a preocupação com os bandos no geral, uma vez que muitos dividiam a atenção da instituição, sendo reconhecidos apenas pela nomenclatura familiar: Mariano, Pequeno, Melão, Porcino, Umburana, Pereira.

Com a repressão imposta pela força alagoana, seria natural uma fuga para os estados mais próximos, sem necessariamente haver uma personificação do alvo que estava por vir. Para conter esses refugiados foram enviadas as volantes comandadas pelos Capitães José Caetano, Theophanes Torres – já recuperado do ferimento na Serra do Umã – e do tenente José Carneiro, os mais relevantes, naquele momento⁴⁸.

A volante do Tenente Carneiro conseguiu capturar dois homens de nome Abílio e Quirino, vindos de Alagoas e que buscavam refugiar-se na cidade de Tacaratú (JORNAL PEQUENO, 28 de maio de 1921, N-142, p.1), não verificamos nenhum outro fato relevante.

Os irmãos Ferreira retornaram em junho de 1921 a Pernambuco para ingressar de vez no bando de Sinhô Pereira. Por veredas e caatinga brava conseguiram cruzar a fronteira dos Estados sem serem percebidos e tomaram parte nas ações do novo chefe. Antônio Mathilde teria seguido em direção ao sertão paraibano, onde abandonou em definitivo a vida em armas e deixou que o anonimato sepultasse seu passado.

Verificamos, com essas informações, como em um curto espaço temporal uma sucessão de acontecimentos demonstram a inaptidão momentânea dos Estados em enfrentar o cangaço. Um acordo fora celebrado entre as chefaturas de polícia, mas o direcionamento à atividade acabava sendo confiado à um número pequeno de volantes pulverizadas em territórios de imensas dimensões, sob as ordens de indivíduos isolados, como o caso do sargento Lucena em Alagoas e do Major João Nunes, em Pernambuco.

Dessa forma, os contingentes enviados acabavam por passar longos períodos sem resultados expressivos em sua atuação. Verificamos com isso apenas pequenos confrontos entre a força e o bando de Sinhô Pereira noticiados no segundo semestre de 1921, todos na região de Vila Bela, Triunfo e circunvizinhança.

⁴⁸ Para melhor ilustrarmos a dificuldade das tropas em sua missão de policiamento, devemos dizer que a dimensão total da área total das cidades de Inajá, Jatobá e Águas Belas é de 1.358 KM². Contudo, entendemos que as áreas de fronteira seriam as mais críticas à tropa, mas devido a grande capacidade de deslocamento dos bandos, qualquer local poderia servir de rota de fuga para os cangaceiros.

Já em 16 de junho de 1922 novos crimes de grande vulto atraem as atenções, teriam sido assassinados a Sra. D. Francisca de Granja e o coronel Antonio Ribeiro Antunes durante um assalto atribuído a Sinhô Pereira e seu bando, a caminho de Leopoldina (hoje Parnamirim); em 28, do mesmo mês, um incêndio destruiria uma bolandeira⁴⁹ e a propriedade de Cícero Bezerra em Bom Nome; em agosto seria a vez do Coronel Veremundo Soares, comerciante de Salgueiro, de ver suas cargas serem incendiadas.

Enquanto isso, o Capitão José Caetano seguia em constante diligência, dividido nas funções de oficial da Brigada Militar e Delegado de Vila Bela. Difícil a missão de Caetano, mas o militar ainda conseguiu cercar o bando de Pereira na Fazenda Carnaúba, em Bom Nome, e durante tiroteio o cangaceiro Luiz Murici foi morto. O bando fugiu, na fuga cercou a casa de José Bezerra, assassinando-o, onde travou-se um novo tiroteio, resultando novamente na fuga dos bandoleiros (VILLELA, 2004 p. 178-179).

As notícias de crimes são múltiplas e os confrontos também são numerosos, mas nenhum de grandes proporções, José Caetano mostra-se aguerrido em suas intenções, mas nada favorecia aos seus planos de sufocar os bandos em sua área de atuação.

Conforme a crise financeira e política se agravava na capital, novas golpes eram desferidos, contra a estrutura já cambaleante da Força. O governo interino de Severino Pinheiro toma uma radical decisão de demitir um grande contingente do 2º e do 3º batalhão, responsáveis pela segurança das zonas do agreste e sertão do Estado:

“ORDENS DE EXCLUSÃO DE PRAÇAS – O Sr. Dr. Secretário Geral em ofício de 1882 de fê comunicou haver o Exmo. Dr. Governador do Estado, por esta de hoje, sob o nº determinado que sejam excluídos por conveniência do serviço, 228 praças do estado efetivo desta Força” (BOLETIM DIÁRIO Nº 147, 10 de julho de 1922)

Dessa forma o efetivo da Força Pública como um todo, passava a ter números inferiores ao de quase uma década⁵⁰.

Temos nessas decisões a abertura de espaços para a atuação com maior liberdade de grupos de cangaceiros. Mesmo com as volantes sendo mantidas em constante movimentação pelos sertões, a gestão voltava a ser feita da capital, o que se mostrara infrutífero ainda no período de Silvino. A opção por reduzir custos de pessoal e de logística, existentes na manutenção da estrutura de um batalhão geograficamente tão distante da capital foi um facilitador para o fortalecimento de novos bandos de cangaceiros.

⁴⁹ Bolandeira é um eixo dentado responsável por movimentar os moinhos e maquinários no beneficiamento da mandioca e da cana-de-açúcar.

⁵⁰ Para acompanhar a evolução do corpo de praças e oficiais, vide apêndice em anexo, Tabela 1.2. p.137;

Porém, não podemos sob qualquer circunstância nos precipitarmos em afirmar que se o policiamento não tivesse sofrido alterações, o banditismo teria sido sufocado na região, no entanto, veremos no decorrer deste estudo, que no auge das perseguições aos cangaceiros, o próprio Estado se viu necessitado de revogar suas decisões e retomar a antiga estrutura montada no interior, para só a partir de então, estar em condições de combater os criminosos, em especial, Lampião.

Todavia, foi em meio a essa crise de policiamento o momento do encontro da Força Pública com a Vila de Nazaré do Pico. A instituição foi direcionada a atuar na região do Pajeú e do Navio⁵¹, em perseguição ao bando de Sinhô Pereira.

Em maio de 1922, o mais famoso Pereira dava sinais de que pretendia abandonar a vida sob o chapéu de anos de luta. Embora ele atribuísse sua retirada unicamente aos problemas de saúde: “Saí mais por causa do reumatismo. O reumatismo me atacava tanto, que tinha dia que eu não podia nem caminhar” (MACEDO, 1975, p. 41), não podemos deixar de avaliar que o abandono por parte de Luis Padre e a perda de um importante protetor como Zé Inácio⁵² também devem ter pesado em sua decisão, além da diminuição de seu campo de atuação, pois o Ceará e a Paraíba tiveram seu policiamento redobrado.

O cerco se fechou para Sinhô Pereira e novos tempos se aproximaram das ribeiras do Pajeú, uma mudança de comando aconteceu gradativamente e a solenidade de apresentação se daria em Água Branca, Alagoas.

Lampião, em sua primeira ação independente, desde que se ligara a Sinhô Pereira, adentrou com seu bando, ao raiar do dia 26 de junho, pela porta dos fundos do palacete da Sra. Joanna Vieira Sandes de Siqueira Torres, a Baronesa de Água Branca.

Discretamente a invasão foi feita, e tomada a residência da octogenária senhora, foi o momento de se apresentar em definitivo. Lampião e os aproximadamente cinquenta bandoleiros de que dispunha, rapidamente tomaram as vias principais da cidade, que praticamente desguarnecida nada pôde fazer para defender-se, embora alguns populares ainda tenham tentado resistir com seus armamentos particulares, mas logo foram postos em fuga.

A casa foi rapinada, joias, dinheiro e qualquer utensílio que fosse de interesse foi levado, além da destruição do mobiliário na procura por tudo que tivesse valor. Estima-se um prejuízo

⁵¹ A referência geográfica diz respeito ao Riacho do Navio, afluente do Rio São Francisco, zona na qual está localizada Nazaré do Pico e outros vilarejos.

⁵² Era comum, e até necessário, para encerrar o confronto irremediável, que uma das partes abandonasse a região. Essas decisões podiam partir de uma iniciativa pessoal, uma vez exauridos os recursos para a manutenção da guerra ou da intervenção de um mediador, e nesse ponto, diversos padres fizeram a função de pacificadores, podemos citar Padre Cícero, Josef Kehler e Ibiapina, como exemplos de religiosos que procuraram demover cangaceiros da vida em armas, obtendo em alguns casos o sucesso desejado.

de cem contos de réis, suficiente para comprar vinte carros novos na época (MELLO, 2018, p. 91).

Um cartão de apresentação acabava de ser dado, e a partir daí Lampião passava a ser noticiado pelos jornais⁵³. A ousadia dos planos de Virgulino, ainda com 24 anos, a desenvoltura com que atuou, entrando e saindo de Água Branca sem prejuízos ao seu pessoal e agora com bornais cheios eram o presságio do que estava por se tornar uma constante na rotina das cidades.

Ainda que a vítima fosse uma mulher idosa e indefesa, era a matriarca de uma família de grande poder, tinha dentre seus filhos Miguel Torres, juiz de direito do município, Luiz Torres, senador do Estado e Antônio Torres, fazendeiro de grande expressão em Alagoas. Nomes proeminentes da sociedade e que nada puderam fazer além de assistir a violência.

A partir deste momento, Nazaré estará em definitivo na rota do cangaço e da Força Pública como veremos a partir de agora.

2.3 Preparar armas

A literatura do fenômeno do cangaço, mais especificamente a que trata da trajetória de Lampião sempre reserva espaços de destaque para analisar os nazarenos⁵⁴ (CHANDLER, 2003, p. 44-45; 61-62; ASSUNÇÃO, 2007, p. 143-148; ALBUQUERQUE, p. 73-103), e entendemos que inclusive, dados os níveis de sacrifício feitos por esse grupo de famílias, é natural que ainda hoje eles sejam sempre lembrados como os grandes perseguidores de Lampião, embora outros homens, naturais das mais diversas regiões nordestinas mereçam igual consideração, dada a entrega e devoção à causa de tentar capturar Virgulino.

Se as questões entre os irmãos Ferreira e José Saturnino tiveram início em 1916 e Lampião só surge com maior expressão para o cangaço em 1922, encontramos aí um intervalo de seis anos, no qual aconteceu justamente o acirramento das intrigas entre o cangaceiro e a população de Nazaré.

O ferimento e prisão de Levino em Nazaré, a migração forçada para Alagoas, a morte dos pais e a forte perseguição policial são os subterfúgios aos cangaceiros para retornarem à terra onde tudo começou e terem feito dela seu principal alvo.

⁵³ Após o ataque a Água Branca temos os primeiros registros de Virgulino nos periódicos, já sob a alcunha de Lampião e elevado a condição de chefe de bando, vide, Correio da Pedra, 2 de julho de 1922, Diário de Pernambuco, 24 de agosto de 1922.

⁵⁴ O termo é uma maneira de referir-se a todos que tinha origem na Vila de Nazaré do Pico, peculiarmente o nome do pequeno povoado sobressaiu-se ante a própria cidade de Floresta. Não é raro, que a expressão seja utilizada ainda hoje.

O exílio vivido pela família de Lampião tem um efeito simbólico, o qual extrapolava os prejuízos financeiros da perda das propriedades familiares. Dentro de um Estado territorial, era a mais severas das penas, e afirmamos sem entrarmos no mérito da justiça ou do merecimento das punições.

Perceberemos no decorrer desse estudo, como o ímpeto vingativo por parte do bando de Virgulino tentou impor castigos similares ao Zé Saturnino e às famílias nazarenas. Mais do que morte de seus inimigos, lhes interessava a desapropriação, os castigos aos meios de sobrevivência, o cerceamento do direito de circular pela região.

Justamente no período de degredo dos irmãos Ferreira em Alagoas, no ano de 1920, veremos outros parentes, mais distantes envolvidos em dificuldades com Saturnino. Antônio Mathilde, casado com Dulce Ferreira, tia de Virgulino, continuava residindo nas ribeiras do Riacho São Domingos e passou a ser o alvo das ilações maldosas do vizinho.

Ainda em novembro de 1919⁵⁵, o cabo da Brigada Militar, Antônio Maquinista, vinha de Vila Bela no encalço de alguns cangaceiros. Ao chegar às terras de família de Saturnino das Pedreiras, teria o fazendeiro afirmado que Antônio Mathilde estaria acolhendo os cangaceiros. Por sua vez, o militar acreditando nas insinuações segue até a residência do acusado, onde ele teria sido torturado em frente à família e depois conduzido à delegacia de Vila Bela para que continuassem os interrogatórios.

Lembramos o fato de que até 1913, Antônio Mathilde, segundo os depoimentos dos moradores da região (FERRAZ, 2012, p. 150; LIRA, 2013, p.47 e 48), era um homem pacífico e bem quisto. Zé Saturnino, reconheceu em depoimento cedido a Frederico Pernambucano, transcrito na obra “Apagando o Lampião”, sua participação direcionando a atividade dos militares:

“Eu estava um dia, de manhã, na fazenda Pedreira, sozinho, quando ouvi os cachorros latindo. Olhei pra fora e vi duas linhas de soldados se aproximando pra cercar a casa. Tive até receio. Com pouco, o comandante se apresentou. Todo importante e aborrecido, o cabo Antônio Maquinista, que fazia e acontecia, que andava atrás de cangaceiros, principalmente de Baliza e Tibúrcio, cabras de Sinhô Pereira. Eu disse a ele que os dois andavam mesmo por aqui, mas quem dava dinheiro a ele era Antônio Martila [sic], que era tio de Baliza. Quando chegou de tarde, veio a notícia. Home, houve pra lá um fuá dos seiscentos diabos. Até Antônio Martila eles pegaram, pra dar conta do sobrinho, deram muita pancada nele, lá vai, lá vai...” (MELLO, 2018, p. 80).

⁵⁵ Há uma contradição entre os diferentes autores do tema quanto à data em que se deu este fato, Frederico Pernambucano atribui a novembro de 1919 (MELLO, 2018, p. 79), enquanto Marilourdes Ferraz e João Gomes de Lira, por exemplo, compreendem que tudo decorreu nos primeiros meses de 1920 (FERRAZ, 2012, p. 150; LIRA, 2013, p.47 e 48)

Entendemos ser essa a primeira intervenção policial na questão de Saturnino e dos Ferreira. As consequências das medidas tomadas pelo cabo não poderiam ser mais desastrosas, trouxe mais personagens para as querelas. Mathildes logo atribuiu a Saturnino as acusações que sofrera, havia sido agora inserido em um conflito que lhe parecia distante, embora tivesse sim relações parentais com Virgulino e os irmãos.

A solução para os ataques físicos e a honra não poderia ser outra senão o uso da força. Em 1919 uma forte seca castigara o sertão, e a estratégia escolhida por Antônio foi destruir aquilo que a estiagem não levou. No primeiro semestre de 1920 Mathilde procurou mais homens que lhe acompanhassem nos serviços da espingarda, recorreu aos sobrinhos, os irmãos Ferreira, em Alagoas e daí o massacre começou.

Refugiados na Mata do Pato, o bando aguardava dia após dia o gado de Saturnino e dos Nogueira se aproximar da Lagoa da Laje para beber água, a pecuária extensiva, sem cercados, facilitava os ataques, praticamente toda a criação estava ao alcance dos olhos de seus predadores, e assim foi feito. Além de abater os animais, cercas, casas e paióis de grãos foram incendiados.

Saturnino viu tudo ser dizimado sem que nada pudesse fazer. Não encontramos registros documentais ou orais que nos levassem a crer que em certo momento alguma das partes envolvidas tenha procurado as autoridades legais para relatar o fato. É plausível compreendermos que não buscar as vias legais também tem uma representação perante o conjunto de normas morais que regem essas sociedades. Ter a capacidade de se defender, ter amigos e parentes a quem recorrer, bem como estar sempre à disposição de auxiliar diante do pedido de ajuda nos parece ser mais relevante aos envolvidos do que propriamente uma vitória em estâncias jurídicas.

Lagoa da Laje, em setembro de 1920 foi o palco de um confronto entre Mathilde e Saturnino. Este, dessa vez ladeado pelo já idoso, Cassimiro Honório, o velho cangaceiro conhecedor do setor, rapidamente expulsou Antônio Ferreira, o qual foi ferido no quadril, e teve um sobrinho, de nome Higinio, morto na primeira descarga de fuzil (AMAURY, Antônio, FERREIRA, Vera, 1999, p. 69-75; LIRA, 2013, p. 51-55; MELLO, 2018, p. 82-84). Mathilde foi acolhido por Né Pereira, em sua fazenda se reestabeleceu e dois meses após o confronto retornou a Alagoas para encontrar os sobrinhos. A luta ainda não havia se encerrado.

Os Nogueiras, após o ocorrido procuraram esconder o que lhes restava do rebanho na fazenda Cacimba Limpa, de José Burgos, no município de Custódia, Pernambuco. Os meses finais de 1920 terminaram sem novos fatos, mas já em março de 1921 Mathilde e seu bando

mais uma vez se apresentariam, já recomposto do ferimento. Roubaram o gado que havia sido escondido e o conduziram em direção a Alagoas.

José Saturnino conseguiu evitar que seus animais ingressassem no Estado vizinho, mas um novo combate é travado em um olho-d'água entre o Brejo do Prioré, no município de Meirim (hoje Ibimirim) e a vila de Santa Clara (hoje Tupanatinga). O gado agora é levado aos cuidados do coronel Ângelo Gomes de Lima, popularmente conhecido por Anjo da Jia⁵⁶. Em sua fazenda Poço do Ferro, recebe além do rebanho o pedido de apoio dos Nogueira, para dar um novo golpe nos rivais. Anjo da Jia segue até Alagoas, à procura do coronel Ulysses Luna, e na fazenda Cobra explica todos os problemas que seus protegidos, Antônio Mathilde e os irmãos Ferreira estavam causando.

Ulysses toma as providências que entende como necessárias, dispensa os serviços de almocrevia que havia apalavrado com os Ferreira e pede que todos os integrantes da família abandonem a região de Olho d'Água de Fora, era o terceiro despejo em curtíssimo espaço de tempo. Segundo Frederico Pernambucano (MELLO, 2018, p. 86-87), o coronel ainda teria tentado advertir que uma grande mobilização policial estava sendo preparada e a região seria alvo de duras perseguições àqueles que persistissem em viver do cangaço, e embora tenha solicitado que se retirassem da região, recomendou que deixassem a vida em armas para trás.

É perceptível que as brigas envolvendo Saturnino e os Ferreira não arrefeceram, mesmo com uma das partes estando temporariamente em exílio. Além disso, mais um integrante dos Ferreira foi degredado da região, essas sobreposições de derrotas faziam das ribeiras do Navio um território inimigo.

Todavia, Nazaré manteve-se indiferente aos acontecimentos. Afirmamos isso ao analisarmos que conforme assertivamente ALBUQUERQUE (2016, p.91) demonstra, antes de 1922 só há o registro oficial de um nazareno na Força Pública do Estado de Pernambuco, Arcôncio de Souza Ferraz⁵⁷, entretanto, não há evidências que esclareçam as motivações para seu ingresso na carreira militar.

Já em 1922 mais três se alistariam: Antônio Capistrano, Francisco Marques Santos (Chiquinho) e José Freire da Silva (ALBUQUERQUE, 2016, p. 92) e em 1923 foi a vez de Manoel de Souza Neto (Mané Neto), o mais famoso dentre todos os nazarenos. Até esse

⁵⁶ Curiosamente Ângelo, pouco tempo após esse ocorrido, tornar-se-á o maior protetor de Virgulino em terras pernambucanas, o que demonstra que quando os elos não eram familiares, eles poderiam ser mais facilmente desfeitos em favor de novas alianças mais vantajosas, um antigo inimigo rapidamente se tornava aliado, conforme a conveniência.

⁵⁷ Ao longo de nossas visitas de campo nos foi relatado que a primeira pessoa com raízes nazarenas alistada teria sido Manoel de Rodrigues Carvalho, contudo, não localizamos sua ficha individual, a qual nos ajudaria a dirimir essa questão.

momento Lampião não parece ser o motivo da escolha da profissão, mas logo se tornou para os demais habitantes.

Percebemos, todavia, o distanciamento entre Nazarenos e a questão Ferreira x Saturnino, só existia aos olhos das pessoas do povoado. Quando alcançou a autonomia de comandar um bando, já em suas primeiras ações Lampião voltou-se contra Nazaré e manteve-se irredutível em suas intenções.

O rei do cangaço assassinou ao menos treze nazarenos ao longo de sua vida de crimes, alguns mortos em combate, outros atacados enquanto estavam desprevenidos em suas rotinas diárias, incendiou sítios e fazendas das famílias Gomes, Carvalho, Nogueira, Ferraz, Souza, Jurubeba, Flor, Lira.

A morte de um parente e a destruição do patrimônio, dentre os símbolos de ofensa a honra, na região, seriam os mais sobressalentes. O dano à vida era assim considerado por seu caráter irreversível, que só se equilibrava com a morte do assassino; e a perda do patrimônio, numa zona de recursos econômicos escassos, em que os bens de toda a família consistiam muitas vezes nas terras que detinham e das quais tiravam o próprio alimento e alguns pequenos rendimentos com a produção excedente, ao se inutilizar esses locais, lançava-se a família da vítima ao estado de penúria.

Em 1923 Lampião já havia se tornado o líder do próprio grupo, Sinhô Pereira se retirou em definitivo do Nordeste, e o novo sucessor seria o maior flagelo da região. Tão logo se tornou independente, Virgulino volta a rondar Nazaré e ameaçar mais incisivamente as pessoas do local, fazendo valer a máxima sertaneja de que “*ódio antigo não descansa*”. O medo se instaurou nos moradores.

Ao menos desde o segundo semestre de 1922 os cangaceiros tornaram as estradas do Pajeú em uma rota constante para seu bando, visitando antigos conhecidos e lhes reservando ameaças veladas e outras demonstrações de seu novo aparato bélico:

“Por não existir policiamento em Nazaré, o lugar era muito frequentado por cangaceiros, principalmente por Lampião e seu grupo.

[...]

Por residirem parentes e contraparentes do cangaceiro em Nazaré, constantemente se via a presença do mesmo, ali visitando a tia Joaninha Ferreira com a família e enteados.” (LIRA, 2013, p.80)

Manoel Flor, relembra da seguinte forma o tipo de insulto que lhes era dirigido:

“Os cangaceiros rondando Nazaré e depois de algum tempo já declaravam abertamente que estavam “amansando” os antigos desafetos como “cavalos de peia”

para uma futura vingança. Em resumo, era uma ameaça de eliminá-los.” (FERRAZ, 2012, p.182)

Virgulino retorna a Pernambuco, reunindo-se nas fazendas São Cristóvão, Baixio dos Cassianos e Olho d'Água, pertencentes a Chrispim Pereira de Araújo, conhecido como Yoyô Maroto e sua família. O motivo era simples, assassinar Luiz Gonzaga Gomes Ferraz, empresário de sucesso na região. A encomenda tinha motivações simples: Yoyô, embora fosse compadre de Gonzaga, atribuiu-lhe a culpa pelas humilhações que sofreu nas mãos da tropa cearense comandada pelo Tenente Montenegro.

Embora Gonzaga fosse também casado com uma Pereira e até então nutrisse uma relação amistosa com Yoyô, a decisão por vingança já fora tomada antes mesmo que Sinhô Pereira deixasse o sertão, que por sua vez não tivera tempo de concluir a sentença, deixando aos cuidados de Lampião o compromisso.

Em 20 de outubro a cidade de Belmonte (hoje São José do Belmonte) era despertada a tiros. Ao raiar do dia já estava o sobrado de dois andares cercado por cangaceiros, mais um crime de grandes proporções na carreira do jovem Virgulino. Gonzaga resistiu como pôde de dentro de casa, mas logo o homicídio foi consumado e aceleradamente foi feito o saque da residência.

O sargento José Alencar de Carvalho Pires, o Sinhozinho Alencar, auxiliado por sete praças tentaram resgatar o coronel Gonzaga do fogo cruzado, mas não tinham meios para tal proeza. Embora não lhes faltassem coragem, os militares e outro punhado de paisanos não eram páreo para os mais de cinquenta bandoleiros que tomaram a cidade (CHANDLER, 2003, p. 58-61; MELLO, 2018, p. 96-98; FERRAZ, 2012, p. 170-173).

Mais um saque vultuoso enchia os bornais do bando de Lampião e outras vantagens indiretas ele conquistou. Gonzaga tinha elos parentais com as pessoas de Nazaré, principalmente do tronco genealógico dos Gomes Jurubeba, ou seja, o favor prestado aos Pereira também era um golpe duro contra os inimigos dos Ferreira.

Virgulino retorna à Nazaré para visitar o povoado e os sítios e fazendas que o cercavam, Fazenda Jenipapo, Lagoa de Baixo, Entre-Serra e Ipueiras. Sobre as alpercatas ou a cavalo, o bando circulava distribuindo provocações verbais, dançando o xaxado⁵⁸, ameaçando e intimidando, mas nenhum ataque foi consumado.

⁵⁸ Dança de origem pouco clara, mas que ficou conhecida através dos bandos de cangaceiros que a executavam comumente em suas comemorações. O nome é uma referência ao barulho das alpercatas arrastando no chão, enquanto o grupo dançava era normal marcar-se o ritmo batendo as argolas da bandoleira do dos fuzis e entoar alguns versos de improviso (NAVARRO, 2013).

É complexo imaginarmos as motivações de não ter sido Nazaré atacada naquele momento, completamente desguarnecida de policiamento e mesmo de armamentos particulares. Os habitantes quase sempre eram surpreendidos com a presença dos cangaceiros pelas beiras de estradas, nos terreiros das fazendas e percorrendo o arruado da vila. Todavia, as visitas iniciais parecem revestidas de uma mensagem de poder, apenas dali a pouco desaguardaria em violência e destruição.

Os meses iniciais de 1923 apresentaram poucas alterações na rotina das volantes, alguns encontros sem resultados, conforme Boletim Geral Nº 86, publicado em 14 de abril de 1923, dando notícia de confronto em Abóbora, município de Belmonte, com a volante do 2º Tenente Optato Gueiros, nenhuma captura foi efetuada.

Os Boletins Gerais Nº 139 e 165, dos dias 19 de junho e 23 de julho de 1923, respectivamente, trazem a informação de confrontos com o bando em Floresta e Tacaratú, onde, no primeiro caso, as frações comandadas pelos Tenentes Optato Gueiros e Carlos Lopes foram surpreendidas e após tiroteio os criminosos evadiram-se, deixando morto o soldado Antonio Cavalcante, no segundo boletim relata-se que o Tenente José Luis necessitou recuar diante da vantagem estratégica e numérica dos cangaceiros.

Os demais Boletins analisados por nós desse período trazem sucessivas informações de deslocamentos: Jatobá, Espírito Santo, Tacaratú, Buíque, Floresta, Vila Bela e Triunfo, um perímetro de grande abrangência. As volantes pareciam tentar acompanhar as informações do paradeiro dos bandoleiros, mas o trabalho era sem efetividade. O nomadismo, característica basal do fenômeno do cangaço, tornava a atividade policial algo mais insipiente, devido à incerteza de se encontrar o inimigo ou mesmo a falta de um objetivo claro a ser alcançado.

Ao bandoleiro nômade bastavam objetivos e pontos de apoio de pouca duração, sua rastreabilidade era laboriosa para uma tropa regular. Se como já vimos, o cangaço ligava-se a uma rede de coiteiros que os demandavam e os supriam simultaneamente, essa rede também era móvel dada a facilidade de se encontrar novos cooperadores, voluntariamente ou não.

Ainda que se chegasse a encontrar com um bando, não necessariamente implicava que a volante alcançaria seu objetivo. Os cangaceiros, em geral, preferiam evitar o confronto, negociar⁵⁹ como estratégia para a própria sobrevivência. Mesmo dispondo de múltiplas fontes

⁵⁹ O termo é comum dentro das táticas de guerrilha e consiste em estrategicamente não lutar, mesmo que as condições do campo de batalha sejam favoráveis. Dentro de uma estratégia militar a escolha por não combater está muito ligada a uma gestão de recursos de material bélico e humano, além de evitar as repercussões indesejadas que um confronto precipitado, ainda que traga uma vitória momentânea, pudesse causar.

de abastecimento, todo recurso bélico era custoso e limitado para uma força ilegal, poucos são os registros de confrontos em terrenos abertos, exceto quando pegos de surpresa.

Veremos, conforme nossos estudos avancem, como se deram as principais batalhas. Todas têm em comum a escolha por terrenos acidentados, serras e serrotes, os quais serviam de trincheira para cangaceiros; residências sitiadas, com ataques frontais e cercos pela retaguarda; e, principalmente, tão logo a luta se demonstrasse desfavorável era hora de procurar retirar-se rapidamente.

O chefe Sinhô Pereira compreendia a importância de saber controlar essas perdas:

“- Muita gente, que vem conversar comigo, fica decepcionada. Porque eu costumo confessar que fui mais vencido do que vencedor das “volantes”. Acontece, no entanto, que eu não era tolo para brigar à toa. Minha munição era precária, obtida com dificuldade, e a dos “macacos” era fácil demais, porque dada de mão beijada pelo governo. Eu só entrava em combate cerrado quando não podia mesmo escapar do ataque, sem disparar um único tiro.” (MACEDO, 1975, p. 21)

Em 31 de julho de 1923 Lampião se dirige à Nazaré sob a alegação de presenciar o casamento da prima Maria Licô Ferreira com Enoque Menezes. Mesmo tendo sido ao longo dos últimos meses de 1922 constantemente ameaçada, a população local não se armou, talvez não tivessem a intenção de aumentar a animosidade com o cangaceiro ou mesmo não dispusessem de recursos para investir em armamentos. Sejam quais forem as motivações, dezesseis cangaceiros encontraram o povoado sem meios para se defender. Lampião e seu bando participaram da festividade, enquanto isso, alguns moradores se esgueiravam pela caatinga, procurando nas cercanias quem pudesse ceder armas e munições.

Os irmãos Euclides, Odilon e Manoel Flor, além de Luís Soriano, Gomes Jurubeba e Cícero Leite se incumbiram de enfrentar Lampião, alguns com armas de fogo, outros apenas o punhal na cintura. O primeiro confronto aconteceu dentro de Nazaré, insultos e correria, em socorro ao povo nazareno veio a volante do sargento Sinhozinho Alencar (FERRAZ, 2012. p. 199-206; MELLO, 2018, p. 99) e os cangaceiros fogiram com a chegada de reforços.

Era o último capítulo que faltava para a dissociação final entre Virgulino e Nazaré, não restando opções ao povo local, a Força Pública apenas formalizou aquilo que parecia explícito. Nazaré necessitava de meios para garantir sua existência e o abastecimento se daria pelas vias do alistamento voluntário.

A falta de armamento adequado era um problema e ao que nos parece, chegou-se ao consenso de que aguardar os ataques dos cangaceiros só faria do povoado um alvo, melhor seria tornar-se caçador, ao invés de caça.

Segundo Gomes de Lira, a ideia de ingresso na Força Pública foi acatada devido também por pressão da polícia, representada pelo então comandante das forças volantes, Cel.⁶⁰ João Nunes:

“Em Nazaré, o Cel. Nunes procurou Gomes para dizer que vinha pronto para fazer em Nazaré o que havia feito em São Francisco. Gomes perguntou o que significava aquela proposta. Respondeu o Cel. Que iria queimar Nazaré, porque Lampião só vivia ali, e que aquilo não podia de modo nenhum continuar” (LIRA, 2013, p. 108).

João Nunes se referia a uma ação desastrosa posta em prática por sua volante no ano de 1919, que após uma derrota para o bando de Sinhô Pereira, incendiou todo o vilarejo de São Francisco, em Vila Bela, Pernambuco, reduto da família Pereira, num ato completamente abusivo, tudo foi devorado pelo fogo, prejudicando inclusive diversos inocentes ali presentes.

João Gomes de Lira afirma que a resposta do velho Gomes Jurubeba foi de enfrentamento à decisão do Cel., diante do impasse, vendo que não encontraria passividade por parte das pessoas de Nazaré, uma nova proposta foi lançada:

“Vocês, de hoje em diante, não podem mais trabalhar nem viver em paz. Chame todo seu pessoal para alistá-los na Força Pública”

Gomes saiu à procura de quem quisesse alistar-se na polícia. Ninguém quis. Com muita insistência, aceitaram alistamento, Davi Gomes Jurubeba, Pedro Gomes de Lira, João Domingos Ferraz, Ângelo Inácio da Silva (Ângelo Caboclo) e Batoque. [...]

Daquele dia em diante, os jovens nazarenos, ao completarem dos 15 para os 16 anos, eram logo incorporados na Força Volante, conhecida em todo o sertão como Força de Nazaré. Era assim que chamava e tratava Lampião” (LIRA, 2013, p. 108-109).

A mesma explicação é corroborada por Luitgarde Barros (BARROS, 2018, p. 125-126), mas uma outra versão é dada por Marilourde Ferraz, na qual seu avô, João Flor, teria pedido auxílio por carta ao Coronel José Pereira, líder político da cidade de Princesa Isabel, na Paraíba:

“Sabendo João Flor da amizade existente entre José Pereira e a importante família Pessoa de Queiroz, em Recife, pediu-lhe que, por intermédio daquela, intercedesse junto ao governador de Pernambuco para a concessão do alistamento militar aos nazarenos

[...]

O pedido foi atendido. O alistamento aconteceu na própria Nazaré no mês de fevereiro de 1925.” (FERRAZ, 2012, p. 246).

O fato é que Nazaré tornou-se uma confiável fonte de volantes, e seus nomes serão, a partir deste momento de nossos estudos, repetidas inúmeras vezes, pois estiveram presentes em todas as grandes batalhas, seja na condição de comandante de uma volante ou como mais um

⁶⁰ Para evitarmos confusões, sempre que nos referirmos ao posto militar de Coronel, utilizaremos a abreviatura Cel., quando o termo se referir a um líder político, manteremos Coronel por extenso.

dos componentes do efetivo, sempre executando trabalhos árduos, experimentando as maiores intempéries, acumulando vitórias e derrotas.

São os nazarenos o conjunto de homens que mais pressionou Lampião a fugir de Pernambuco em agosto de 1928, respaldados pelas determinações legais do governo. O alistamento desse núcleo foi o matrimônio que faltava entre a tropa e a instituição. Não estamos afirmando que os demais, oriundos de outras regiões não tivessem compromisso com a causa, mas o microgrupo vindo de Nazaré era coeso em suas motivações e numeroso em seu quadro de pessoas.

Veremos no capítulo a seguir, por quais interesses alguém buscaria tornar-se um volante, temos um leque de razões por tal opção, e certamente elas também coexistiam nos nazarenos: ascensão social; liberdade de ação em uma sociedade tão rígida em seus códigos de conduta; possibilidade de enriquecimento com os espólios dos cangaceiros tombados. Muitas vertentes que se particularizavam em cada indivíduo, relacionavam-se, e se sobressaíam conforme o momento. Todavia, nenhuma era mais evidente que o serviço militar por vingança e refúgio, cobravam-se os danos causados pelo inimigo e assegurava o direito de existência das próprias famílias antagonistas de Lampião.

Outro ponto nítido na trajetória desses homens, é o quanto foram importantes para difundir na Bahia, último Estado a entrar nas perseguições ao banditismo rural, as técnicas acumuladas nos anos de serviço em Pernambuco. Após 1928, a região do raso da Catarina, região mais árida do sertão baiano, tornou-se o novo domínio de Lampião. Muitos nazarenos prontamente se apresentaram na condição de novos contratados da Força Pública da Bahia. Manoel Neto, David Jurubeba, Aureliano Nogueira, Odilon Flor e tantos outros foram os dispersores do conhecimento para o enfrentamento dos cangaceiros.

A partir de 1923, os alistamentos para os nazarenos seriam um tratado de guerra definitivo, conforme cita a professora Luitigarde, ao rememorar do caso de Odilon Flor:

“Pelos quinze anos seguintes de sua vida, Odilon Flor procuraria obcecadamente Virgulino em cada gruta do sertão, subindo serra e atravessando caatinga, varando mundão acossado pelo cangaço. Conhecido como o mais duro dos Nazarenos, escolhia para sua volante homens destemidos, treinando-os para uma guerra sem tempo marcado para ter fim – “Quando Deus fosse permitido de acabar o banditismo de Virgulino no sertão!” (BARROS, 2018 p. 127).

Para os nazarenos Virgulino Ferreira da Silva, Lampião, era o cangaceiro e o cangaço, sintetizados em um inimigo íntimo, nascido no mesmo rincão, irmanados em suas origens e formação. Um dia dividiram as brincadeiras pueris, até desgarraram-se por veredas tão distintas.

Seus perseguidores tinham consciência disso, nas palavras de David Jurubeba, que o conhecia desde a infância:

“Ativo, acostumado ao mando absoluto, jamais se dobrou diante de quem quer que fosse. Nunca ninguém o obrigou a fazer nada que o contrariasse, a não ser, durante os combates, diante de circunstâncias adversas, para evitar aniquilamento. Tinha palavra sagrada e ouvi falar que tivesse faltado a ela. Cumpria o prometido sem medir sacrifícios. Nunca ouvi falar que tivesse mentido, qualquer que fosse o assunto ou circunstância. Eram essas as suas qualidades, além de uma valentia soberba, acima do normal, raiando à loucura.

Os seus defeitos eram em maior número: perverso, desumano, assaltante implacável dos bens alheios e da honra das mulheres, traiçoeiro nos combates e nas emboscadas armadas às forças que o perseguiam, sanguinário, impulsivo e desapiedado, não recuava diante de nada em seus projetos de desforra e vingança” (SÁ NETO, 2004, p. 62).

Assim foi construída a rivalidade entre Lampião e seu bando e os Nazarenos. Veremos a seguir, no capítulo a respeito da campanha da guerra, detidamente esses episódios. Enquanto Virgulino esteve em atuação, houve um Nazareno em seu encalço, com o preço da saúde e da própria vida, quando necessário, marcharam em busca dos cangaceiros por sete Estados do Nordeste. Alguns alcançaram os postos mais altos da polícia, outros se retiraram das fileiras da caserna após a morte de Lampião (1938), mas o fato é que a disposição ao combate desses homens foi salutar para o Estado manter-se ativo.

Vamos à Guerra do Sol, aos triunfos e às derrotas que o campo de batalha reservou às partes.

3. A GUERRA DO SOL

3.1 Por que lutar?

Vimos até o presente momento como Nazaré se inseriu na rota do cangaço, de certa forma, involuntariamente a guerra alcançou suas propriedades e feriu mortalmente os núcleos familiares ali constituídos. A partir de agora averiguaremos a sucessão de episódios que agravaram esse quadro, conjugando em definitivo Nazarenos e Lampião.

Torna-se importante elencarmos alguns exemplos de homens originados de outras regiões interioranas numa força volante, e faremos uma rápida comparação aos nazarenos, apontando as similitudes em suas necessidades de engajamento nas fileiras da Força Pública.

O aumento das tensões em torno de Lampião fez crescer as necessidades particulares de ingresso na carreira militar aos interioranos, acrescentado a isso, o fato que o recrutamento passou a ser feito nas cidades do sertão, bastando a autorização de um oficial superior, responsável por notificar à cúpula da Força Pública, para que fosse publicado em Boletim Geral o engajamento dos novos recrutas.

As principais fontes de informações para esclarecer as razões ao engajamento estão nos livros de memórias e nas entrevistas cedidas pelos volantes. Todavia, é plausível ponderarmos que os personagens ao se autodescreverem estivessem imbuídos de buscar seus próprios escudos éticos, tal qual a ferramenta já apontada anteriormente por nós, amplamente utilizada por cangaceiros.

A diferença entre as informações coletadas a partir dos cangaceiros e dos volantes estão na multiplicidade das fontes, por parte dos soldados, teremos poucos relatos e por consequência uma síntese maior da própria história, tornando-a mais verificável quando comparada com os documentos institucionais, por exemplo.

Aos cangaceiros foi dada uma liberdade, quase poética, de construção do próprio passado, na qual figuras como Lampião, ainda em vida, foram transformados em personagens fictícios para servir aos mais diversos interesses:

“O caso do terrível Lampião é uma prova da afirmativa. Lampião era almocreve, morava em Mata Grande e se empregava em conduzir animais e tropas entre Garanhuns e Rio Branco⁶¹, no estado de Pernambuco, para vários pontos do interior. Era um homem ordeiro e muito dedicado ao trabalho, bom chefe de família, não se envolvia nas lutas locais. Vivia do trabalho honesto transportando carga no lombo de suas bestas, para o interior, ou fosse partindo de Rio Branco, ou de Jatobá, ou de Garanhuns.

⁶¹ Atual Arcoverde.

Um dia o governo de Alagoas resolveu dar combate aos cangaceiros e um oficial de polícia (tenente), à frente de numerosa força, prendeu o pacato almocreve, sob o fundamento de que embora tendo negado que era cangaceiro poderia ainda ser e ele prendia-o, competindo à polícia prevenir o futuro. Lampião tomou uma surra formidável, foi amarrado e deixado sem alimento vários dias:

-Está muito gordo, precisa emagrecer assim dizia o arbitrário tenente...

Posto em liberdade, Lampião, a quem não foi feita a necessária justiça, resolveu tomar uma atitude compatível com a sua alma apaixonada, pela ignomínia sofrida, fez-se cangaceiro, fez-se salteador.

- Se eu, sendo honesto e trabalhador, fui perseguido, apanhei de facão, sofri fome, sem merecer, devo me fazer mau, matar, furtar, desonrar, para que a justiça seja feita como é de direito” (O JORNAL, 26 de julho de 1923).

As motivações para a divulgação desse tipo de narrativa são um ponto enigmático. Talvez por interesse na repercussão que o tema do cangaço já despertava, trazendo com isso o aumento na tiragem do jornal, ou mesmo pela vontade de criar um antagonista para as ações das instituições do governo e com isso poder criticá-las, difícil conjecturar os motivos, mas não é mensurável o efeito deletério conseguido contra a imagem da Força Pública e seus integrantes, vejamos mais alguns casos:

“O “COMETA”⁶²”

Coitado, parecia mais um cadáver, pálido, macerado, a tremer como um junco verde.

-Senhor! – exclamava o desditoso rapaz – trago comigo uma grande quantia, que não me pertence, é do meu patrão. Tenho em casa, mãe, irmãs e uma noiva, que por mim esperam. Que será de mim?

- Vosmicê ainda tem mãe? Ela é velhinha?

À afirmativa feita pelo rapaz, Lampeão, que se tornara pensativo, retorquiu, num gesto que procurou tornar de ameaça:

- Apois antonce, se assim é, pode vosmincê sair daqui com todo o dinheirame que tem. Mas não se esqueça de compra, na feira um lindo chalé pra sua véia. Veja bem o que faz... Tá me ouvindo?

E, sem mais uma palavra acrescentou, dando aos seus homens uma ordem breve, retirou-se da casa, satisfeito consigo mesmo.

É que as feras também têm dessas grandezas de coração.” (A RUA, 29 de outubro de 1925)

A dimensão da repercussão desse tipo de material à época ainda não foi estudada com a devida atenção até o presente, certamente ajudou a construir o imaginário popular dos símbolos de coragem, justiça, rebeldia e mesmo de masculinidade atribuídos aos cangaceiros ainda hoje.

Vamos a mais um exemplo, agora envolvendo Sinhô Pereira e Theophanes Ferraz:

“Quem quer que deseje saber qual a causa que obrigou Sebastião Pereira entregar-se ao banditismo, basta informar-se de um sertanejo daquelas paragens ou pessoas que tenham ali ido que, una voz, todos responderão: - por causa do que lhe fez o capitão Thephanes” (A PROVÍNCIA, 11 de março de 1923)

As datas dos jornais nos permitem perceber o quanto esse tipo de publicação era comum:

⁶² Cometa era expressão utilizada popularmente para referir-se aos caixeiros viajantes, profissionais que vendiam de casa em casa produtos diversos.

“De túnica desabotoada, barba crescida, olhos injetados de sangue, o boné na coroa da cabeça, acavilhado e cheirando a álcool, o representante do governo indagou:

- Gosta de fumar?

Surpreso, o moço que esperava tudo daquela cáfila bruta, respondeu já mais calmo, esperançoso de salva-se – Sim, gosto.

- Então, vais fumar para o “lado de dentro”, falou o bárbaro sorrindo.

Acendeu sucessivamente três cigarros e entregou dois a um cabo que os assoprava para se não apagarem. Adiantou-se para o prisioneiro com terceiro cigarro na mão.

- Vais engolis os três acesos!

-Não! Nunca!

-Engole, senão morres!

Deu ordens. A tropa rodeou Sebastião Pereira ameaçadoramente. Alguns soldados de faces tigrinas, descompostas de raiva, encostavam-lhe ao peito os agudos sabres, outros apontavam-lhe as carabinas. Quis recuar. Sentiu a ponta da baioneta nas costas. Resistiu algum tempo. Por fim acabrunhado, tremulo, os olhos cheios de água, tomou os três cigarros acesos, um a um, engoliu-os, sem caretear. Dominando a dor.

- Sem mastigar! Urrava o alferes” (O JORNAL, 22 de julho de 1923)

A matéria acima foi assinada sob o pseudônimo de João do Norte, o correspondente preferiu manter-se oculto. Anos depois, em entrevista dada ao pesquisador Nertan Macedo, Sebastião Pereira desmentiria tudo:

“- Dizem ainda no sertão que o capitão me prendeu e me queimou o rosto com fogo de um charuto ou um cigarro, forçando-me, assim, a revelar o paradeiro do meu irmão. Isto não aconteceu de forma alguma. Estive, realmente, não por duas horas, mas quase uma noite inteira, de um lado para o outro, zanzando, sob as ordens do capitão. Não houve tortura de nenhuma espécie, nem ele me queimou a face.”(MACEDO,1975, p.35).

Fica evidente para nós as consequências diretas dos ataques intencionais dos meios de comunicação aos volantes, principalmente ao fortalecer a ideia de existir no cangaceiro um senso de justiça ou de confronto direto aos abusos do Estado ou de outras lideranças locais, ideia posteriormente replicada por autores interessados em tornar o banditismo rural em uma luta de classes:

“A situação dos pobres do campo no fim do século e mesmo em pleno século XX não se diferenciava daquela de 1856. Era mais do que natural, era legítimo, que esses homens sem terras, sem bens, sem direitos, sem garantias, buscassem uma “saída” nos grupos de cangaceiros, nas seitas dos “fanáticos”, em torno dos beatos e conselheiros, sonhando a conquista de uma vida melhor. E muitas vezes lutando por ela a seu modo, de armas nas mãos. Eram eles o fruto da decadência de um sistema econômico-social que procurava sobreviver a si mesmo.” (FACÓ, 1972, p. 13).

Existe sim uma disputa social, contudo, não estratificada, o cangaceirismo não era um mecanismo de uso da violência entre grupos dominantes e dominados, nunca foi um levante de uma determinada classe, mas algo muito mais amplo, uma disputa envolvendo personagens de

muito próximos em suas posições sociais, fossem elas as de maior ou menor poder aquisitivo e por consequência maior destaque social e político.

Conflitos direcionados com interesses de tomar o poder político ou de uma dominância territorial mais particular, todavia, não para subverter a estrutura já existente, apenas para substituir os personagens de destaque, no geral, com características semelhantes entre vencidos e vencedores.

No decorrer deste estudo veremos episódios em que as denúncias contra a atuação foram muito mais consistentes e trouxeram inclusive consequências aos denunciados. Contudo, o noticiário foi uma ferramenta para o enfraquecimento da atuação policial, ao menos no campo da construção de um discurso de revolta favorecendo os cangaceiros, seriam eles justiceiros incompreendidos e tolhidos pelo braço armado do Estado.

É importante compreendermos esse mecanismo, pois vemos seu uso como algo intencional, com a finalidade de fortalecimento de uma justificativa aos acontecimentos e posteriormente a transformação em uma memória superficial do próprio fenômeno.

Porém, ao ampliarmos nossa abordagem e darmos atenção as explicações apresentadas por outros militares, não apenas aos naturais de Nazaré do Pico, nos ajuda a contextualizar nosso objeto de estudos.

Os nazarenos foram, de fato, os primeiros a serem vistos pelo Estado como um agrupamento de pessoas dependentes do alistamento como mecanismo de garantia da própria segurança e mesmo de existência, mas essa necessidade não lhes foi exclusiva, outras famílias conheceram experiências similares.

Se por um lado a Força Pública abriu mão de seus ordenamentos internos, os quais previam o alistamento apenas em sua base administrativa na capital. Por outro, ela ganhou fontes rápidas e numerosas de mão de obra em determinadas regiões longínquas.

O cangaço foi amplo e irrestrito quanto a sua capacidade de difundir inimigos, de tal forma, não era apenas o povo nazareno seus antagonistas. O sucesso obtido com o alistamento de jovens iniciado em 1923 e consolidado em 1925, dada a facilidade de encontrar recrutas na região do Navio, passou a ser replicado em outras zonas. A força policial tornou-se a resposta desejada para acertos de contas.

A vingança, a necessidade de refugiar-se, ou, dentro de uma lógica local, a justiça particular, foram a força motriz para que grandes números de jovens se alistassem. Casos como o do soldado Manuel Aquino:

“Para vingar o pai morto pelo cangaceiro Português com dois cabras, tornou-se batedor da volante de Lucena ainda adolescente, enquanto dois irmãos sentaram praça na polícia. Um tio dele também era voluntário nas volantes de Lucena, além da ajuda que a família deu ao tenente Higino, tenente Arlindo, tenente Luís Mariano, e aos Nazarenos, quando passavam em Alagoas.” (BARROS, 2018 p. 48).

No final de 1938, Português⁶³ e seu bando, entregaram-se às autoridades, mas 1939 um dos irmãos do Sr. Manuel Aquino levou a cabo a vendeta, conforme noticiou o periódico:

“Ontem chegou a vez de Português, que foi assassinado em frente ao quartel do Batalhão Policial acantonado em Santana do Ipanema. Matou-o soldado da polícia Pedro Aquino, cujo pai fora assassinado por Português em 1934. O soldado assassino foi preso e recolhido ao quartel a que pertence.” (CORREIO DA MANHÃ (RJ), 15 de fevereiro de 1939).

Estar exercendo a função de policial, não era meramente o cumprimento de um dever legal, dessa forma o homicídio foi consumado, mesmo estando Português já custodiado pelo Estado. A expectativa ao se ingressar na Força era punir com a morte o algoz e não o levar às vias legais da justiça, principalmente por existir a possibilidade da não punição judicial, conforme vimos anteriormente.

Temos outros casos a serem vistos:

“Em 1925, atacando o povoado São Caetano, no Navio, no dia 24 de maio assassina José Alves de Souza (José Teotônio), como punição por ser da família de seus inimigos, sem considerar que o rapaz não tinha entrado nas “Forças” para combatê-lo. Pelos mesmos motivos serão mortos os irmãos João e Antônio de Souza Ferraz (João e Antônio Néo), na Vila de Betânia, no dia do natal daquele mesmo ano. Pondo ferros no fogo para ferrar as irmãs dos rapazes, convocou toda a população para assistir os “exemplos” que ia dar, para todo mundo ver como terminava quem não servisse a ele. Fuzilando a queima-roupa os rapazes, atendeu aos pedidos de Inocêncio Gomes de Lima, major da Guarda Nacional, para que não ferrasse as moças que já tinham sido obrigadas a assistir ao fuzilamento dos dois irmãos. Outros irmãos que sobreviveram porque não estavam na cidade, imediatamente entraram na volante.” (BARROS, 2018 p. 131-132).

Percebemos que por tratar-se de uma questão envolvendo mais de um personagem de uma mesma família, ainda sob o signo de uma solidariedade passiva, outros integrantes do mesmo núcleo seguiam em apoio a decisão do primeiro engajado:

“Em 1932, dando vazão ao ódio a qualquer parente dos Nazarenos, Lampião invade a fazenda Humaitá, município de Petrolândia, caçando os primos de Manoel Neto, João e Afonso Pacheco Delgado, conhecidos por João Gato e Afonso Gato, apelidos escolhidos pela cor clara e brilhosa dos olhos dos jovens daquela família. Num ano de seca, os rapazes se esforçavam para cuidar da fazenda de criação de gado. O pai já era morto e os filhos não foram encontrados na hora do ataque, tendo Lampião incendiado a propriedade. Retornando à casa, diante daquela desgraça, João Gato vai para a polícia de Pernambuco e Afonso Gato, por ter grande domínio do sertão da Bahia, vai,

⁶³ Francelino José Nunes, vulgo Português, integrou o bando de Corisco, mas também comandou seu grupo independente.

a conselho dos parentes, ajudar na volante do Capitão Menezes, naquele Estado” (BARROS, 2018, p. 132).

É possível vermos também uma antecipação ao risco, como relata João Gomes de Lira a respeito do soldado Jorge Fernando, que ainda muito jovem ingressou no cangaço, sob a alcunha de Fiapo, depois de pouco tempo acompanhando Lampião quis abandonar o bando e a única solução foi fugir e ingressar primeiro na polícia da Paraíba e depois na de Pernambuco (LIRA, 2013, p.71-73).

Vejamos então outros exemplos desses alistamentos numerosos, motivados sob o pretexto da autopreservação, necessários ao longo dos anos de atividade do cangaço e como eles guardam semelhanças à história nazarena, ressaltando mais algumas exceções ao regulamento interno feitas por parte da Força Pública, a qual, conforme obteve sucesso em reforçar suas fileiras com os jovens sertanejos, adequou as formações das volantes à própria hierarquia social preliminar de seus novos recrutas.

O regulamento da Força Pública determinava a condição de comandante de uma força volante obedecia à hierarquia militar dentro da polícia, cabia sempre ao que ocupasse a graduação ou o posto mais elevado estar à frente da tropa em seu campo de atuação. Entretanto, alguns personagens tiveram a oportunidade de romper com ordem estabelecida da vida de miliciano, ou seja, sendo alçados de maneira mais acelerada a um nível superior na cadeia de comando ou mesmo saltando algumas graduações no momento da admissão.

Entendemos que essa prática é um reflexo justamente da percepção do Estado sobre o indivíduo que estava sendo alistado. Se quando civil o novo soldado já detinha outros homens dispostos a lhe servir, ele acabava sendo integrado juntamente com esses agregados e mantinha a posição de liderança, recebendo a graduação de sargento, o que lhe dava o destaque dentro da tropa e era também um título a se ostentar além da vida militar.

A posição de maior relevância dentro da volante mantinha a mesma pirâmide social da vida de paisano, era um reconhecimento ao potencial do novo miliciano como condutor para sua tropa pessoal e como o mais qualificado para administrar aquela célula da Força Pública que se formava.

As questões entre os irmãos Ferreira e José Alves de Barros (Zé Saturnino) já tinham ao menos dez anos desde seus primeiros episódios, quando em 16 de agosto de 1926 Saturnino alistou-se na Força Pública:

“ALISTAMENTO NO B.I.⁶⁴ – Sejam alistados no 3º batalhão sem percepção do fardamento a contar de hoje, ficando considerados destacados em Vila Bela, os seguintes civis: José Alves de Barros, José Machado de Barros, Cicero Saturnino de Barros, Antonio Joaquim da Silva, Raymundo Nazário Pereira, João Joaquim dos Santos, João Balduino da Silva, Pedro Biu de Lima, Luiz Preto de Barros e Nomenando de Souza Lima.

Assinado pelo coronel João Nunes.

Comandante Geral das Volantes do Interior” (BOLETIM GERAL Nº 177, 16 de agosto de 1926)

O fortalecimento do cangaço, a partir de 1922 com o comando de Virgulino sobre os remanescentes do bando de Sinhô Pereira e dos novos voluntários que arregimentou, trouxe novas características ao fenômeno. Veremos esse panorama de violência de maneira mais detida, e perceberemos como Lampião foi um líder mais complexo em suas ações, e, conseqüentemente, um desafio mais difícil a ser superado, tendo o ano de 1926 como auge de seu domínio na região do sertão pernambucano.

O alistamento em 1926 de Zé Saturnino é o reflexo do fortalecimento de Lampião, que em 23 de fevereiro foi identificado como o autor da morte de José Nogueira, cunhado de Saturnino; e em 1 de agosto de 1926 atacou a Fazenda Serra Vermelha, do major João Nogueira, sogro de Saturnino, assassinando Zé da Paixão, o qual, com outros agregados e familiares do dono da fazenda tentavam defender o local, a segunda vítima, neste episódio, foi uma garota de 14 anos, de quem não encontramos maiores detalhes que a identificassem (FERRAZ, 2012, p.300-301).

Zé Saturnino então antecipou-se a um possível ataque de Virgulino. Se seus parentes já tinham sido vítimas do inimigo, não tardaria para ser sua vez. Nesse ponto, o Estado não fazia análises ou julgamentos quanto à origem da questão. Bastava apenas preencher seu quadro de policiais dispostos a tomarem parte no confronto contra o cangaço.

Cabe, neste ponto, uma reflexão a respeito da pessoa de José Alves de Barros. Como já vimos no capítulo 1 deste estudo, as intrigas e agressões que deram início as suas questões com os Ferreiras têm uma origem nebulosa e mútua, inclusive com ruptura de ambos aos acordos de paz que tentaram ser mediados. As provocações entre as partes eram de igual proporção, Saturnino e Virgulino eram a tal ponto semelhantes que cada um foi apoiado por um cangaceiro conhecido na região do Navio nos primeiros anos do conflito, da parte de Saturnino, o tio Cassimiro Honório tomou-lhe partido, e aos Ferreira chegou o apoio do tio Antônio Mathildes.

⁶⁴ A sigla B.I. é a abreviatura de Boletim Interno, o qual se trata de um documento de circulação interna aos batalhões, ele dá ciência à tropa das informações, punições e elogios ao longo dos dias de serviço. Quando traz alguma informação de maior abrangência o Boletim Interno é transcrito no Boletim Geral, notificando oficialmente, toda a tropa e instituição. Ainda hoje a prática segue essa mesma estrutura.

Relembramos também o fato de que os Ferreiras foram os primeiros a procurarem as vias legais para solucionar sua contenda em 1917⁶⁵. Contudo, como já foi aqui evidenciado, o judiciário ainda não estava pronto para solucionar as divergências particulares, uma vez que ele estava envolvido nas mesmas disputas que os querelantes que lhe procuravam.

Dessa forma, entendemos que o histórico da vida particular dos novos volantes não era necessariamente um impedimento para seu alistamento, a depender do capítulo narrado, vemos o mesmo personagem sendo algoz e vítima, a diferença está puramente na opção pela carreira policial ou pela vida errante de cangaceiro e só a partir dessa decisão é que se passa a criar expectativas de comportamento quanto a seus atos.

Um caso emblemático é o de Clementino José Furtado. Clementino Quelé, como era conhecido, foi cangaceiro até 1922, quando se desvinculou do bando. Anos depois, alistou-se nas volantes do Estado da Paraíba, e cinco anos após deixar o bando de Virgulino já teria travado aproximadamente 20 combates com o antigo chefe (VILELLA, 2015, p. 67).

Todavia, a opção pela via legalista só partiu de Quelé após ter sido atacado duas vezes em seu sítio Santa Luzia, na cidade de Santa Cruz da Baixa Verde, Pernambuco, em 05 e 11 de janeiro de 1924, segundo relata João Gomes de Lira:

“Nestas escaramuças, Clementino perdeu o irmão Pedro Furtado e os parentes, Napoleão Alves e Alexandre Diniz. No ardor de todo o fogo, Lampião, no pé da parede, chamava tudo quanto era nome de baixo calão com Clementino: tamanduá vermelho das pernas tortas, que se preparasse para morrer, que naquele dia só Deus, empataria, de beber seu sangue” (LIRA, 2013, p. 127-128).

Na descrição de Frederico Pernambucano:

“No início de 1924, dias 6 e 11 de janeiro, no arruado de Santa Cruz da Baixa Verde, então Triunfo, Lampião joga o bando contra um ex-aliado, com quem se desaviera. A vítima, Clementino José Furtado, o Clementino Quelé, ou ainda Tamanduá Vermelho – o último apelido colocado pelo próprio Lampião – natureza forte de cangaceiro forjada na mesma “escola” do agressor, resiste com a família a dois combates violentos, de seis e cinco horas de duração, verificados com apenas cinco dias de intervalo. Escapa, mas perde um irmão, um genro e um compadre, alguns parentes resultando feridos.” (MELLO, 2019, p.101)

A aceitação de Clementino retrata bem a transitoriedade dentro da sociedade sertaneja. A condição de volante era então mais uma das possibilidades à vida em armas. Ao invés de fugir dos inimigos, passava-se então a persegui-los e ante a alternativa de um local seguro para esconder-se, optava-se por tornar-se também nômade, tendo como destino apenas os locais onde houvesse notícias de seus desafetos, inclusive ampliando-os.

⁶⁵ Os documentos dessa denúncia estão transcritos em FILHO NETO, Antônio; SOBRINHO, José, 2015, p.219-251.

Quem escolhia o alistamento deixava a intriga com um cangaceiro em específico e passava a rivalizar com todos que optavam pelas trincheiras do cangaço.

Logo após ser admitido foi dada a graduação de sargento ao Clementino, era um bom arregimentador de homens para sua volante, da mesma forma que exerceu cargo de liderança dentro do cangaço, o fez nas tropas governamentais.

História ainda mais peculiar teve Arlindo Rocha, que antes de tornar-se volante já ocupava um cargo ligado à segurança pública, e na tentativa de ajudar um ex-presidiário acabou vendo sua família em risco, conforme descreve a pesquisadora Luitgarde Barros:

“Era delegado civil em Salgueiro, Pernambuco, quando o indivíduo Antonio Padre é absolvido de algumas acusações. Solto, pede ajuda a Arlindo Rocha que o deixa morar na fazenda Barrocas, onde Antonio Padre tenta conquistar-lhe a filha mais velha, Generosa Leite da Rocha, convidando-a a viverem juntos. Considerando-se desrespeitoso, Arlindo expulsa Antonio Padre, que vai para o Ceará, para a proteção de Chico Chicote, de onde passa a mandar recados sobre o roubo de Generosa, que iria realizar a qualquer hora.

Antonio Padre fez um grupo de oito, aliou-se a Lampião e partiu para o sítio Pilões, município de Salgueiro.

Avisado, o fazendeiro ataca o bando, matando Antonio Padre e Gavião.

Em seguida se dirige ao Chefe de Polícia em Recife solicitando munição, e é aconselhado a entrar nas volantes, o que faz, contratado como sargento. Seus parentes e amigos, em número de sete, são também contratados, como soldados.” (BARROS, 2018, p. 221)

Certamente Arlindo tinha consciência dos códigos morais que regiam o sertão no início do século XX, não apenas por ser natural da região, como também por lidar diretamente com criminosos em sua rotina diária. Uma vez que a honra de sua família foi posta em risco, não hesitou em antecipar-se à agressão e assassinou os cangaceiros, mas a partir deste momento assumiu o início de uma questão com outros bandoleiros que tomaram partido diante da morte dos ex-companheiros.

Fica implícita essa percepção que atribuímos ao personagem ao lermos o trecho da entrevista cedida por ele ao Jornal Pequeno:

“- Mas foi esse, Tenente, o seu primeiro encontro com Lampião?

- O Tenente Arlindo riu e respondeu a voz pausada:

- Não. Eu já vinha brigando há tempos. Desde que era sub-delegado em Salgueiro, quando fui atacado e procurei tomar desforra. Mas isso no tempo em que, no sertão, cada um se defendia por si mesmo. Eu e meus parentes demos uma brigada em Pilões. Brigada boa, aquela. Morreram de Lampião dois cangaceiros dispostos: Gavião e Antonio Padre. De lá para cá tem sido essa marcha.”(JORNAL PEQUENO, 19 de outubro de 1928)

Arlindo passou de subdelegado a sargento, e mais, comandante de uma volante. Juntamente com os exemplos de Quelé e Saturnino, temos aqui um núcleo de casos onde a

hierarquia, pilar institucional de uma força policial, foi posta de lado, em favor de reconhecer os três personagens como relevantes o suficiente e já iniciarem a vida na caserna pela graduação de sargento.

Especificamente os casos de Clementino Quelé e José Saturnino, são exemplos da pouca relevância dada pelo Estado à vida pregressa dos novos alistados, não importando se tiveram algum nível de envolvimento com o próprio cangaço, tendo em vista a chance de reforçar a tropa regular ser mais urgente naquele momento.

A Força Pública marchava com celeridade para uma mudança de suas características, o Estado fomentava a transformação de um problema institucional de segurança pública, como era o caso do banditismo rural, em uma guerra particular, dados os números substanciais de motivações pessoais que os novos componentes das volantes detinham.

As mais diversas intrigas e questões, além das perturbações sociais, levavam o povo a pôr-se em armas como uma garantia de manter seus núcleos sociais e familiares ante a ação daquele que o pusesse em risco. A Força Pública passou então a ver nessas pessoas o potencial necessário para manter a perseguição ao cangaço acesa além do interesse meramente institucional de se controlar a segurança pública:

“Fortaleciam-se com a vitamina das instituições estatais que conduziam à clandestinidade os praticantes de atos violentos, transformando-os em fugitivos da Justiça que logo procuravam as asas de outros grupos, de outros chefes, mediadores entre a clandestinidade e a legalidade. Perfurar a fronteira entre lei e crime, gerenciar os “ilegalismos”, parece ter sido a tarefa das formas de dominação que zelosamente guardaram os impulsos do povo em armas ou deram a ele determinadas direções e sentido” (VILLELA,2004, P.182)

A Guerra do Sol continuava sendo um problema que exigia resposta do Estado, mas se transformou em diversas frentes de batalha, cada chefe volante teria suas razões pessoais para estar ali, aliados a outros que estavam cumprindo estritamente seu dever legal.

3.2 Os primeiros anos de Guerra

Após o alistamento forçado, dadas as circunstâncias, não demorou para que os Nazarenos sentissem em definitivo as consequências de suas decisões. Em agosto de 1923, o primeiro confronto se daria com o bando de Lampião, os cangaceiros acamparam-se ao pé da Serra do Pico, na Fazenda Barriguda.

Pedro Gomes e David Jurubeba foram os primeiros a enfrentar na condição de soldados, acompanhados de Manoel Flor, Odilon Flor, João Flor e Luiz Soriano, todos ainda paisanos.

Feito o cerco ao local, os bandoleiros foram surpreendidos e dois tombaram rapidamente, sem que o bando conseguisse entrincheirar-se para oferecer resistência.

No ponto mais simbólico da região⁶⁶ foi feito o batismo de sangue da força nazarena, morreram no local, Tubiba e Sátiro, era o início de uma extensa história de perdas de ambas as partes e de uma transformação de paisagens. As redondezas do vilarejo passaram por uma transformação em suas memórias, substituindo sua relação com seus habitantes, por participações em episódios encarniçados da campanha anti-cangaço.

Em setembro de 1923, Lampião escolheu pontos nos arredores de Nazaré para confrontar seus inimigos. Nos sítios Jenipapo e Enforcado uma emboscada direcionada a Gomes Jurubeba se converteu em um grande tiroteio, depois de desalojados de suas trincheiras, os cangaceiros debandaram, deixando, o já soldado, Pedro Gomes ferido no braço, assim como os civis Olímpio Jurubeba e Abel Tomaz também foram feridos sem gravidade.

A progressão da violência entre as partes tornou o comportamento dos nazarenos previsível dentro de uma lógica de medo. Virgulino reservou ao biênio de 1924 e 1925 à busca por vingança de seus desafetos e não poupou esforços nesse sentido, compreendemos esse comportamento como um reflexo direto de sua maior autonomia.

Lampião já exercia a função de liderança do bando, além de ainda ter a companhia de seus irmãos Livino e Antônio, os quais compartilhavam das mesmas questões em que ele estava envolvido, servindo como reforçadores do problema a ser justificado.

Todos esses episódios eram familiares ao então governador, Sérgio Loreto, era ele natural de Águas Belas, fronteira com o Estado de Alagoas, território muito afetado pelo cangaceirismo, sendo impossível o seu desconhecimento do tema.

Mas a proximidade do governador com o assunto não se converteu em ações enérgicas o que encontramos em discurso proferido ao Congresso Legislativo de Pernambuco, foi uma repetição de ações inoperantes, por exemplo, mais uma reunião entre os chefes de polícias dos Estados vizinhos, da qual chegou-se a seguinte conclusão:

“O combate ao cangaceirismo tem merecido particular atenção do governo. O banditismo continua a ser um dos flagelos da zona sertaneja, onde atentados as pessoas e as propriedade se repetem frequentemente.

[...]

Da conferência realizada evidencia-se a necessidade de manter o Estado de Pernambuco nas suas fronteiras cerca de 200 praças, permanentemente, além do argumento dos destacamentos locais. Essa providência não foi ainda totalmente posta

⁶⁶ O Pico de Nazaré é constantemente rememorado por ex-combatentes nascidos na região (LIRA, 2013; FERRAZ, 2012, PAUTILHA 2012), como uma referência geográfica para o deslocamento e também como símbolo afetivo de identificação do local. O pico está de tal forma associado ao lugar, que ele é representado na bandeira, no hino e no nome da povoação, Nazaré do Pico.

em prática pela deficiência do efetivo dos batalhões da Força Pública.” (SÉRGIO TEIXEIRA LINS DE BARROS LORETO, Governador, 6 de março de 1923)

Embora tenha evidenciado a demanda por policiamento, os documentos da caserna nos mostraram as mesmas dificuldades serem perpetradas, como a escassez de material humano e bélico:

“Minha Força era composta de 26 praças, sendo impossível fazer um bom cerco pois este reduto com menos de 200 braças não se poderá cercar tal é o estado favorável aos que lá são atacados.

Travei tiroteio com os bandidos, não só gastei toda munição juntamente minha Força fui forçado retirar-me, o que foi feito com a melhor ordem, não houve prejuízo em minha Força, juro ter havido prejuízo da parte dos bandidos. Saudações. Tenente Optato Gueiros, comandante Força volante” (BOLETIM GERAL N°86, 14 de abril de 1923)

Nos foi possível encontrar Boletins Gerais de diferentes momentos dentro do mesmo período, nos trazendo o indicativo de uma certa constância do problema:

“Vila Bela, 24. – Com os últimos tiroteios aqui havidos esgotou-se munição rifle em carga no destacamento ficando ainda algumas praças com as suas cargas incompletas. Peço vossas providências a respeito fim não haver falta ocasião oportuna. Saudações. Tenente Amadeu, comandante Força Volante.” (BOLETIM GERAL N° 290, 22 de dezembro de 1923)

Ressalvamos positivamente apenas o Boletim Geral N° 151, de 3 de julho de 1923, no qual o número de militares é acrescido, o quadro passou a ser composto por 2.257 praças e 87 oficiais, são 307 homens a mais, corrigindo as perdas de pessoal do ano de 1922 e equiparando-se aos números de 1921, tornando esse ganho de efetivo inexpressivo, embora positivo.

Os jovens nazarenos, muito provavelmente, não sabiam de todos pormenores administrativos, todavia, era possível sentir as consequências dessas decisões, seja diretamente aos tornarem-se soldados, na falta de material de trabalho e de maneira mais subjetiva com o fortalecimento do próprio inimigo, beneficiado pela incapacidade da Força Pública de combatê-lo, ou na escassez de contingente para assegurar a integridade aos moradores do interior pernambucano.

A grande mudança trazida pelo alistamento em zonas mais ermas, foi a abertura da possibilidade de enfrentar as hordas de cangaceiros, o que não significa que existiu uma equiparação de forças, conforme evidencia a entrevista cedida pelo Tenente Luiz Mariano⁶⁷ na fase final da campanha, onde muito já tinha se avançado em termos de suporte à tropa:

⁶⁷ Luiz Mariano da Cruz, natural do município de São José do Belmonte, nascido em 08 de dezembro de 1899 na Fazenda Cacimba Nova. Já era volante antes do ingresso dos Nazarenos na Força, com cerrou fileiras comandando

“E o que mais impressiona ao povo é verificar-se que, os bandidos estão armados até os dentes mosquetões mauser novos, dos últimos modelos usados pelas forças armadas. Dispõem também de munição fabricada no ano de 1932, o que se sabe porque, eles quando entram em ligeiros combates com as nossas tropas, deixam no local capsulas detonadas, tão novas que parecem tiradas as mesmas naquele dia dos cunhetes.” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 24 de novembro de 1937)

Retornemos então ao ano de 1924, inaugurado com o episódio do ataque a Clementino Quelé e seus parentes, em Santa Cruz da Baixa Verde, detalhado anteriormente nesse capítulo e descrito da seguinte forma nos boletins institucionais:

“Triunfo, 6. – Hoje 5 horas bandido Lampião frente 60 homens cercou lugar Santa Cruz, distante desta cidade 6 quilômetros, travando renhido tiroteio moradores ali resultando assassinatos Pedro José Furtado, conhecido Pedro Quelé e Alexandre Cruz, ficando gravemente ferido Deposiano Alves Feitosa imediatamente mandei força encalço bandidos que perseguidos internaram-se Estado Paraíba diante ocorrido cidade está bastante alarmada. Continuo tomando enérgicas providências evitando fatos graves. Saudações. Tenente Malta. Comandante Volante” (BOLETIM GERAL Nº 5, 7 de janeiro de 1924).

“Bandido Lampião frente numeroso grupo cangaceiros assaltou ontem lugar Santa Cruz, onde depois incendias 3 casas travou renhido tiroteio moradores ali. Logo tive ciência fato fiz seguir força socorro moradores chegando felizmente tempo salva-los tendo força sido recebida a bala pelos bandidos havendo cerrado tiroteio espaço 1 hora terminando com recuo mesmos bandidos, que internaram-se Paraíba. Força mostra-se disposta e satisfeita convindo porem remessa munição máxima urgência. Consta bandidos chegaram Patos conduzindo diversos feridos. Saudações. Tenente Malta. Comandante Volante.”(BOLETIM GERAL Nº 10, 12 de janeiro de 1924).

As volantes evitaram a conclusão do plano de Virgulino. Após o ataque à Santa Cruz da Baixa Verde, rumores do retorno do Rei do cangaço à Nazaré espalharam-se causando muita movimentação para tentar reforçar o policiamento e precaver-se do ataque:

“Vila Bela, 19. – Conforme telegrama delegado Floresta pedindo socorro este destacamento fez seguir 10 praças Nazaré visto ali achar-se Lampião ficando aqui 17 praças inclusive 6 doentes. Tenente Amadeu Comandante volante.”(BOLETIM GERAL, Nº 19, 23 de janeiro de 1924).

“Triunfo, 25. – Delegado Floresta diz Lampião Nazaré tendo Tenente Amadeu visado hoje achar-se mesmo bandido São Francisco. Acho pudente não retirar força Santa Cruz nem desfalcas força cidade. Por estes dias começará formação de culpa fase mais delicada processo resto expedição precatória intimação Princesa e outros municípios. Tenho 12 praças diligências sendo 4 Floresta, 4 Rio Branco, 2 Belmonte e 2 Flores. Saudações. Tenente Malta Comandante volante.”(BOLETIM GERAL, Nº 22, 26 de janeiro de 1924).

Se os boletins relacionados ao embate deram notícia de aproximadamente 60 cangaceiros, a movimentação de reforços expõe a fragilidade da Força. Por sorte, não foi Nazaré o alvo imediato, mas sim Tibúrcio Severino da Silva, o Nego Tibúrcio como era chamado, cabra

e sendo comandado, chegando muitas vezes ser confundido como um nazareno propriamente, dada a proximidade e frequência com que estiveram juntos (OLIVEIRA, 2022, p.334-336).

de Zé Saturnino (CHANDLER, 2003, p.60-61; FERRAZ, 2012, p. 218-219), arranchado na vila Santa Maria, no município de Mirandiba.

Tibúrcio foi encurralado e morto ao lado de cinco outros companheiros. acuado em seu esconderijo, sem ter para onde correr devido a uma forte correnteza no Rio Pajeú que margeia o local.

O já experiente militar Theophanes Ferraz⁶⁸ foi nomeado como novo comandante das forças volantes, tratando-se de um cidadão florestano e parente direto de muitos dos envolvidos nas questões, tinha interesses particulares no assunto:

“Vila Bela, 07 – Comunico-vos cheguei ontem nesta cidade assumindo hoje comando geral forças serviço perseguição banditismo zona sertaneja. Depois proceder rigorosa contagem munição distribuída praças e estudar situação tudo vos exporei minuciosamente. Saudações. Major Theophanes Torres, comandante força volante.” (BOLETIM GERAL, N° 57, 07 de março de 1924).

E tão logo o novo comandante tomou posse, um resultado muito positivo foi repentinamente alcançado:

“ A 23 de março, Lampião recebe o falado ferimento no dorso do pé direito, com saída da bala pelo calcanhar e perda de parte do osso calcâneo. Ferimento que o obrigaria a oscilar como um pêndulo na caminhada pelo resto da vida, tendo de jogar o pé para frente a cada passo. Seu irmão Antônio sai baleado na mesma troca de tiros verificada na Lagoa do Vieira, doze léguas ao norte de Vila Bela. Pelo feito que pronunciou os combates de 2 de abril na Serra do Catolé e no Serrote dos Barros, localidades ao norte de Vila Bela, com resultado das mortes dos cangaceiros Cícero Costa de Lacerda, o Asa Branca, enfermeiro do bando, e Lavandeira, responde a numerosa força policial que tinha sede ali, sob o comando do major Theophanes Ferraz Torres.” (MELLO, 2018, p.101).

A literatura especializada nos leva a crer que por pouco Lampião não veio a perder a vida depois desse ferimento, o líder do bando desgarrou-se em meio à confusão e ficou perambulando pela caatinga por dois dias, enquanto o pé infeccionava, até ser resgato e levado ao Saco do Caçula, na Paraíba, onde foi ajudado por Marcolino Diniz, viabilizando inclusive a vinda de médicos para o tratamento do ferimento.

Theophanes conseguiu um grande feito, o primeiro golpe mais incisivo até então no ainda jovem Rei do cangaço. De maneira ampla, trouxe ao primeiro semestre de 1924 um cessar fogo forçado no sertão do Pajeú. Todavia, ainda em recuperação, Virgulino coordenou todo o ataque a cidade de Sousa, no cariri paraibano, confiando suas ordens aos irmão Antônio e Livino.

“O quadro ali consegue ser chocante, a despeito do cotidiano de violência vivido na região. Cidade tomada por várias horas, polícia posta a correr, o machado trabalhando

⁶⁸ A nomeação de Theophanes pouco durou, em 25 de novembro de 1924 foi nomeado o segundo Tenente Higino Belarmino ao comando das Forças Volantes, conforme BG N° 267. Embora o tenente detivesse grande experiência de campo e em muitos momentos tenha demonstrado grande valor em suas ações, a nomeação de um oficial de posto inferior simboliza uma perda de poderes dentro da estrutura militar.

como nunca na abertura das casas senhoriais, juiz de direito espancado e cavalgado no meio da rua, como cavalo, pelo cangaceiro Paizinho, a rapina subindo aos duzentos contos de reis.” (MELLO, 2018, p.102).

O banditismo se alastrava rápido, misturava violência e ousadia em seus feitos e desaguava em notícias nos jornais das capitais e por sua vez aguçavam ainda mais o medo, principalmente na população da região vitimizada pelo problema:

“Os bandidos, após forte tiroteio, conseguiram saquear diversas casas comerciais, cometendo as maiores atrocidades e atos de rapinagem.

Assim é que aprisionaram o juiz de direito, Dr. Arquimedes Souto, cuja liberdade foi conseguida pela esposa do mesmo magistrado, mediante pagamento de 1:700\$000 (um conto e setecentos mil réis).

Comerciantes ali estabelecidos, também foram sequestrados sendo-lhes dada a liberdade, mediante grossas quantias.

Notícias vindas da Paraíba dizem que esse assalto merece preder-se a questões políticas, pois os bandoleiros saquearam as casas de negócios de uma facção política, o mesmo não sucedendo a outros, adversários daqueles.” (O JORNAL, 15 de agosto de 1924).

Alguns nazarenos foram recrutados, ainda na condição de civis, pelo Sargento Higino Belarmino para apoiar as volantes paraibanas, em um dos combates faleceu Gabriel de Souza, o Bié, primeiro nazareno a tombar em confronto (LIRA, 2013, p. 152), não encontramos muitos detalhes de como se deu essa perda, talvez pelo número ainda pequeno de nazarenos na força, esse é um episódio pouco pronunciado posteriormente.

Em novembro de 1924, Lampião já recuperado voltou a circular pela região do Navio, visitou primeiro Betânia e se dirigiu ao centro de seus desafetos, Nazaré. Em 14 de novembro os cangaceiros encontraram Pedro Tomaz de Souza Nogueira e seu primo Regino Nogueira na Fazenda Lagoa Cercada, banhando-se no açude, rapidamente cercados e postos a correr sob forte tiroteio.

O bando se dirigiu à Fazenda Lagoa do Mato, da família Nogueira, rompendo a resistência que Inocêncio Nogueira e Manoel Tomaz tentaram impor, incendiaram a sede e mataram todo o gado. Seguiram então rumo às Baixas, nas cercanias de Nazaré, muitos nazarenos já estavam cientes do ataque devido os estampidos das armas, e seguiram em socorro dos Nogueira, um novo confronto se deu, nas memórias de Manoel Flor:

“Tomamos cautelosamente a pista que, de propósito, os bandidos tinham deixado evidente para atrair seus perseguidores a uma emboscada. Postamo-nos em observação nas cercanias das casas e logo pudemos compreender o artil: os cangaceiros estavam nelas ocultos, uma vez que as mesmas tinham as portas e janelas francamente abertas e não podíamos notar movimentação em seu interior, nem mesmo de seus moradores. Sentimos a impossibilidade de efetuar manobra de cerco, tanto pela posição vantajosa em que os cangaceiros se encontravam como por serem eles numericamente superiores em pelo menos três vezes ao nosso grupo.” (FERRAZ, 2012, p. 234-235).

Os nazarenos chegaram a recuar, mas um outro grupo vindo do vilarejo ajudou a reascender o confronto, na descrição de David Jurubeba:

“Vinhão no grupo dois jovens rapazes – quase duas crianças – Olímpio, meu irmão, e Inocência, meu primo, dois rapazes valentes e de muito caráter. Meu tio Gomes Jurubeba passou a nos comandar. Vinhão também Manoel Flor⁶⁹, Euclides Flor e Manuel Jurubeba, irmão de Gomes, além de outros parentes.

Vinhão silenciosamente para ver se pegávamos o bando de surpresa. Entramos no curral pelo lado oposto às casas e, agachados, nos aproximamos do lance de cercas perto delas. Apoximei-me e olhei por uma brecha em direção à casa. Lampião estava encostado na parede externa, absorto em pensamentos, com a vista baixa, alheio ao ambiente e ao tempo. Como meu rifle estivesse sem alça de mira, pedi o meu fuzil que estava em poder de Pedro Tomaz, e mirei domoradamente a testa de Lampião. Já estava contado com o Lampião morto e enterrado, pois nunca perdi um tiro na minha vida, depois de ter alvo na minha alça de mira. Já o via bem despachado para outro mundo.

Quando puxei o gatilho, verifiquei que a arma estava travada, precaução que Pedro Tomaz tivera para conduzi-la com maior segurança. Lampião continuava absorto e enlevado não sei em quê, mas alheio ao mundo. Procurei destravar a arma o mais mansamente possível, mas não pude evitar o estalido dado pela forte mola de aço” (SÁ NETO, 2004, p.54-55).

Novamente as Baixas tornou-se campo de batalha, essa versão dada por David é fortemente difundida ainda hoje, na qual a sorte mais uma vez livrou Virgulino da morte, como ocorreu ao ser ferido no pé, mas o resultado desse dia foi muito negativo à família nazarena, os dois mais jovens do grupo foram mortos, primeiro Olímpio Jurubeba, na descrição de David:

“Cheguei ao local onde ele estava e vi logo que perdera meu irmão. Estava com a espinha dilacerada por uma bala, disparada por Livino, irmão de Lampião. Sentei-me no chão, numa pequena sombra ali existente e pus a cabeça dele em minha perna, procurando dar-lhe talvez um pouco de conforto, mas certamente, externando-lhe todo meu carinho e apreço.

[...]

Estávamos conversando mansamente quando um novo tiro atingiu o meu desditado irmão, varando-lhe a cabeça, não me atingindo por um milagre.” (SÁ NETO, 2004, p.57).

Em seguida, Inocência, o qual não percebeu a aproximação do inimigo enquanto estava entrincheirado ao lado de Inácio:

“Logo Inácio desconfiou e começou a atirar contra os vultos no serrote, mas Inocência se ergueu e gritou, levantando os braços: “Inácio, não atire, que são nossos companheiros!” Foram suas últimas palavras: recebeu um balaço na axila. Inácio não deixou o companheiro morto e continuou lutando junto a seu corpo.” (FERRAZ, 2012, p. 238).

Queremos encerrar a narrativa sobre o combate das Baixas com a reflexão deixada por Manoel Flor:

“Algumas pessoas podem hoje perguntar: “Por que sustentar uma luta tão penosa, com tantas desvantagens? Mas nós tínhamos de prosseguir e nos mostrar mais fortes que o inimigo, pois o vislumbre de derrota fatalmente levaria o povoado a ficar

⁶⁹ Notemos uma pequena contradição nos depoimentos, Manoel Flor, em suas memórias se diz presente desde o primeiro momento nas Baixas, David relembra sua chegada em momento posterior.

completamente a mercê dos cangaceiros, à sua fúria incontida e perversidade de que tantas vezes deram exemplo eloquente na região do Pajeú.

Lampião tinha algo por que lutar, embora muito lamentável objetivo: a vingança, o saque, a destruição, a morte. Os trabalhadores sertanejos tinham apenas uma meta: preservar os frutos do árduo trabalho no campo, seus pertences, suas famílias.

Nas Baixas, os tiros procuravam os corpos, numa guerra fratricida de sertanejo contra sertanejo, desfecho lamentável de uma triste cadeia de acontecimentos.” (FERRAZ, 2012, p. 2240).

O ano de 1924 terminou enlutado para as famílias nazarenas, e em festa para Lampião, que preferiu não se afastar da região do Navio, rondando pelos sítios entre Betânia, Floreste e Serra Talhada, onde confraternizou-se com muitos de seus coiteiros, principalmente nas regiões de São Francisco e do Saco, pequenos distritos onde o cangaceiro matinha uma rede de apoio regular.

Contudo, em 28 de janeiro de 1925, numa manhã de chuvas muito fortes, comuns nesse período do ano, era também dia de feira, dessa forma a maioria dos homens estavam no povoado negociando suas produções. Logo, nos sítios, em sua maioria, só estavam mulheres e crianças. A mão punitiva do cangaço não dava trégua, fogo no sítio Jenipapo, primeiro as casas de Hercílio Nogueira, Lero e Eloy Jurubeba, em seguida, marcharam com a mesma finalidade à casa de Gomes Jurubeba.

Gomes estava em sua residência, acompanhado da irmã, dos filhos e sobrinhos. Foi atacado pelo bando, resistiu o suficiente para que outros viessem em seu socorro, mas antes da chegada, Lampião se dirigiu a região da Ribeira da Ema, na intenção de incendiar a casa de Manoel Jurubeba, mas foi frustrado e repellido pelo mesmo grupo que socorrera Gomes Jurubeba.

João Gomes de Lira⁷⁰ relembra o fatídico dia da seguinte forma:

“A destruição das casas dos irmãos Hercílio, Lero e o cunhado Eloy Jurubeba, foi total. Incendiaram a capricho. Tudo ficou por terra. Os donos só ficaram com as roupas do corpo.

Foi apenas 28 de janeiro de 1925, de verdadeira aflição e correrias em Nazaré. De tudo me recordo como se fosse hoje. Lembro-me perfeitamente daquele dia frio e saudável, da forte chuva e da grande enchente dos riachos do Pico e do Meio, dos tiros e gritos dos bandidos, como também dos vibrantes toques de corneta do Lampião, dos tiros e desafios do meu velho e saudoso pai, Gomes Jurubeba que, passeando no terreiro, não se enfadava de gritar, chamando o inimigo para vir brigar. Apesassr de só, mesmo sabendo do elevado número de cangaceiros, Gomes não mudou de cor. O seu tom de voz permaneceu firme, o seu sangue não fugiu. A sua cor morena continuou como sempre. É com profunda emoção que escrevo este comovente episódio, que tanto relata aquele angustiado dia para os nazarenos, principalmente para o meu velho pai, que sozinho, destinou-se a enfrentar o seu temível inimigo Lampião, com trinta e cinco bandoleiro.” (LIRA, 2013, p. 186-187)

De maneira mais sintética relembra Herculano Nogueira:

⁷⁰ João Gomes nasceu em 13 de julho de 1913, tinha apenas 12 anos nesse episódio.

“em uma quarta-feira, no dia 25 de janeiro de 1925, quando me encontrava na feira de Nazaré a seis quilômetro de distância da nossa propriedade, o Genipapo, os bandidos Ferreira aproveitaram da nossa ausência e queimaram nossa casa com tudo que existia dentro, ficamos apenas com a roupa do corpo” (NOGUEIRA, 2005, p.11)

A importância desse período de transição entre a proposta de alistamento em 1923 e o engajamento definitivo dos filhos de Nazaré, a partir de 1925 é justamente os episódios que acabamos de narrar. Em período inferior a dois anos, toda a zona do povoamento fora afetada economicamente e moralmente. Reservamos a última parte deste capítulo, a uma análise de alguns conceitos existentes no cangaço e passíveis de revisão, se não integral, mas ao menos parcialmente quanto a suas aplicações agora que temos um bom número de novos elementos pesquisados por nós.

Este capítulo de nosso estudo iniciou-se demonstrando como os nazarenos não eram um episódio isolado, outras famílias passaram por quadros muito similares, a diferença está em suas particularidades: a quantidade de núcleos afetados dentro de uma mesma região; a convivência desde a infância de nazarenos e Virgulino; a continuidade do enfrentamento ao cangaço, mesmo quando ele buscou novas zonas de atuação, distantes de sua origem; e as perdas e cicatrizes deixadas depois de uma fase tão encarniçada de conflitos.

Outros episódios importantes na jornada lampiônica poderiam ser citados dentro de nosso recorte temporal, contudo, tentaremos sempre nos limitar aos que foram de maior relevância ao nosso objeto de estudo.

Embora saibamos que as atividades cangaceiras em outras regiões, principalmente como chegavam as notícias de tais fatos também eram um elemento de forte comoção, o ataque a Souza, recebeu uma atenção prolongada dos jornais. Acreditamos inclusive impacto negativo de temor e insegurança, afetando as decisões de nossos personagens, mas sempre priorizaremos os episódios de envolvimento direto.

3.3 Lutar por necessidade

É difundido entre os diversos autores, sejam nas fontes acadêmicas, memorialistas ou orais, que a grande mudança na capacidade de combater os cangaceiros se deu a partir do alistamento de homens sertanejos. Nesse ponto, tendemos a concordar com essa percepção, mas por razões divergentes das apresentadas na literatura.

Se o banditismo rural na estrutura do cangaço, tal qual conhecemos, é noticiado desde o século XIX, ele chegou ao ápice nas primeiras décadas do século XX e acompanhou próprio

processo de desenvolvimento dos estudos regionalistas deste mesmo período. Pondo em lados opostos não apenas regiões do Brasil, mas também indivíduos que poderiam estar dentro uma mesma microrregião, no nosso caso, de um único estado:

“O antigo regionalismo, inscrito no interior da formação discursiva naturalista, considerava as diferenças entre os espaços do país como um reflexo imediato da natureza, do meio e da raça. As variações de clima, de vegetação, de composição racial da população explicavam as diferenças de costumes, hábitos, práticas sociais e políticas. Explicavam a psicologia, enfim, dos diferentes tipos regionais. As grandes distâncias, a deficiência nos meios de comunicação, o baixo índice de migrações internas entre Norte e Sul, tornavam estes espaços completamente desconhecidos entre si, verdadeiros mundos separados e diferentes que se olhava com o mesmo olhar de estranhamento com que nos olhavam da Europa.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR. 2011, p. 53)

Trazemos essa reflexão ao nosso trabalho e vemos como a percepção de espaço e de estranhamento entre indivíduos é relativa, não necessitando recorrer a uma mudança geográfica tão grande.

Esse olhar opositivo e crítico ao outro, faz parte ainda hoje da percepção daqueles que se prestam a tratar do tema volantes e cangaceiros. Leva autores a trazer supostos atributos e defeitos aos personagens baseados em seus locais de nascimento; enaltece a dicotomia entre o homem litorâneo e o sertanejo, o urbano e o rural, o moderno e o atrasado. Podendo acenar com admiração a essa rusticidade natural:

“Os bandoleiros, sertanejos calejados nas asperezas da vida, seriam acostumados a tudo, enfrentando intempéries, chuvas ou canícula, afeitos a passar fome e sede, dormindo ao relento, com a resistência não de ferro, - que pode quebrar, - mas de couro, que torce, se ajusta, cede, mas não quebra.” (PORTO, 1973, p.122).

Ou enfatizar uma suposta pobreza de espírito:

“Foi a alma do sertão que moldou e fundiu a do cangaceiro. A fim de viver nessa região agreste, batida de sol, é demasiadamente sóbrio. O eterno combate contra o meio inóspito desenvolve-lhe a coragem e a resistência. A ameaça continua de perecer dá-lhe o fatalismo e estoica resignação para todos os males.” (BARROSO, 2012, p.24).

Acreditamos que a principal divergência entre o soldado vindo da capital e o alistado no interior, não era algo de cunho natural, mas sim, motivacional, as famílias Flor, Leite, Lira, Souza, Jurubeba, Nogueira, Ferraz, dentre tantas outras, se viram em um momento de necessitarem combater, onde lhes foram dadas as alternativas de morrer, fugir e lutar.

Isso era o bastante para leva-los a extremos e manter a motivação em continuar, dado o próprio risco, subsidiados pela instituição policial ou não.

Sob uma lógica simples, enxergamos a estrutura logística e as condições de trabalho da própria Força Pública algo que tornava desinteressante ao soldado da capital o serviço no sertão.

De acordo com as pesquisas recentes (ALBUQUERQUE, 2016, p.46-47), o soldo mensal inicial do policial, na graduação de soldado, em 1923 era de 24.000 mil-réis, o que equivalia a 2,44 dólares, a título de comparação uma cuia de feijão em 1919 custava em torno de 1.200 réis.

O autor ainda nos esclarece (ALBUQUERQUE, 2016, p.44-45) o funcionamento bimestral do envio de soldos aos soldados do 3º Batalhão. Os valores eram remetidos normalmente a pontos base em cidades como Águas Belas, Arcoverde e Serra Talhada, sendo necessário o deslocamento do militar, por meios próprios, para o recebimento. Muitas vezes nada lhe restava de pagamentos, uma vez que tinham seus débitos com fornecedores descontados previamente em seus soldos.

As despesas, para o militar iniciavam-se desde a escolha por servir no 3º Batalhão:

“Tudo nos faltava.

Viajei muitas vezes, a pé de Vila Bela a Rio Branco e vice-versa. Houve tempo em que as nossas próprias passagens pagávamos, no trem, sob a alegação de que era de nosso gosto preferir o sertão à capital, não íamos contra a vontade, então “pague seu transporte”.” (GUEIROS, 1956, p.204).

O serviço no 3º Batalhão tornava-se oneroso, Optatos Gueiros relembra um momento no qual sua volante confundiu outra que se aproximava e acabou desperdiçando algumas munições:

“O coronel João Nunes determinou o desconto da munição de nossos vencimentos, alegando que nós estávamos “brincando de cangaceiros”” (GUEIROS, 1956, p.210).

A consequência era muitas vezes a recusa da tropa em lançar-se numa missão tão adversa, chegando inclusive a preferir a prisão conforme vemos no caso a seguir:

“Jatobá, 30. – Comunico-vos que em cumprimento ordens Dr. Chefe de Polícia sigo hoje diligencia município Boa Vista. Soldado 3º Batalhão aqui destacado Antonio Ferreira de Mello, recusou-se terminantemente seguir diligencia declarando preferir exclusão qualquer serviço fora cidade. Deixo referido Soldado recolhido xadrez vossa disposição. Em Boa Vista aguardo vossas ordens. Saudações. Major Thephanes Torres, comandante destacamento.” (BOLETIM GERAL Nº 01, 02 de janeiro de 1924).

Aos sertanejos alistados, por serem refugiados do próprio cangaço, estavam numa lógica inversa, não lutar seria a maior de todas as punições, contradizendo parcialmente o que Luitgarde expôs: *“Era realmente um código de honra, uma luta pela justiça, que poucas pessoas poderiam entender, principalmente em homens com tanto prazer pela luta”* (BARROS, 2018, p.177).

Por mais sutil que possa parecer, mas existe uma diferença importante entre causa e consequência, o cangaço levou nazarenos a alistarem-se, sem estarem necessariamente aptos

ao trabalho. Diferente da lógica de Luitgarde onde existiria uma pré-disposição ao trabalho, a qual teria sido corroborada com suas atuações em campo.

A memórias documentadas nos dão uma dimensão do quanto essa vocação pode ser contestada, esse senso de honra e justiça também eram falhos ou mesmo ampliados conforme a necessidades dos atores envolvidos. Mas não nos parece mudar o estado de necessidade no qual Nazaré se encontrou.

Nossos estudos, a partir do próximo capítulo, avançarão pelos últimos anos de nosso recorte temporal. Nele veremos muitos dos erros cometidos, reconhecidos inclusive pelos próprios volantes, ressaltando por vezes a falta de habilidade em participar de uma campanha militar ou o exagero ao tentar alcançar os próprios objetivos desmedidamente.

Nesse ponto, os relatos deixados acabam nos sendo a evidência mais relevante para o debate, pois, põe em suspeição muitas das leituras historiográficas posteriores. Tanto a ideia de uma propensão ao heroísmo militar, quanto a qualificação natural à guerra, atribuindo uma condição primitiva a sociedade rural que os levava a estarem mais prontos para lidar com o desafio nos parecem equivocadas.

O sofrimento imposto na campanha pelas adversidades do semi-árido não foi menos penoso aos nativos. Essa hipótese não é condizente com os relatos deixados. Neco de Pautilha relembrou:

“Estávamos há três dias com sede, muito cansados e com fome. Mais ou menos uma légua depois encontramos água no croatá⁷¹. Era uma água muito suja mas, mesmo assim, fizemos café para o baleado e também tiramos para beber, e seguimos viagem.” (SOUZA, 2012, p. 75).

Descrição ainda mais forte foi feita por João Gomes de Lira, ao relatar a passagem da volante pelo Raso da Catarina, no sertão baiano:

“O Sgt. Euclides entrou e seguiu na trilha dos inimigos, no terrível Raso do Inferno. O pior foi que entrou desprevenido de tudo, passando três dias de fome e sede. No terceiro dia, já não podiam mais falar, todos com a vista curta, sem nada dizer.” (LIRA, vol. II. 2013, p.204)

Euclides Flor⁷² designou um pequeno grupo que estava em melhores condições para procurar água, os enviados após retornarem com o líquido depararam-se com a seguinte cena:

⁷¹ Croatá é um planta comum na região semi-árida, é da família das bromélias, suas folhas são alongadas e servem como uma espécie de calha para água da chuva, a qual escorre e se acumula no centro da planta, para que a mesma utilize esse reservatório natural ao longo do período de estiagem. Pequenos animais costumam se servir e se acumular nesses espaços, buscando o precioso líquido.

⁷² É possível encontrar na literatura o nome do militar com a grafia “Euclides”, contudo, mantivemos a mais recorrente, sem o “y” por ser a constante em seus documentos no arquivo da PMPE, Pasta Individual N°268.

“O soldado Gilú, encontraram de queixo cerrado. Para introduzir o líquido foi preciso abrir sua boca com a ponta de um facão forçando o maxilar. Botando água na boca, com uma colher.

[...]

O soldado Gilú impressionado com o que passou, viu e sofreu no Raso da Catarina, certo dia disse que não voltaria nunca na sua vida a entrar naquele inferno. Ao dizer estas palavras, detonou um tiro na cabeça, caindo sem vida.” (LIRA, vol. II. 2013, p. 205).

São muitas as fontes desse tipo de experiência:

“Quase todos nós urinávamos sangue. O sol muito quente transformava o solo num braseiro. Três soldados tentaram suicidar-se, sendo obstados pelos demais. Perdemos por completo todo o ânimo e abandonamos pelo caminho todo o armamento, munição, bornais e tudo mais que constituísse peso.” (GUEIROS, 1956, p.145)

Concordamos ao imaginar o prévio conhecimento da região como um benefício. Isso era uma qualidade peculiar aos sertanejos, serem originados dentro dos 26.000km² abrangidos pelo cangaço era de muita serventia para tropa.

Encurtava-se as distâncias a serem percorridas, na falta de estradas regulares eram por antigas rotas de comércio e por veredas na caatinga que precisavam caminhar; conforme a citação de Neco de Pautilha, conhecer a biodiversidade também ajudava a improvisar suprimentos, nem sempre de melhor qualidade, mas o mínimo necessário para manterem-se vivos; além de reconhecer as redes de abastecimento dos cangaceiros, os afamados coiteiros, e persegui-los com grande rigor.

Todas essas particularidades realmente faziam parte da vivência dos soldados interioranos. Mas a sustentação do ímpeto estava no risco de destruição do próprio núcleo social de onde eram originados.

Essas pré-condições adaptativas ao meio natural não podem ser desconsideradas ao estudarmos o tema, mas devem então ser relativizadas quanto a sua capacidade influenciar os personagens ao decidirem integrar a Força Pública e mais ainda, em permanecerem nela.

Não descartamos de forma alguma, outras motivações possíveis para se ingressar na tropa, razões inclusive listadas nas pesquisas de BARROS (2018, p.176-177), as quais variavam desde uma busca por enriquecimento rápido, resultado da captura de cangaceiros e a divisão dos espólios do derrotado, até mesmo a busca pela liberdade de lançar-se sertão a dentro, numa idealização do conflito, transformando-o em uma aventura.

Nos resta agora uma das abordagens mais recente aos estudos das volantes, trazida por ALBUQUERQUE (2016), na qual ele reconhece a volante como uma ferramenta de especialização da própria polícia:

“As tropas volantes em Pernambuco representam mais que uma força de repressão ao cangaço. Representam a utilização dos saberes de uma região, incorporados a uma Instituição pautada na hierarquia e disciplina, que contribuíram na composição da estratégia de combate baseada no inimigo. A Tropa Volante, mais do que uma força de contenção do Estado, foi uma solução possível que o Estado encontrou para lidar com o cangaço.” (ALBUQUERQUE, 2016, p.37).

Não discordamos por inteiro do conceito construído, ressaltamos apenas o mérito da Instituição nesse desenvolvimento da Tropa Volante. A entrada de jovens do interior e a confiança a eles para a solução dos problemas do banditismo nos parece muito mais uma transferência de responsabilidades por parte da Força, ao invés de um planejamento estratégico de mudanças de abordagem do conflito.

Se olharmos o resultado final alcançado pelas volantes, seja na expulsão de Lampião para os estados do sul do Rio São Francisco ou posteriormente com a morte do Rei do Cangaço e a debandada geral dos seus asseclas, a afirmação de Albuquerque pareça mais sólida, contudo, quando nos debruçamos pelos percalços da jornada anti-banditismo, encontramos uma sucessão de erros e comportamentos, que faz questionar o mérito do Estado nesse processo.

Nosso estudo, ao escolher o recorte temporal e o grupo específico para objeto de pesquisa tem por finalidade demonstrar como o empirismo da tropa foi reconhecido pela Instituição. E principalmente, queremos realçar o processo de erros e acertos até o alcance do objetivo.

Compreendemos o cangaço dentro do universo da segurança pública como mais um problema a ser tratado pelas instituições oficiais, a urgência por solucionar a questão era mais latente nas suas vítimas, que propriamente na cúpula governamental, a qual sujeitava-se a uma série de outras demandas e imposições da própria sociedade.

É possível enxergarmos o reconhecimento dos saberes sertanejos, sugerido por Albuquerque, mas antes dessa conjunção de visões, entre Força Pública e a Tropa, houve um abandono em campo de batalha por parte do governo. E a própria guerra tratou em delimitar as experiências úteis das inúteis.

Ainda dentro do estudo de Albuquerque:

“Esses militares sertanejos surgiram sem quartéis, sem cursos de formação e sem treinamento regular. A falta de cursos de formação policial militar fez com que o adestramento da tropa fosse construído de forma empírica ao longo de suas atividades.” (ALBUQUERQUE, 2016, p.55).

O trecho acima é uma síntese de um episódio vivido por Neco de Pautilha:

“Éramos vinte e cinco homens e fomos trabalhar com o Tenente Ozório Cordeiro. Entramos para a caatinga e, depois de dias de viagem, estávamos sem notícias dos cangaceiros. O Tenente resolveu entrar no Raso da Catarina em 07/12/1931. No primeiro dia, houve um desentendimento entre o tenente e Adalgiso Nogueira, que era o mais novo da turma de Nazaré.

Nosso companheiro respondeu mal ao superior, este colocou todo mundo em forma, deixou Adalgiso fora e disse:

- Você vai voltar.

Passamos para o lado do contrerrâneo e falamos:

- Se é pra voltar, nós vamos voltar todos.

O tenente meio sem graça, virou-se para João Cavalcanti e disse:

- Seu Cavalcanti, que força mal educada é essa?

João Cavalcanti respondeu:

- Tenente, nós somos todos da mesma família e o que der pra um dá pra todos. Se for pra voltar, volta todo mundo junto” (SOUZA, 2012, p.73-74).

O preço desse aprendizado na prática veremos no capítulo a seguir. As mudanças implementadas pela tropa e o caminho para a transformação definitiva nas características da Instituição. O triênio de 1925 à 1927 foi o mais sanguinário da campanha, com diversas famílias já absorvidas pelo meio militar e com o cangaço organizado em uma estrutura de volume nas suas fileiras, chegou o bando a aglutinar 150 homens, estratégia posteriormente abandonada pelos criminosos ao alcançarem a Bahia.

A seguir acompanharemos como o escalonamento dos episódios e o fortalecimento das hordas levou o governador a mudar o cangaço de posição em sua ordem de prioridades dentro da segurança pública. Realçando aquilo que encontrou de positivo até o momento e implementou novos mecanismos.

4. TROPA, AVANÇAR

4.1. Em frente, marche

A continuidade das ações dos bandos nas ribeiras do Navio deu vida a um processo de repetições de comportamentos, o qual, tendo por exceção apenas a localização geográfica, desdobravam-se em confrontos armados, com resultados, geralmente, negativos para a tropa regular.

Veremos neste capítulo as numerosas batalhas ocorridas entre 1925 e 1928, todavia, nos resguardamos o cuidado de não fazer da luta, propriamente, o elemento central de nosso trabalho. Entendemos inclusive que esse aspecto do fenômeno mereça um estudo particular, aglutinando as inúmeras narrativas deixadas na literatura do tema. Nos determos em analisar luta por luta, acabaria por estender nossa narrativa, quando o nosso objetivo está no resultado desses episódios e não propriamente neles.

1925 iniciou-se com Lampião espalhando suas chagas no sertão do Pajeú e Moxotó. Em 19 de janeiro, na cidade de Betânia, incendiou a Fazenda Olho d'água e matou todo o rebanho, do coronel paraibano José Pereira, antigo aliado, mas naquele momento, já desafeto; em 10 de fevereiro⁷³ envolveu-se em forte tiroteio na Fazenda Cachoeira, em Flores; extorquiu comerciantes e fazendeiros na cidade de Custódia (LIRA, 2013, p.173; JORNAL DO RECIFE, 15 de fevereiro de 1925).

Retornou mais uma vez à Betânia, preparou uma emboscada para os policiais destacados na cidade, vitimando dois militares, os quais, capturados ainda vivos, tiveram seus corpos barbaramente trucidados (LIRA, 2013 p.178-180).

Dirigiram-se Lampião e seu grupo à Mata Grande, em Alagoas, em seu encalço estavam forças pernambucanas e paraibanas, unidas ao efetivo alagoano para tentar capturá-lo. A entrada do bando em Mata Grande foi rechaçada por civis, unidos ao contingente local, tendo de se resguardar na região do Serrote Preto.

As volantes em seu encalço se prontificaram a cercar os cangaceiros, a primeira grande vitória militar de Lampião estava prestes a acontecer. Ao chegarem no local de acampamento do bando, um avanço desordenado se sucedeu, a ânsia de capturar os criminosos

⁷³Nesse ínterim, o soldado Manoel Neto conseguiu ser transferido para o 3º Batalhão da Força Pública, iniciava-se sua trajetória a frente das volantes nazarenas. Em todos os anos de carreira veremos seu nome sendo constantemente utilizado como um aglutinador de pessoas, sendo muitas vezes direcionado a ele os pedidos por novos recrutas, quando não partia deste militar a sugestão de novos nomes para a tropa.

tirou qualquer senso de ordenação da tropa, chegando os grupos a misturarem-se e confundirem-se durante o ataque.

O resultado foi lastimável. Por parte da Paraíba, seis mortos e oito feridos, e Pernambuco acumulou mais quatro perdas. Dentre as vítimas da Força paraibana, dois tenentes, comandantes da tropa.

Lampião fugiu, deixando três Estados em situação constrangedora, e a necessidade de uma resposta imediata lançou luz sobre o problema hierárquico criado dentro da Força Pública pernambucana. O comandante da Força, era o então Tenente Higino Belarmino, militar de grande valor, pesava-lhe negativamente o fato de dentro da instituição sua carreira no oficialato estar apenas no início.

Higino necessitava mobilizar um contingente em apoio à tropa derrotada. Em campo, conforme verificamos nos Boletins Gerais de fevereiro de 1925 diversos oficiais operavam com suas volantes de maneira independente. Oficiais mais antigos⁷⁴ desfrutavam de maior autonomia em suas decisões, não dependendo da aprovação do comandante para executar seus planos.

Os Boletins Gerais N° 47, 48, 51 são assinados por diferentes oficiais, noticiando mobilizações da tropa na busca pelos bandos, cada qual buscava por pistas conforme notícias lhes chegavam, mas percebemos a falta de uma ordenação, talvez até a impossibilidade dela, tendo em vista a baixa posição do Tenente Higino. Dessa forma, a desorganização se estabelecia e as próprias vontades dos comandantes imperavam a frente da tropa.

Em meio a inoperância na atuação de repressão, o Governador de Alagoas manda um recado claro cobrando atitudes de Sergio Loreto, não compreendemos por quais razões a correspondência governamental foi transcrita em Boletim Geral, mas ela transparece a frustração do governador:

“Ontem tive a oportunidade de dirigir-lhe um telegrama anunciando-lhe haver o bandido Lampião, a frente de quarenta e dois homens, penetrado no território de Alagoas. Com o fim de melhor estabelecer o cerco ao mesmo bandido, eu tomava a liberdade de lembrar-lhe que a Força de Pernambuco lhe cortasse a retirada pelo Moxotó, parecendo-me ainda necessário que V. Excia mandasse guardar a fronteira de Águas Belas e Bom Conselho, onde, ao que me consta Lampião conta com protetores.

[...]

Estarei sempre disposto a combinar com V. Excia quaisquer medidas no sentido de tornar impossível essa rivalidade. Agradecendo suas presadas ordens, subscrevo-me seu velho admirador e amigo certo. (A) Costa Rego.” (Boletim Geral N° 44, 26 de fevereiro de 1925)

⁷⁴A antiguidade dentro dos termos da caserna, refere-se ao posto ocupado pelo militar, dessa forma um Capitão é mais antigo que um tenente, ainda que o primeiro tenha menos tempo de serviços prestados ao Estado. Quando desfrutam de um mesmo posto ou graduação a antiguidade é verificada pelo tempo de serviço naquela posição.

Em Pernambuco, mais uma vez os nazarenos são convocados à Guerra do Sol, dois boletins dão notícia a respeito:

“Preciso cientificar-vos tenho encontrado forte auxílio material por parte delegado Nazaré que forneceu-me 12 homens que acompanham Força perseguição bandidos quais tem feito sacrifício comprar munição intento auxiliar polícia. Lembro-vos conveniência e insisto mesmo perante este comando pedindo alistamento para 20 rapazes Nazaré que podem servir sem precisar fardamento precisando apenas armamento e munição. É um pessoal conhecedor de toda zona tendo muita boa vontade prestar serviços perseguição grupo bandoleiros. Afirmo-vos seria de grande vantagem alistamento mesmo pessoal pelo que aguardo resposta a respeito. Tenente Ibrahim continua trabalhando comigo. Saudações Tenente Malta, comandante volante.” (Boletim Geral Nº 37, 17 de fevereiro de 1925)

A sugestão é reiterada e concretizada dias depois:

“Betânia, 25. – Rapazes Nazaré auxiliaram Força tiroteio Cachoeira, foram os seguintes: Euclides de Souza Ferraz, Manoel de Souza Ferraz, Idelfonso de Souza Ferraz, Affonso de Sá Nogueira, José Flor, Pedro Thomaz de Souza Nogueira, Hercílio de Souza Nogueira, Aureliano de Souza Nogueira, Lucio de Souza Nogueira, Levino Ignacio da Silva, José Valerio Paes e Vicente Ferreira da Silva. Além destes tem também auxiliado nossa Força e desejam alistar-se fim perseguir grupo Lampião de quem são inimigos, seguintes rapazes: Manoel Torquato Amorim, Manoel Thomaz de Souza Nogueira, João Gomes Jurubeba, Joaquim Francisco de Souza, Odilon Valerio Paes, Pedro Gomes de Carvalho, José Saturnino Pereira, João Preto e Manoel Soriano, todos residentes em Nazaré. Caso mencionados rapazes sejam alistados lembro-vos conveniência ficarem considerados Nazaré sob o comando de um oficial ou inferior vossa confiança maior parte destes rapazes tem armas precisando apenas munição e vencimentos. Saudações (A) Tenente Malta, comandante volante.” (Boletim Geral Nº 44, 26 de fevereiro de 1925)

A comunicação oficial traz as peculiaridades inerentes aos nazarenos, as quais seriam balizadoras à contratação: *“pessoal conhecedor de toda zona”, “podem servir sem fardamento”, “rapazes tem armas” e “precisando apenas munição e vencimentos”*.

De fato, boas justificativas, esses rapazes foram a força motriz capaz de trazer mudanças profundas ao cenário caótico encontrado. O decorrer de 1925 trouxe outros ataques do bando de Virgulino. São Caetano do Navio, Betânia, Sítio dos Nunes, Carnaúba, Flores, sofrem com o banditismo, todas as ocorrências, ainda no primeiro semestre, deixaram para trás pessoas e rebanhos mortos, além de extorsões, torturas e sequestros praticados.

Mas a primeira vitória, ao menos, o primeiro grande golpe, seria sentido por Lampião, em julho daquele ano, na Fazenda Carnaubinha, Livino Ferreira morreu em combate, confrontando a força paraibana, o soldado Belarmino Moraes teria sido seu algoz.

Curiosamente, neste confronto em questão, os bandoleiros estavam em vantagem (FERREIRA, 1999, p.110-111), com a volante do Sargento José Guedes sendo encurralada na

cidade de Serra Talhada, depois de outros confrontos na Baixa do Juá e Tenório, município de Flores.

A vantagem em campo logo se reverteria com a chegada das Volantes de Higino Belarmino e do Capitão José Caetano, com muitos nazarenos em seu corpo para socorrer os paraibanos que resistiam como podiam.

Livino morreu, a prisão e a morte era algo comum aos bandoleiros, mas até então, ninguém da cúpula do bando tinha tombado. Embora todos já trouxessem ferimentos graves em seus respectivos históricos.

Uma prática adotada pelos bandos era utilizar o mesmo vulgo para diversos criminosos, assim, as perdas muitas vezes passavam despercebidas para quem não tinha familiaridade com os bandos, tendo em vista que os mesmos nomes estavam sendo citados ao longo dos anos, mas os indivíduos já eram outros.

Contudo, não era possível esconder a queda de uma das lideranças, pois estes eram reconhecíveis, tinham identidade própria, essas eram as feridas expostas mais sentidas pelos grupos.

Nesse mesmo confronto, Lampião sofre um ferimento no olho direito, um espinho de quipá⁷⁵ teria se alojado em seu olho, o qual já era debilitado por um glaucoma. O disparo teria sido efetuado por David Jurubeba (FERREIRA, 1999, p. 112).

O saldo final para Virgulino, do que se desenhava como uma vitória retumbante sobre a força paraibana, foi a perda parcial da visão e de um irmão. Levando-o a um afastamento forçado, internando-se nas caatingas paraibanas para tratamento de seus ferimentos.

Em meio a fuga, Lampião descarregou sua ira contra a sociedade sertaneja:

“É nesse estado de espírito que Lampião se vinga de maneira incomum, matando dez paisanos inocentes, dentre estes um menino de treze anos e um velho de quase cem.” (MELLO, 2018, p. 106).

Mas o luto não demorou para ser deixado de lado. Em setembro, o bando retorna à Floresta, atacaram o rebanho na Fazenda Bandeira, do coronel Antônio Timóteo, chefe político de Serra Talhada.

Esses hiatos temporais dos cangaceiros fomentavam nas coberturas jornalísticas um alastramento desordenado de informações do bando: “*O célebre cangaceiro Lampião esteve*

⁷⁵ Quipá (*Tacinga inamoena*) é uma planta da família das cactáceas, possui espinhos pequenos, lembrando pelos minúsculos, em contato com a pele além de coceiras são de difícil remoção.

*com seu grupo próximo à vila Aurora*⁷⁶” (A NOITE, 13 de novembro de 1925); “*Lampião atacou catingueiras, sítio distante três léguas da cidade de Cajazeiras, Paraíba*” (A IMPRENSA, (11 de novembro de 1925); “*Grupo de Lampião e de Dé Araújo nos municípios de São José das Piranhas, Misericórdia e Piancó*” (A NOITE, 24 de novembro de 1925).

Uma campanha intencional de disseminação do pânico, beneficiando a construção do medo na população, que por razões coerentes temiam o risco de serem atacados, quando na verdade estavam recebendo uma carga de notificações infundadas.

Não subestimamos a capacidade de deslocamento dos bandos, entretanto, era mais um subterfúgio aos bandoleiros, que acabavam tendo uma ferramenta de ocupação de espaços sem nem mesmo estarem presentes fisicamente. O medo instaurado sujeitava as pessoas a abandonarem suas rotinas habituais, passando então a viver sobressaltadas com a chegada repentina de bandoleiros em suas residências.

Alheio a tantas notícias e localizações, em 12 de novembro de 1925, Lampião circulava pelos povoados de Serra Talhada, uma volante de nazarenos saiu em seu rastro, tendo Euclides e Manoel Flor a frente, também acompanhava-os o irmão mais novo Idelfonso Flor, com apenas 16 anos.

Ao custo de dois dias de caminhadas, localizaram o bando arranchado embaixo de um umbuzeiro, no local de nome xique-xique, um rápido tiroteio se fez, dois cangaceiros, denominados Mão Foveira e Cancão, foram feridos e presos, os demais debandaram mata a dentro.

Passado o calor do confronto, era hora de revistar a tropa para assegurar as condições de todos, momento descrito por Manoel Flor em suas memórias:

“Nessa hora, Euclides Flor notou a ausência de Ildefonso e, apreensivo, interpelou o seu irmão Manoel, com voz bastante grave. Este, ansioso olhou em derredor, sentindo o peito agitar-se com fortes palpitações: compreendeu que seu irmão estava morto. E disse: “Acho que ele morreu, porque vinha lutando a meu lado e não me deixaria sem avisar...”

Então saiu correndo como um louco suspendendo a velha cerca com as mãos, à procura do garoto. Encontrou-o prostrado ao solo, com fuzil numa mão e o pente de balas na outra, tendo uma perfuração de bala no fronte: fora abatido ao recarregar a sua arma.” (FERRAZ, 2012, p.262).

Outro duro golpe para as famílias nazarenas, e antes que se encerra-se o ano, os cangaceiros em passagem por Betânia, deixam um rastro de sangue, não podemos dizer se por

⁷⁶ A vila de Aurora foi elevada a município pelo Estado do Ceará, preservando o mesmo nome e está localizada próximo à divisa com a Paraíba.

coincidência ou de forma premeditada, assassinaram Francisco Guedes, um agricultor, encontrado naquele momento em seus afazeres na roça:

“Nunca se envolvera em movimento algum contra os cangaceiros, mas um fator de parentesco lhe acarretava em perigo: dois de seus irmãos colaboravam com a polícia, um dos quais o rastejador “Batoque”, o outro, o pernambucano José Guedes, também ligado por amizade aos Nogueira da Serra Vermelha.” (FERRAZ, 2012, p.266).

Batoque era o rastejador da volante de Euclides Flor e participou do combate do Xique-xique, como é citado pelo autor, sua família tinha forte relação com os Nogueira da Serra Vermelha, sendo esta, a família de Zé Saturnino, primeiro inimigo de Lampião.

O rei do cangaço em seguida enviou recado aos irmãos Antônio e João Néio, dizendo querer vê-lo:

“Ao receberem o chamado, ficaram desconfiados, João chamou Antônio para fugir dali, porém Antônio disse que não tinha intriga com o cangaceiro, portanto não tinha nada a temer. Mesmo desconfiados e apavorados, foram à presença do chefe. Desumanamente o cangaceiro mandou que os dois colocassem as mãos nos olhos. Os dois obedeceram. Ele fez fogo pondo-os ao chão, no meio da rua de Betânia, terra que os viu nascerem. Foram mortos pelo simples fato de serem parentes dos nazarenos.” (LIRA, 2013, vol.1, p.244).

João Néio e Antônio Néio na verdade se chamavam Antônio Ferraz de Souza e João Ferraz de Souza (FERRAZ, 2012, p.267), sobrenome comum aos nazarenos, esclarecemos dessa forma a relação parental apontada por João Gomes de Lira.

Por tais motivos, compreendemos o direcionamento claro das ações de Virgulino, suas escolhas, por mais que fossem fruto de um encontro aleatório, elas tinham um direcionamento claro quanto aos alvos diretos e indiretos.

Veremos as mudanças acontecidas a contar de janeiro de 1926, ainda descoordenadas, porém, novos olhares se voltaram para o campo de batalha e à maneira de fazer esse enfrentamento. Aproximava-se o auge e o declínio de um rei e os nazarenos foram elemento indispensável nessa trajetória.

4.2. Cerrar fileiras, fogo

Durante nossas pesquisas nos deparamos com uma reportagem relativa ao período, na qual percebemos uma leitura incomum, se comparada à outras notícias diárias dos fatos ocorridos no interior, muito próxima inclusive da percepção dos próprios personagens envolvidos:

“O cangaceirismo está aumentando consideravelmente no interior do estado. Afora os grupos de Sipaúbas e Pequenos há os dos Marianos, dos Horácios e dos Sabinos.

É preciso notar que o grupo de Lampião consta de quarenta e cinco facínoras. Os Pequenos assentaram o seu quartel general no Riacho do Navio, em Floresta; os Horácios naquele mesmo município onde assassinaram ultimamente um digno cavaleiro, incendiando depois casas e os cercados da pobre vítima; os Sabinos atacou no dia 30 de julho alguns almocreves, no lugar denominado “Macambice” do município acima citado, roubando vários fardos de algodão.” (JORNAL DO RECIFE, 29 de agosto de 1925).

Ao desnudar dos vulgos os cangaceiros e enxergá-los nominalmente, foi possível delimitar um local de origem para eles e inverter a lógica de suas perseguições, e essa foi a mudança mais elaborada trazida pelos nazarenos. Nos surpreendeu encontrar essa discricionariedade em uma matéria de jornal, provavelmente o autor era natural da mesma região, e estava correto ao perceber quem eram os agentes e individualiza-los, atribuindo as culpas cabíveis a cada um.

Esse raciocínio é visto em prática naquela que entendemos como a primeira grande ação nazarena dentro da tropa. Após as mortes de muitos parentes no bimestre final de 1925, resolveram direcionar-se à região das Caraíbas, em Betânia-PE, reduto dos Pequenos e Rajados, conforme relembra David Jurubeba:

“Antes do nascer do sol, chegamos à aldeia dos Pequenos, célebres cangaceiros abertamente solidários a Lampião. Eram os Pequenos homens experientes e atiradores famosos e constituíam um grupo de uns vinte homens, rudes, sem instrução, primitivos que só enxergavam seus próprios interesses. Não eram cangaceiros volantes, mas estabelecidos com fazendas de criatório e agricultura (SÁ NETO, 2004, p.92).

Com o nascer do dia, a força alcança o acampamento dos bandoleiros, o qual estava vazio, foi mais uma emboscada. O ponto estrategicamente escolhido, ao pé de um serrote, era ideal aos cangaceiros entrincheirados nas formações rochosas. Aos primeiros disparos Manoel Neto teve seu braço dilacera por um disparo de fuzil, o Tenente Higino Belarmino foi também ferido e resolveu recuar com sua fração.

Após 13 horas de confronto e o saldo de três soldados mortos e sete feridos, a tropa consegue desalojar o inimigo, que havia perdido ao menos seis homens e um número impreciso de feridos (FERRAZ, 2012, p.274).

Todos os combates analisados por nós, até o momento, resultaram em uma retirada forçada ou estratégica por parte dos bandoleiros, sem exceção, ao custo de sangue nazareno, Baixas, Xique-xique, Caraíbas, ceifaram a vida de três jovens e deixaram outros tantos feridos. Compreendemos essas similaridades como reflexo do próprio alistamento apressado, da falta de treinamento e da euforia juvenil em campo de batalha.

Não por coincidência, Olímpio, Inocêncio e Idelfonso foram os primeiros a serem vitimados, eram os mais jovens em meio a tropa, nenhum tinha mais que 17 anos, a

inexperiência lhes pesou; Manoel Neto foi ferido em Caraíbas por lançar-se imprudentemente contra os inimigos, sem procurar um abrigo seguro; Batoque também teve a perna lacerada por disparos de fuzil.

Percebemos ao longo dessa rotina de conflitos uma ansiedade por uma vingança direta e consequentemente decisões imprudentes no momento de maior pressão. Ainda segundo David Jurubeba:

“Soubesse Lampião que, desde quase a maioria do tempo, estava brigando contra apenas 23 homens, e que, nas últimas horas de combate, a nossa munição era pouca, certamente nos teria atacado em todos os flancos, o que de certo nos traria maiores preocupações, tornando o fato mais difícil para nós.” (SÁ NETO, 2004, p. 114).

A grande diferença foi o espólio deixado para traz pelos criminosos ao se retirarem de Caraíbas, o povoado ficou desguarnecido, nas mãos de um grupo volante motivado por sentimentos vingativos ainda muito aguçados pelas próprias feridas. Era o momento de se utilizar do mesmo expediente aplicado contra Nazaré, ainda conforme David:

“Após o café, mandei que minha tropa se equipasse e parti logo para o centro daquele ajuntamento de casas. Mande trazer fachos e comecei a queimar todos os bens dos Pequenos, apesar dos protestos de Higino que queria impedir-me de castigar aqueles cangaceiros, coiteiros impenitentes de Lampião. Chegamos a discutir. Terminei por declarar a Higino:

- Eu vou fazer o que estou dizendo. Equipe seus homens e se oponha a mim, se quiser. Só me impedirá pela força. Experimente. Gostando ou não, Higino conformou-se e eu continuei na minha obra que julgava de justiça naqueles momentos de muita raiva e ódio. Comecei a queimar os cercados e palhoças onde residiam. Queimei quase tudo quanto havia agrupamento dos cangaceiros.” (SÁ NETO, 2004, p.119)

Essa memória traduz bem o que se tornou o combate ao banditismo rural naquele momento, retomaremos mais adiante esse episódio ao analisarmos os excessos cometidos pela tropa. Todavia, é uma mudança clara de método de enfrentamento, abandonou-se a perseguição em prol do sufocamento da rede de apoio ao bando.

Mesmo com a presença e reprovação de Higino Belarmino, autoridade maior da instituição frente às forças volantes, a tropa tinha razões dissonantes do interesse público para agir e assim o fez. Foi deixado de lado a correria imediata em busca do algoz, para se atacar sua fonte de pessoal e suprimentos, e infringir aos aliados de Virgulino o mesmo tipo de castigo outrora recebido dele. Institucionalmente, só encontramos uma simples notificação do fato:

“Floresta, 5. Ontem noite chegou aqui notícias que Forças Tenentes Hygino e Optato estavam se batendo com Lampião na Fazenda Porteira deste município hoje porém chega confirmação do tiroteio entre as Fazendas São Braz e Caraíba perto Porteiras 18 léguas desta cidade.” (BOLETIM GERAL Nº 30, 06 de fevereiro de 1926).

Os termos do documento, embora notifiquem a quem de direito sobre o ocorrido, não traziam detalhes do saldo do combate. Rememorou David Jurubeba:

“Os soldados mortos em combate, em número de três, foram enterrados no próprio campo onde se deu a luta. Quanto aos feridos, número de sete, quatro da força de Higino e três da força de Optato, após transportados para a cidade de Ibimirim-PE” (SÁ NETO, 2004, p.116).

Por infeliz coincidência, ou mais um caso de falta de planejamento, uma derrota expressiva seria imposta à Força Pública. A Coluna Prestes⁷⁷, sendo comandada por muitos militares revoltosos da região sul, estava naquele mesmo momento percorrendo o sertão pernambucano.

Em sua passagem por Pernambuco, uma força de revoltosos vinda da capital, e comandada pelo Tenente Cleto Campelo se engajaria à Coluna (BARROS, 2015, p.127-128). Todo o levante na capital, o qual pretendia inclusive sublevar os quartéis estava programado para ocorrer em 07 de fevereiro de 1926.

Após denúncias, o plano foi desmantelado por forças policiais e pelo exército, que juntos cercaram as residências dos envolvidos e evitaram a ação. O Tenente Cleto conseguiu escapar ao cerco com alguns aliados, embarcaram em um trem com direção ao interior do Estado. Foram alcançados na cidade de Gravatá, encurralados e presos, o Tenente Cleto foi perseguido e assassinado nas escadarias da cadeia pública da cidade.

Compreendemos que tais inquietações levaram o cel. João Nunes, então comandante da Força Pública, a precipitar-se em suas decisões e ordenar o imediato deslocamento de um contingente, com destino a cidade de Triunfo, para interceptar a Coluna. Ao observarmos as notificações insuficientes do BG N°30, que tratava sobre Caraíbas, somado a avaliação de David sobre as condições finais do corpo de militares do 3º Batalhão após o episódio, percebemos a falta de estratégia.

Seria impossível, por exemplo, à volante apoiar em combate, o efetivo vindo de Recife, por falta de suprimentos e de também pelas baixas⁷⁸ dos combatentes. A literatura ainda acrescenta o fato de uma mensagem telegráfica ter sido interceptada (TORRES FILHO, 2011, p.28-29), na qual constavam a notícia e a estratégia a ser usada para enfrentar a Coluna.

⁷⁷ Nos quartéis do sul e sudeste do país, onde desde 1920 jovens oficiais do exército envolveram-se em diversos episódios de levantes, até decidirem em 1924 sair em marcha por toda a extensão do país, buscando a adesão de novos engajados à causa, tendo por intensão final tomar o poder político do país e estabelecer uma nova ordem regida pelos ideais da revolução russa (SOUZA, 2010).

⁷⁸ O termo “baixas” é aplicado na caserna para todos os militares incapazes de operar no momento, pelos mais diversos motivos, problemas de saúde, ausência temporária ou morte.

O fato é que o comboio levando a tropa e suprimentos foi interceptado por um grande círculo de fogo no local de nome Carneiro, entre os municípios de Custódia e Flores. Os militares embarcados nas carrocerias dos caminhões foram alvos fáceis, quem sobreviveu teve de fugir para garantir a própria vida, deixando para trás um vultuoso volume de munições e armamentos levados pelos revoltosos.

O BG N° 55, posterior aos fatos, nos dá uma dimensão das perdas humanas, ao prestar uma homenagem aos militares tombados:

“Serviço para 13. Louvor e agradecimento:

Dando publicidade a exclusão por falecimento dos soldados do 2° Batalhão, Isidio José de Oliveira; do Regimento Cavalaria, Castor Pereira da Costa, Manoel Bernadino da Fonseca, e Ercias Petronillo Fonseca e da Companhia Bombeiros, José Sebastião Beserra, Pedro Cosme Alexandrino, Antonio Cassemiro Ferreira e Luiz José Lima Mesndes, no combate travado Mulungú do município de Alagoa de Baixo, sob meu comando, contra os rebeldes chefiados por Prestes, Miguel Costa e Siqueira Campos [...]

Também é com indizível satisfação que louvo e agradeço aos Soldados Amaro Espírito Santo e Benevenuto Cardoso Silva, ambos do 2° Batalhão e dito do Regimento de Cavalaria, Severino Lino Santos que foram feridos no referido combate” (BOLETIM GERAL N° 55, 12 de março de 1926).

Simultâneo ao calor do conflito no BG N° 35 percebemos uma movimentação quase desesperada das forças com destino à região:

“Belmonte, 12. Cheguei ontem 23 horas, partirei 15 horas Bom Nome, Força bastante estropiada, alcançarei Vila Bela dia 14. Tenente Manoel Antonio. Comandante Força Volante.

Alagoa de Baixo, 12. Devido desarranjo caminhão somente consegui chegar aqui hoje 2 horas da manhã saindo ontem Rio Branco⁷⁹ 10 horas. Seguirei hoje destino Carnaíba, Flores, passando Afogados, São José do Egito fim cumprir missão que me foi confiada deixo destacamento Cabo 2° Batalhão João Barbosa Oliveira fim comandar novos alistados visto não ter aqui um graduado. Saudações. José Alvino. Tenente Comandante Força Volante”. (BOLETIM GERAL, N° 35, 12 de fevereiro de 1926).

O mesmo boletim traz outros deslocamentos apressados vindos de Petrolina, Espírito Santo e Belmonte. O mesmo se repete no BG N° 36, trazendo notícias de mobilizações vindas de Triunfo, Cabrobó, Vila Bela e Belmonte.

Entendemos que todos esses movimentos em caráter de urgência corroboram com a narrativa de uma derrota significativa por parte da tropa. Após o embate, a Coluna seguiu sua marcha, atravessando Nazaré com destino ao Rio São Francisco, na intenção de alcançar o sertão baiano.

⁷⁹ Para melhor dimensionar a dificuldade de deslocamento, os pontos referidos pelo Tenente José Alvino correspondem a 36 Km, contudo, a tropa necessitou de 16 horas para chegar.

Toda a ribeira do Navio ficaria alarmada com a chegada de tantos forasteiros, organizados militarmente, não nos surpreende o fato das narrativas de memórias, rememorarem o medo causado que a Coluna fosse na verdade apoiadores de Lampião:

“Na manhã de 18 de fevereiro (quarta-feira), foi Gomes Jurubeba na sua fazenda Genipapo, avisado pelo primo Fortunado do Pico, que chegou ali correndo, montado numa burra que vinha molhada de suor para dizer a Gomes que os revoltosos haviam atacado Betânia, dando grande prejuízo ao comércio, e que as notícias que chegavam eram de que Lampião vinha incorporado aos mesmos, e que marchavam com destino a Nazaré.” (LIRA, 2013, vol.1, p. 262)

O mesmo temor foi transparecido nas palavras de Manoel Flor:

“Os informes de que dispunham davam os bandoleiros como reunidos a mais de quinhentos revoltosos.” (FERRAZ, 2012, p. 277)

Vinda das Caraíbas, sem tempo de recuperar-se dos ferimentos, as volantes de Optato Gueiros e Higino Belarmino, marchou aceleradamente para Nazaré, conforme David Jurubeba:

“Era um vilarejo minúsculo que seria inteiramente engolfado pela imensa avalanche da coluna caso o seu comando resolvesse mesmo ocupar a ruazinha. Contudo, tínhamos a esperança de que eles não deviam ser assim tão tolos para correr os riscos de uma ocupação violenta inteiramente inútil. Nazaré não dispunha de nada que pudesse despertar a cobiça de tantos homens.” (SÁ NETO, 2004, p.143)

Mulheres e crianças foram removidas às pressas do vilarejo, sendo internados em residências localizadas mais adentro das caatingas, fora da rota de passagem. Difícil mensurar a situação de apreensão das famílias locais, divididos entre o medo constante de cangaceiros, somado então a um suposto inimigo desconhecido.

O fato é que o ataque a Nazaré não ocorreu, e a volante foi deslocada em direção à cidade de Flores, no intuito de uma reorganização de forças e recomposição de estratégias para enfrentar os revoltosos.

Nazaré ficou aos cuidados dos homens não alistados. Todos deixaram os sítios em suas cercanias para se concentrar nas casas do arruado. Em meio a tantas conturbações, o inimigo espreitava atentamente a situação dos Nazarenos. Lampião não perderia a chance de castigar com mão pesada seus desafetos.

No meio da noite, os cangaceiros aproximam-se do Jenipapo:

“O bandido Lampião, à frente de quarenta e cinco ou cinquenta bandoleiros, chegou e incendiou toda a casa. Além do incêndio, matou quarenta e oito cabeças de gado no pátio da fazenda. Criação de bode que não se sabe a quantidade, matou uma suína com todos os bacorinhos, um cachorro da fazenda, todas as galinhas, um papagaio, e as cercas não foram queimadas porque tinha chovido e a madeira estava molhada. Também foi salvo um oratório com os santos e a mesinha que o mesmo estava em cima. Este, o bandido tirou e botou debaixo de uma quixabeira existente no terreiro

da casa. Os bandidos ainda queimaram as casas de Abel Tomaz, Militão, Xandú e do Velho Zeca, três cunhados e um genro de Gomes Jurubeba.” (LIRA, 2013, vol.1, p. 267)

Os volantes nazarenos, que naquele momento estavam distantes do povoado, foram autorizados a regressarem com urgência, a força já encontrava-se a quase cem quilômetros de distância de Nazaré (FERRAZ, 2012, p.277). Retornaram o mais rápido possível, ao aproximarem-se da região ainda era possível escutar o massacre do rebanho na fazenda Ipueiras⁸⁰.

Os cangaceiros silenciosamente aproximaram-se de Nazaré, ao entrarem no lugarejo uma forte resistência se iniciou, em um primeiro momento pairou inclusive uma dúvida se seriam os revoltosos da Coluna Prestes, que teriam retornado para atacar, mas rapidamente reconheceram o bando.

As casas nazarenas resistiam como podiam, conforme relembram, homens e meninos foram às ruas com os armamentos que dispunham. Enquanto as crianças e velhos protegiam-se, “*Dentro de casa, as mulheres rezavam o ofício de Nossa Senhora.*” (LIRA, 2013, vol.1, p.274).

Percebemos com esse cenário o quanto Virgulino estava atento a todo o momento social vivido. Vemos como existia uma leitura estratégica para seus movimentos. Certamente sabia da presença dos revoltosos, da retirada da volante vinda das Caraíbas, do abandono dos sítios em prol do vilarejo por parte dos nazarenos. Com tantos pontos lhe favorecendo, reservou para esse dia, um ataque noturno⁸¹.

Mais uma vez Nazaré resistiu, todavia, os cangaceiros retiraram-se com destino certo, as casas de João e Euclides Flor, Afonso Nogueira e Praxedes Capistrano foram tomadas pelo fogo. Em meio a escuridão, não havia o que ser feito, era arriscado demais ser emboscado no caminho. Restou apenas assistir ao longe.

A Força Pública, na condição institucional mais uma teve de fazer uma escolha de prioridades, novamente o cangaço seria deixado de lado, ao menos até março, os boletins gerais

⁸⁰ A fazenda pertencia a Pedro Gregório, pai de Neco de Pautilha, um dos nazarenos que deixou suas memórias em livro e suas citações estão contidas em nossas pesquisas. Um aspecto curioso foi o fato da cede da Ipueiras não ter sido incendiada. O local tinha um forte vínculo com o passado de Virgulino e dos irmãos, nas terras da fazenda há uma grande jazida de malacacheta, um mineral utilizado na fabricação de filamentos, o qual a família Ferreira costumava transportar em grande abundância para Vila Bela, nos tempos de almocrevia. Dessa forma, existia uma relação mais próxima aos Cavalcanti das Ipueiras e acredita-se, por parte dos moradores da região, que esse tenha sido um suposto atenuador ao destino da fazenda.

⁸¹ Pouquíssimos embates se deram no período noturno ao longo do cangaceirismo, a falta de luminosidade impossibilitando qualquer movimento militar, dessa forma, os confrontos noturnos estavam reservados a encontros inesperados com a força inimiga ou, como nesse caso, com a real intenção de surpreender o rival.

dão notícia em quase sua integralidade aos assuntos inerentes à Coluna Prestes, suas movimentações e também as decisões necessárias para a enfrentar.

Acreditamos que Lampião percebeu a ausência de reforços em socorro à Nazaré, o fogo nos sítios e o ataque ao lugarejo se deu em 19 de fevereiro de 1926, e os cangaceiros mantiveram-se estacionados na região ao menos até 26 de fevereiro, quando assassinaram José Nogueira, cunhado de Zé Saturnino, episódio já analisado por nós, ao avaliarmos o alistamento na força por parte de Saturnino.

Entre os dois episódios, a Coluna Prestes ainda entrou em um rápido confronto com os nazarenos em 21 de fevereiro, sem registro de feridos. Em seguida o povoado foi visitado por um Batalhão Patriótico originário do Rio Grande do Sul, o qual, sem demora, marchou em busca dos rebeldes. Nazaré estava na rota de muitos movimentos militares naquele instante, tempos de muita intranquilidade e constantes sobressaltos para a população, sem saber ao certo quem estava se aproximando e o risco intrínseco de um novo ataque.

Ao imaginarmos o cenário do primeiro bimestre de 1926, não é difícil concluirmos a situação catastrófica na qual a Força Pública se encontrava. A Coluna Prestes causou uma forte desorganização da distribuição do efetivo em todo o sertão pernambucano. A urgência da derrota em Alagoa de Baixo removeu as guarnições de praticamente todas as cidades interioranas.

Além disto, a existência do plano do Tenente Cleto Campelo em plena capital tornava os espaços geográficos onde o policiamento deveria ser aplicado quase antagônicos, e o BG N° 55, no qual vimos o número de mortos em confronto com a Coluna, nos traz outra evidência da desorganização causada por todo o cenário, dentre as vítimas temos quatro militares pertencentes a Companhia de Bombeiros, improvisados e remetidos para um confronto.

Naturalmente, Lampião tornou-se um problema secundário, naquele instante, ao Estado. Mas o Estado do Ceará, mais precisamente um deputado, natural da Bahia, mas politicamente estabelecido em Juazeiro do Norte, de nome Floro Bartolomeu, tinha outras pretensões para esse personagem.

4.3. Manter trincheiras, inimigo fortemente guarnecido

Em meio a tantos acontecimentos, Lampião interrompeu seu ataque a Nazaré, pois um convite oficial e oportuno o aguardava. Era hora de marchar com destino ao Juazeiro do Norte, um plano controverso, mas muito lucrativo lhe foi oferecido.

Floro Bartolomeu planejava tornar os cangaceiros em um Batalhão Patriótico. Sendo essas suas intenções, fez chegar às mãos de Virgulino o convite:

“Tardamente, sim, porque o grosso da Coluna, deixando para trás o Ceará a 4 de fevereiro; o Rio Grande do Norte, a 8; a Paraíba, a 12, e Pernambuco, a 25” (MELLO, 2012, p. 83).

Pesa sobre essa informação a capacidade de fazer leituras amplas do próprio cenário por parte Virgulino e ressalta as incoerências dos gestores em suas escolhas.

Em 26 de fevereiro de 1926, Lampião assassinou Zé Nogueira na Serra Vermelha, em Vila Bela, muito provavelmente ele tinha ciência que a Coluna Prestes havia deixado o solo pernambucano desde o dia anterior. Presumimos essa consciência dos fatos, devido à proximidade geográfica dos acontecimentos. Além de toda a inquietude desde a chegada da Coluna em Pernambuco, logo, sua retirada seria também noticiada rapidamente.

De tal feita, a ida dos cangaceiros ao Juazeiro tinha intenções claras e unilaterais, era a chance de abastecer-se com o que o exército tinha de melhor, sem nenhuma contrapartida. E para um evento tão importante, Virgulino preparou um desfile à altura.

Acompanhado de aproximadamente cinquenta cangaceiros, em 4 de março, chega ao Juazeiro do Norte. Todos vestidos de maneira padronizadas, Lampião e seus principais homens foram hospedados na residência do comerciante João Mendes. Todos muito simpáticos ao público que vinha vê-los, comunicativos, distribuindo esmolas às crianças e aos necessitados (CHANDLER, 2003, p. 86-93).

Houve tempo para todos os ritos de uma comitiva oficial dentro de Juazeiro. Virgulino e Antônio visitaram aos irmãos e parentes, refugiados na cidade desde que as contendas aumentaram no sertão do Pajeú; foram amplamente fotografados⁸²; restando tempo para a concessão de uma entrevista, já citada por nós anteriormente.

Sem serem importunados pelas forças policiais locais, já advertidas da recepção necessária ao convidado do Deputado Floro Bartolomeu. Era hora de receber os títulos e suas benfeitorias. E mais uma peculiaridade estava reservada, conforme nos esclarece Cavalcante Neto (2009, p.463-472), Floro Bartolomeu adoeceu⁸³ e retirou-se do Sertão do Cariri antes da

⁸² Adicionamos parte dessas imagens em nossa iconografia na página 138.

⁸³ O quadro de saúde de Floro se agravou e ele ausentou-se do Ceará para sua última viagem, pois faleceria no Rio de Janeiro em poucos dias (MELLO, 2012, p.85).

chegada de seu convidado, restando ao Padre Cícero⁸⁴ fazer o rito de nomeação do bando, elevando-os a condição de comissionados do governo federal.

A Virgulino foi entregue o posto de capitão; Antônio Ferreira e Sabino das Abóboras receberam o posto de tenentes; fuzis semiautomáticos novos, cunhetes de munições recém-fabricados e um bom volume de dinheiro também lhes foi entregue para custear as perseguições. Uma verdadeira apoteose do banditismo rural:

“não faltou generosidade do Tesouro Nacional e armamento de última geração, os mesmos que equipavam o Exército, não custa repetir. O enxoval do patriota incluía ainda chapéu de lona de abas caídas, sacola, cinto para prender facão e alpercatas, como itens de produção local.” (MELLO, 2018, p.118).

Situação de total desconforto social, inclusive refletida pelos jornais. A matéria a seguir foi retirada do Diário de Pernambuco, contudo, ela em sua origem, foi publicada pelo editorial O Ceará:

“Desfrutávamos as vantagens da pacificação do território cearense, quando, inesperadamente, os bandoleiros nos transpõem as fronteiras, não como criminosos aspirantes das penas mais severas, mas triunfalmente, pela mão de oficial “patriota”, recebendo homenagens por toda parte, como um herói de volta de uma campanha memorável.

Os mesmos homens que davam combate aos revolucionários são os que formaram a guarda de honra de Lampião para, coberto de louros, penetrar os umbrais do quartel general dos “patriotas”.

Em que situação moral fica perante o povo brasileiro essas forças estaduais que pregam o extermínio dos revoltosos políticos e confraternizam com bandidos da pior espécie?” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 24 de março de 1926).

Há certa ironia no fato de Virgulino regressar do Ceará ocupando um posto hierárquico superior ao dos Nazarenos, além de ter fortalecido e padronizado o armamento de seu séquito com a anuência de uma política de Estado:

“No plano do armamento longo, o fato representa a inversão drástica da posição de vantagem desfrutada ao longo de anos por Lampião sobre os contingentes repressores, desde quando, entre os anos 1925 e 1926, muito especialmente nesse último, padronizara de forma quase completa o seu grupo com mosquetões e fuzis belgas e alemães de concepção Mauser, sistema de ferrolho, repetição para cinco tiros, dos fabricantes FN (Fabrique Nationale d’Armes de Guerre, Herstal) e DWM (Deutsche Waffen und Munitionsfabriken, Berlin) calibre 7mm, modelos regulamentares brasileiros de 1895, 1908” (MELLO, 2011, p.280).

Os nazarenos, assim como os volantes de maneira generalizada, utilizavam-se rotineiramente de modelos bem mais antigos, datavam de 1873 e 1892, de fabricação norte-

⁸⁴ As biografias do padre trazem o quanto a situação foi desconfortável ao já idoso sacerdote, inclusive ele concedeu entrevistas aos jornais locais, tentando justificar como a tarefa foi uma herança inusitada e inesperada, mas para sua infelicidade, a imagem de Cícero passaria a ser fortemente associada a alguém conivente com os cangaceiros.

americana da Winchester, popularmente conhecidos no sertão como papo-amarelo e cruzeta, muitas vezes remanescente da Guerra de Canudos.

Temos esse acontecimento como um dos mais controversos dentro de todo o movimento do cangaço, aja vista naquele momento Lampião já desfrutava de grande reconhecimento, como vimos em muitas citações, seu nome já circulava inclusive nos periódicos da capital.

O cangaço como braço armado de políticos ou cangaceiros ocupando espaços da segurança pública não era nenhuma novidade, porém, uma vez o personagem em questão rompendo com as fronteiras regionais e tornando sua fama pública, não era mais possível recolocá-lo a serviço do Estado.

Virgulino quebrou essa lógica dentro do fenômeno do cangaço⁸⁵:

“Resta dizer que o perdão a criminosos punha na mesa outra questão a exigir as lentes dos juristas do Catete, necessitando beber em velhas legislações do período colonial que regulavam o reconhecimento da “guerra justa” por junta de governo, governador ou capitão-mor, impetrado, em regra, por candidatos a sesmeiros e sitiante com condição para poder jogar os criminosos de sua guarda contra as tribos indígenas, “limpando” as terras que reivindicavam em doação como passo seguinte, e passando a borracha sobre o passado de seus famanazes.” (MELLO, 2018, p.118)

A marcha de regresso ao Sertão do Pajeú foi o momento de maior recrudescimento das atividades de Lampião. Com isso, o rei do cangaço deu um recado claro de suas reais intenções ao apropriar-se do novo arsenal.

O bando circulou primeiro pelas cidades de Salgueiro e Cabrobó antes de retornar para as zonas do Pajeú. Todavia, seu regresso se deu com novas estratégias a serem implementadas. Se o confronto direto não tinha surtido os efeitos desejados, era o momento de impor um cerco à Nazaré, vencer pelo cansaço, pela fome e principalmente pelo medo.

Lampião aproximou-se novamente de sua terra natal, com intenções diferentes, dentre os muitos ineditismos que história reservou a esse recorte temporal, tivemos pela primeira vez um chefe de bando deliberando um estado de sítio, no qual ficou Nazaré em grande penúria, assim o descreveu João Gomes de Lira:

“Primeiro determinou que, de uma légua abaixo para Nazaré, não ficasse morando ninguém. Todos se retirassem para distante. Feira em Nazaré, também não queria, pois quem teimasse a ficar morando nas proximidades de Nazaré e fosse à feira, ele pegando, não teria perdão, mataria como também mataria todos os animais que levassem as cargas para Nazaré. Acabou assim o bandido com a feira e o pequeno comércio.” (LIRA, 2013, p.299)

⁸⁵ Em 1938, na fase final do cangaço, o Estado fez uso da política de conversão de criminosos em agentes do públicos através do alistamento de cangaceiros famosos para capturar os remanescentes. Dessa forma, nomes como Pancada e Cobra-verde foram recrutados para servir em troca do indulto por seus crimes, saindo da condição de procurados da justiça para servidores.

Virgulino expandiu seus métodos, certamente não tinha homens suficientes para ocupar todo o espaço geográfico, mas conseguiu fazer um cerco através do medo, principalmente por tornar suas ameaças em ação. Esse nos é um ponto de reflexão muito relevante aos estudos do cangaço. Ao observamos as trajetórias dos principais antagonistas de Lampião, percebemos como elas deixaram evidências o suficiente para contradizer a ideia de que o Rei do Cangaço não se empenhou em vingar-se:

“Quem quer vingar mesmo, parte para cima do inimigo e mata, como Sinhô, ou morre, como Jesuíno, ou ainda, se nota que não pode com o peso do encargo, ensarilha as armas e afasta-se para cuidar de outra vida.

Do outro lado o que se vê é uma espécie de cão que ladra e propositamente nunca morde para valer, não se descuidando nesse ladrar eterno sequer da integridade do pelo do inimigo de que lhe vem o escudo ético, trunfo de aliciamento psicológico das simpatias comunitárias, imprescindível na guerrilha, em geral, e na sertaneja nordestina em particular” (MELLO, 2011, p. 146-147).

Não apenas empenhou-se, como só não concluiu seus planos graças aos esforços e a resistência das pretensas vítimas. Dentro de nosso recorte, já acompanhamos um grande volume de exemplos de destruição de propriedade, assassinatos, roubos, tentativas de homicídio.

Certamente a narrativa na qual Virgulino mantinha-se no cangaço por ter inimigos com quem acertar pendências do passado o acompanhou ao longo de toda sua carreira, e para além dela. Entretanto, os esforços despendidos para destruir tudo o quanto lhe foi possível, fora feito e o cerco era apenas mais um modelo adotado para alcançar seu objetivo.

Manoel Flor relembra que, na fase de isolamento, poucos se arriscavam em trazer mantimentos escondidos à Nazaré:

“Todo o trabalho desses almocreves deva ser feito com cuidado e com muito sigilo; não podiam correr o risco de serem avistados por coiteiros. Por isso, vez ou outra falhavam na entrega de mantimentos. Nessas ocasiões, os nazarenos viveram dias aflitivos. Uma noite, viajou uma turma armada e disposta a enfrentar o bando, cobrindo a pé uma distância de dezoito quilômetro para ao final encontrar apenas farinha e feijão em pequena quantidade, no São Gonçalo.” (FERRAZ, 2012, p. 291).

Esse isolamento se estendeu até os primeiros meses de 1927, quase um ano após o início do embargo não oficial proclamado por Lampião. Ao longo do período, os nazarenos alistados na Força, fizeram um revezamento no trabalho de almocrevia e guarda dos poços de água potável (FERRAZ, 2012, p. 291), para prover os subsídios mínimos necessários.

“Entrou, assim, Nazaré, numa verdadeira noite de escuro e tristeza, depois do ultimato do cangaceiro Virgulino Ferreira. As zonas de Nazaré ficaram num triste panorama.

Era um indesejável deserto. Tudo se tornou num caso comovente. Os animais morriam de fome e sede. Ninguém podia socorrê-los nos campos.” (LIRA, 2013, vol.1 p.300).

Ao longo desse período o bando espalhou suas tropelias por diversas cidades:

“Custódia, 24. Anspeçada Manoel Goyanna Collaço chegou ontem noite Jericató, comunicando-me haver sido morto combate travado com os bandoleiros o soldado do 2º Batalhão Manoel Soares da Silva e achar-se gravemente ferido soldado 3º Pedro Alves de Sousa. Desapareceram no tiroteio 8 soldados tendo Anspeçada regressado Jericató comente com 10.” (BOLETIM GERAL Nº 92, 26 de abril de 1926)

“Triunfo, 9. Comunico V.S. que na noite 7 do corrente o bandido Sabino Gomes com grande grupo invadiu esta cidade na mesma ocasião dirige ao local onde se achavam os referidos cidadãos já intrincheirados e recebidos a bala reagimos na altura apesar do número de praças ser resumido fizemos eles recuarem abandonando a cidade ficando morto no campo de luta o soldado do 3º Batalhão Francisco Rodrigues Nascimento e gravemente ferido o dito José Piauhy Silva não comuniquei logo, ter seguido perseguição grupo voltando hoje. Saudações Irineu Alves. Cabo comandante.” (BOLETIM GERAL Nº 149, 12 de julho de 1926)

Episódios foram se acumulando no decorrer de 1926, em 22 de julho, o soldado nazareno Cândido de Souza Ferraz, devido uma enfermidade, foi autorizado a retornar à sede do batalhão em Vila Bela até sua recuperação, durante a viagem, deparou-se com o bando e foi rapidamente reconhecido, foi assassinado e teve seu corpo ainda vilipendiado, nos elucida da seguinte forma o comandante imediato do soldado, Tenente Solon Jardim:

“Emiliano uniu-se grupo de Lampião mandando chamar cangaceiros de toda a parte fim emboscar minha força e atacar Nazaré. Fui informado por pessoas ali que grupo compunha-se quase 100 homens havendo tendência para mais. Grupo sabendo que me dirigi Vila Bela conduzindo animais que tomei foram emboscar-me lugar Ingazeiros passando ali o soldado do 3º Candido de Souza Ferraz o qual fazia parte minha força e recolhido de Vila Bela fim tratar saúde foi assassinado pelo grupo onde se achava Emiliano” (BOLETIM GERAL Nº 159, 26 de julho de 1926).

A descrição documental, embora noticie o fato, não reproduziu os detalhes do ocorrido, conforme a memória de Manoel Flor:

“Quando cruzou a fazenda Ingazeira, na Serra Vermelha, foi capturado numa emboscada. Cândido foi manietado, submetido a torturas, mutilado e assassinado a golpes de punhal no pescoço (sangrado, como se diz no sertão); por fim foi atirado a uma fogueira.” (FERRAZ, 2012, p.292).

Os detalhes, por mais duros que soem, são importantes para nossa narrativa, os cangaceiros transmitiam com isso uma mensagem, não era apenas o risco da morte, mas também os castigos, o sofrimento, a humilhação. A mensagem do horror tantas vezes

transmitida em todas os ataques ao povoado de Nazaré, estava incutida no soldado Cândido, na forma como se escolheu dar fim a sua vida.

Por isso entendemos esse período como o auge do cangaço, o bando já agregava uma centena de homens, nunca antes tão estruturados militarmente, padronizados em mescla azul, cor dos fardamentos do Batalhão Patriótico, com armas novas, impondo castigos aos desafetos, mas também saqueando e coagindo cidades, como o caso de Triunfo e Cabrobó.

Por parte da Força Pública, em sua posição institucional, uma verdadeira letargia, uma condição de inoperância total, os Boletins Gerais dão notícias apenas dos acontecimentos, sem apresentar mudanças nos métodos de enfrentamento ou mesmo uma recomposição das fileiras.

Contudo, não possamos estender essa análise à tropa, em especial a do 3º Batalhão, a qual mantinha-se em perseguição, descoordenada, mais baseada nas motivações particulares de manter Lampião sem descansos.

Continua seu rosário de horrores, em 26 de agosto ataca a Fazenda Tapera, próximo a cidade de Floresta. Induzido por Horácio Novaes, integrante de seu grupo, o bando assassinou 10 pessoas da família Gilo e um vizinho que se encontrava na residência (CHANDLER, 2003, p.105-106):

“Recife, 3 – Telegramas chegados de Floresta informam que o salteador Lampião atacou a fazenda Tapera, naquele município, matando diversos membros da família Gilo, proprietária daquele estabelecimento agrícola e também um soldado da polícia.” (A GAZETA, 3 de setembro de 1926).

A família Gilo recebeu constantes ameaças por parte de Horácio Novaes, a quem acusavam de ter roubado animais de sua propriedade. Horácio envolveu seu chefe na questão. Embora os Gilo tenham resistido como puderam, não conseguiram evitar o massacre.

Manoel Neto a frente de nove homens⁸⁶ seguiu em socorro à família, mas estava limitado, dada a conjuntura de forças reunidas por Virgulino. Sem conseguir furar o cerco a fazenda Tapera, os militares tiveram de recuar, perdendo na luta o soldado João Ferreira de Paula.

Depois de saírem de Floresta, os cangaceiros rumaram à Leopoldina, hoje Parnamirim, sem grande resistência devido o reduzido contingente, apenas dois policiais, o

⁸⁶ Esse episódio é relembando com grande inconformismo por todos os nazarenos, pois alegam ter havido uma negativa por parte do capitão Muniz de Farias, estacionado na delegacia de Floresta, com uma força numerosa em socorrer aos Gilo e talvez evitar o morticínio (LIRA, 2013, p. 327; FERRAZ, 2012, p.304). A postura do oficial inclusive já havia sido relatada em outro episódio, no combate do Xiquexique, em 1925, quando ele também se recusara a auxiliar os nazarenos a continuarem a perseguir Lampião depois da morte de Idelfonso Flor.

quais foram mortos pelo bando, que saqueou a agência dos correios e destruiu o telégrafo (BOLETIM GERAL N° 198, 10 de setembro de 1926).

Em seguida reaproximaram-se de Floresta, na fazenda Tigre Lampião é alvejado no peito, o disparo lhe transfixou a omoplata, o ferimento por pouco não lhe tirou a vida (BOLETIM GERAL N° 208, 22 de setembro de 1926).

Virgulino passou alguns dias afastado da ação, mas logo retornaria ao comando e estaria à frente do bando em campo de batalha. Em 11 de novembro, na fazenda Favela enfrentou um cerco formado pela volante de Zé Saturnino, já integrado a Força Pública na condição de sargento, e Manoel Neto, somadas as duas frações, aproximadamente oitenta homens estavam à disposição

Depois de forte confronto, Lampião mais uma vez escapa, deixando um saldo de seis policiais mortos e mais cinco feridos (BOLETIM GERAL N°252, 19 de novembro de 1926). Para Manoel Neto uma perda de maior pesar, o próprio primo José Gregório Neto⁸⁷, recentemente alistado. Mais uma ferida fraternal se abriu.

O governo de Sérgio Loreto aproximava-se do fim. Os últimos meses de mandato demandavam uma resposta ao cangaço e uma grande mobilização de tropa se fez. Seria o ato final de uma gestão trágica para a Força Pública:

“O Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado em ofício n° 985, de hoje, , mandou me declarar para meu conhecimento e devidos fins que tendo designado o Major desta Força Theophanes Ferraz Torres, para comandante em chefe de toas as Forças Volantes em operações no interior do Estado contra o banditismo, foi o mesmo autorizado a alistar 50 voluntários para atendes as necessidades do guarnecimento das localidades; a preencher as vagas que se deram por exclusão de praças, afim de que as Forças sob o seu comando não sejam diminuídas no seu efetivo e a conduzir em sua campanha mais algumas praças, sargentos, graduados e corneteiros, que por ele forem requisitados.

Além das praças, atualmente em perseguição aos bandoleiros ficarão mais a sua inteira disposição os seguintes oficiais:

1° e 2° Tenentes Sidrack de Oliveira Correia, João Leite Serrano de Andrade, Euclydes de Araujo Lemos, Francisco Flavio Ibrahim de Lyra, Eduardo José de Siqueira, Alfredo Cavalcante de Miranda, Amadeu de Araujo Guimarães, Arthur Guedes Alcoforado, Optato Gueiros, Augusto de Lyra Guedes, Aurelio de Araujo, Hygino José Bellarmine, Antonio Francisco dos Santos, Solon de Oliveira Jardim e Alipio Pereira de Sousa.

Outro sim, comunicou-me também que este comando ficava autorizado a fornecer ao referido oficial 70 fuzis Mauser com a respectiva munição e os caminhões que se acham no interior do Estado.” (BOLETIM GERAL N° 247, 17 de novembro de 1926)

Theophanes é mais uma vez colocado à frente do contingente para enfrentar o cangaço, missão que o acompanhou desde os primeiros dias. Um aparato bélico foi disposto

⁸⁷ Há divergências quanto a idade e nome da vítima, para LIRA (2013, vol. II, p.13) seria João Gregório Neto e teria no momento 16 anos. Contudo, FERRAZ (2012, p. 305) traz a transcrição que adotamos e atribui à vítima 18 anos.

para enfrentar o rei do cangaço. Uma vitória naquele momento poderia ser a redenção de qualquer político, assim como foi a captura de Antonio Silvino para Dantas Barreto, tão grande seria a notícia, que qualquer problema ou crítica ao homem público seria posta de lado, para dar os louros ao responsável por tamanho feito.

O novo comandante chegou concomitantemente à derrota no fogo da Favela, em um ano transcorrido por episódios desastrosos. Já nos primeiros dias da nova gestão, em 24 de novembro, o bando de Lampião sequestra funcionários da Standard Oil Company e da Souza Cruz, empresa de cigarros, mandando recado à Vila Bela, pedindo resgate para liberação dos reféns (MELLO, 2018, p.126).

Temos com isso três elementos que fomentaram a mobilização de quase trezentos (MELLO, 2018, p.217) homens por parte da Força: um governador detentor de uma gestão constantemente depreciada por seus inimigos políticos, devido a insegurança na sociedade sertaneja; um novo comandante no ímpeto de dar respostas ao trabalho que lhe foi confiado; e uma tropa recentemente ferida, ainda se recuperando das próprias perdas.

Todos marcharam em direção à Serra Grande, nos limites da fronteira de Vila Bela e Custódia, hoje pertencente ao município de Calumbi. A serra imponente em sua formação rochosa em formato de meia lua, como se abraçasse quem adentrar seu boqueirão. De seus paredões, uma visão privilegiada sobre todos os movimentos feitos ao pé. E para o conforto de quem a conhece, é pontuada por caldeirões de água⁸⁸.

A frente da tropa, em campo estavam o Tenente Higino Belarmino, o Sargento Arlindo Rocha e o Cabo Manoel Neto, dispostos a romper o cerco previamente montado pelos cangaceiros, não conseguimos identificar nos arquivos boletins ou outros documentos que nos ajudassem a dimensionar essa mobilização, com exceção apenas de uma notícia prévia, na qual parte da tropa movimentada optou por desertar:

“Vila Bela, 23. Comunico-vos que nas proximidades Serra do Umã Forças sabendo grupo Lampião achava ali emboscando desertaram covardemente durante noite soldados 3º Batalhão João Gonçalves da Silva e Emygdio Antonio de Oliveira pertencentes destacamento Salgueiro. Na mesma ocasião também desertaram soldados mesma unidade Jose Candido Brandão, Sebastião Miguel dos Anjos, Joaquim Cypriano de Andrade, João Amaro da Silva e Sebastião Barbosa da Silva os quais pertenciam Força Tenente Lemos e se apresentaram todos destacamento Salgueiro onde mandei comandante daquele destacamento arrecadar armamento. Peço-vos exclusões mesmos tipos como covardes e indignos pertencerem Força Pública. Saudações. Major Theophanes Torres. Comandante Geral Forças Interior.” (BOLETIM GERAL Nº 256, 24 de novembro de 1926)

⁸⁸ Os caldeirões são reservatórios de água naturais, formados pelo desgaste das rochas devido a ação da água e do tempo, os quais criam formações côncavas, servindo de depósitos da água das chuvas.

Na manhã de 26 de novembro todos estavam a postos, ao pé da Serra Grande. Cangaceiros entrincheirados no alto, entre as rochas, provisionados pelos caldeirões de água e guardados pelas paredes sólidas da montanha. Nesse episódio, David Jurubeba não estava presente. Contudo, ele acrescenta:

“O grande erro dos comandantes foi atacar o reduto pelo local menos indicado, impraticável. Quiseram subir por uma bocaina intransponível, uma passagem estreita, rodeada de grandes pedras, íngremes, alcantiladas.

[...]

Manoel Neto e Arlindo Rocha, ambos teimosos e valentes, persistiam no ataque suicida, pensando em romper a muralha armada por Lampião e acabar de vez com o cangaceiro. Higino comandava um grupo de uns cinquenta soldados e resolveu enfrentar diretamente Antônio Ferreira, para impedir que ele envolvesse a retaguarda da tropa e assim exterminasse as três volantes que ficariam entre dois fogos.” (SÁ NETO, 2004, p.165-167)

Em entrevista Arlindo Rocha dá sua versão de maneira mais sintética do que foi esse confronto:

“- Onde foi esse combate? Perguntamos logo, com nossa curiosidade despertada!

- Serra Grande fica perto de Custódia. Comandava as forças o bravo tenente Hygino José Belarmino. Foi o início da campanha do atual governo⁸⁹ estando no poder o saudoso dr. Julio de Mello contra Lampião. Este tinha, ao tempo, sob seu comando 125 homens. Estavam todos entrincheirados ao alto da serra. A brigada começou às 08 e meia da manhã e terminou às 6 da tarde. Nós tínhamos duas metralhadoras que Antonio Ferreira irmão de Lampião, procurou cercar três vezes pela retaguarda. E gritava: - Hoje tomo uma costureira dessa.

- E tomou?

- Não. Parece que tomou foi uma bala⁹⁰, pois morreu três dias depois do tiroteio. Os bandidos fugiram e desde então começou a debandada. O grupo fragmentou-se em quadrilhas que operavam em zonas diferentes. Ferido nessa luta, acrescentou o tenente Arlindo só escapei devido a meu irmão que me amparou. Os cangaceiros me alvejaram a poucos passos de distância, no momento em que eu chamava por Manuel Neto, ocupado em botar uma retaguarda.” (JORNAL O PEQUENO, 19 de outubro de 1928).

A entrada em Serra Grande foi um desastre para a tropa, logo nos primeiros avanços Manoel Neto teve as duas pernas quebradas por ferimentos de fuzil. Arlindo Rocha foi alvejado na mandíbula, o que lhe tirou de combate.

Dentro desse grande covil preparado por Lampião, soldados tentaram salvar-se e aos companheiros, além de confrontar os cangaceiros. Ao tenente Higino coube a defesa da retaguarda, impedindo que os cangaceiros fechassem o cerco e transformassem a Serra Grande em uma imensa sepultura dos policiais.

⁸⁹ Há um engano por parte do entrevistado. Novembro de 1926 era o final do governo Sérgio Loreto e não o início da gestão Estácio Coimbra.

⁹⁰ A versão na qual Antônio Ferreira se feriu no combate da Serra Grande é sustentada por algumas pessoas, vindo o cangaceiro a morrer três dias depois, na Fazenda Poço Ferro, do coronel Angelo da Jia. Contudo, outros autores sustentam a ideia da morte do irmão mais velho de Virgulino ter ocorrido em decorrência de um disparo acidental envolvendo Antônio e o cangaceiro Luis Pedro, na mesma fazenda.

A retirada da tropa foi em total desordem:

“Foi uma peleja com muita dificuldade. Soldados desorientados sacudiram seu armamento, com todo o equipamento fora, e, de Serra abaixo, descia o mesmo como um relâmpago. Muitos foram sair em Vila Bela, Triunfo, Custódia, Flores, Afogados da Ingazeira, Alagoa de Baixo, Rio Branco, Salgueiro, Floresta e muitos outros lugares.” (LIRA, 2013, vol. 2, p.25)

Mesmo os mantidos em conjunto até o fim, segundo David Jurubeba:

Foi uma retirada triste e penosa, amargamente sofrida pelos comandantes e comandados, todos homens bravos e capazes. Não havia bravura que impedisse a derrocada, pois bravura de ambas as partes foi o que não faltou. Lampião armou uma cilada, pegou a polícia desprevenida e obteve uma grande vitória.” (SÁ NETO, 2004, p.169)

O saldo final foi de quatorze feridos e dez mortos conforme BG N° 262, 01 de dezembro de 1926, o qual traz lista nominalmente e o local de origem dos militares. Era um feito de grande vulto para Virgulino, em nossos estudos, o de maior expressão. Enxergamos como à época, foi o último ato da gestão de Sergio Loreto sobre o tema, uma falha constrangedora, a qual ressoaria socialmente:

“Nos últimos dias do seu governo, o Sr. Sérgio Loreto dobrou a dosagem das inverdades que vinha impingindo ao povo, durante o seu quadriênio funesto, espalhando aos quatro ventos, que Lampião fora ferido em um encontro com a polícia de Pernambuco. A notícia se destruiu a si mesma, quando não dissesse muito mal do governo pernambucano extinto.” (JORNAL DO RECIFE, 27 de novembro de 1926).

Era o auge do Rei do Cangaço, o qual se sobrepôs a todos esforços de detê-lo. Constrangeu o Estado ao derrota-lo em campo de batalha e também ao ser uma ferramenta de desconforto nos discursos de pressão ao governador.

No privado, Lampião castigou seus inimigos íntimos com grande rigor, não apenas ferindo-os fisicamente, mas os obrigando a assistir a destruição de seus patrimônios, impotentes de ação naquele momento.

Veremos então como se deram as mudanças no período final de nosso recorte temporal. Um novo governo si impôs.

5. A TROPA, O ESTADO, O CANGAÇO

5.1. Tempos de mudanças

Em 11 de dezembro de 1926, um novo governador assumiu, Estácio de Albuquerque Coimbra, senhor do engenho Morim, oriundo da pequena cidade de Barreiros, na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Homem muito experiente na vida pública, em sua história mandados de deputado estadual, federal e a vice-presidência da República, na gestão de Arthur Bernardes (1922-1926). O nome de Estácio encontrou apoio entre as correntes mais tradicionais:

“Ao contrário de Dantas – conquistando o Estado pela força bruta, ou de Sérgio, levado ao poder pelo medo da conflagração – Estácio conhecia os segredos não somente da política nacional, mas, sobretudo, da estadual, onde militava fazia quase 30 anos, havendo-lhe as vicissitudes de carreira tumultuada – cheia de altos e baixos, de vitórias e triunfos, de quedas e ascensões – dado o conhecimento pleno dos homens e das cousas, cabendo ajuntar assumia a direção do Estado em fase especialíssima, em que, divididas as opiniões, e multiplicando-se correntes e chefias, na verdade nenhuma influência outra lhe poderia fazer sombras, no esvaziamento quase total dos líderes que, lá fora, ainda não haviam sumido de todo.” (PORTO, 1986, p.599)

O novo governador trouxe consigo a liberdade do prestígio que desfrutava, somado ao desgaste dos nomes relevantes de outrora. A nova cúpula de gestão foi escolhida entre nomes proeminentes nos ciclos acadêmicos e políticos (FREYRE, 2011, p.191-196) de tal forma homens como Gilberto Freyre, o sanitarista Saturnino de Brito, o médico Ulysses Pernambucano, o educador Carneiro Leão, foram presentes na nova gestão.

Contudo, dentro as escolhas para a composição do núcleo do governo, uma foi de grande impacto para os episódios relativos ao cangaço, Eurico de Souza Leão, jurista e parlamentar, a quem foi confiada a Chefatura de Polícia. O deputado natural de Ribeirão, também Zona da Mata Sul de Pernambuco, tinha suas raízes familiares próximas ao reduto do governador.

O novo Chefe de Polícia assumiu seu posto convicto do que tinha a ser feito, afirmamos isso pela velocidade com a qual tomou medidas de enfrentamento ao cangaço, decisões rápidas e enérgicas deram outro rumo para o fenômeno.

“Acendendo ao convite que lhes dirigiu o Sr. Dr. Estácio Coimbra, os governadores da Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará já telegrafaram a S. Exa. Aplaudindo a sua ideia e comunicando que se faziam representar pelos seus respectivos chefes de polícia na próxima reunião a realizar-se no dia 28 do corrente, nesta capital, para discutirem e assentarem medidas de uma ação conjunta de combate ao banditismo.” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 18 de dezembro de 1926).

Um novo acordo de colaboração entre os governos se estabeleceu, dando maior liberdade de deslocamento das tropas pelos diferentes estados, sem a necessidade de uma solicitação prévia. Mas a real intensão era apresentar as novas medidas para sufocamento da logística do cangaço, tiveram inclusive tempo para visitar as instalações da penitenciária onde seriam destinados os futuros detentos (JORNAL DO RECIFE, 29 de dezembro de 1926).

Eurico manteve Theophanes Torres a frente das tropas no interior do estado e a partir de suas primeiras decisões, mudou o foco de atuação das forças volantes. Nesse ponto vemos o início da consonância de pensamentos da instituição com tropa.

Se em Caraíbas, no início de 1926, a tropa já havia tentado atacar as fontes de recursos dos cangaceiros, ao invés de persegui-los propriamente, a partir de dezembro o método foi escalonado e estendido para esferas antes inalcançáveis aos soldados: os coronéis. Os líderes políticos locais foram os alvos prioritários:

“Foi combinada, entre o governador Estácio Coimbra e o governador de Alagoas, Sr. Costa Rego, a prisão dos proprietários sertanejos que protejam o bando de Lampião.”
(A GAZETA, 24 de dezembro de 1926).

Compreendemos a posição política de Estácio como algo muito relevante para esse cenário. O novo governador foi escolhido justamente no processo de desgaste das antigas correntes (PORTO, 1977), havia uma menor dependência dos votos de aliados interioranos, como ocorrera na eleição de Dantas Barreto (PORTO, 1973). Sendo assim, ação contra essas lideranças locais pode ser mais incisiva:

“Chegaram ontem, de Vila Bela, presos quatro fazendeiros protetores de Lampião e de seu bando.
Foram recolhidos à Penitenciária” (JORNAL DO BRASIL, 04 de janeiro de 1927).

Como vemos, a notícia da condução ao Recife dos favorecedores, ou no linguajar mais recorrente, coiteiros, para prestarem contas à Chefatura de Polícia foi dada com o zelo de manter oculto a identificação dessas pessoas.

Todavia, a velocidade com a qual o novo governo se opôs a questão do cangaceirismo e conseguiu dar início a execução do plano de ampliação dos meios de combate, deveu seus méritos a quem estava justamente na frente de luta. Os muitos soldados anônimos, sob o comando de Theophanes e em sua maioria naturais do sertão do Pajeú, apontaram aqueles aos quais recaia a convicção de favorecimento aos bandos de cangaceiros.

Resguardamos um espaço dentre deste capítulo, no qual trataremos os possíveis excessos cometidos por aqueles que estavam respaldados a fazerem as acusações e refletiremos

sobre como agentes da lei também podiam também fazer um uso excessivo do poder ao qual foram confiados.

O rigor implementado pelo Estado de Pernambuco somado a morte de Antônio Ferreira, forçou o recuo de Lampião, durante os primeiros meses de 1927 pouco se registrou de suas atividades no interior. O cangaceiro procurou recompor seu grupo com familiares e dirigiu-se novamente ao Juazeiro do Norte, no Ceará, em busca de reforços.

Nesse ínterim, foi pedido judicialmente a prisão e transferência para Vila Bela, Pernambuco, de alguns integrantes da família Ferreira homiziados no Ceará:

“no mês de janeiro, chegou a Juazeiro uma carta precatória determinando a prisão de João Ferreira, Pedro Queiroz⁹¹ (marido de dona Mocinha), Zé Dandão, Venâncio Ferreira (tio de Lampião), Sebastião e Domingos Paulo (ambos primos de Lampião).” (FERREIRA, 1999, p.137)

Ezequiel Ferreira e Virgínio, respectivamente, irmão e cunhado de Lampião ingressaram no cangaço. Contudo, não houve esforço para recuperação dos parentes aprisionados, chegando João Ferreira a passar quase dois anos sob a custódia do Estado de Alagoas:

“De todos os detidos, João Ferreira foi quem cumpriu mais tempo de cárcere. João foi “requisitado” pela polícia de Alagoas, permanecendo preso em Maceió durante um ano e nove meses, sem julgamento. Ao final desse período, foi transferido para Matinha de Água Branca, também em Alagoas, onde foi levado a júri e absolvido. Qual foi exatamente a acusação que provocou o julgamento, ninguém sabe ao certo.” (FERREIRA, 1999, p.138)

O bando tomou um novo rumo, seguiu em direção ao sertão do Seridó, com destino a cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte. Esse episódio é passível de muitas interpretações devido suas peculiaridades, a primeira delas, caminharam para paragens completamente desconhecidas a eles. Comportamento incomum, tendo em vista a falta de uma rede de coiteiros que pudesse dar o suporte e o encobrimento político às suas atuações.

Nos parece já haver sinais de um desejo de encontrar um novo espaço geográfico para atuação, o grupo, embora tivesse amargado a perda de Antônio Ferreira, estava em seu momento mais pujante, contando com aproximadamente cem componentes.

Embora muitos coronéis estivessem passando pelo constrangimento das conduções à Chefatura de Polícia, os cangaceiros ainda estavam bem abastecidos pelos estoques dos batalhões patrióticos fornecidos diretamente ao grupo, contando também com o grande volume de armamento e munição depositados em confiança nas mãos de sertanejos alistados e desviados pelas hordas.

⁹¹ João Ferreira era o irmão mais novo de Virgulino, nunca esteve envolvido com as hordas de cangaceiros, a ele foi confiada a função de cuidar das irmãs; Pedro Queiroz era cunhado de Lampião.

Assim, reiteramos nossa percepção do interesse por uma jornada tão incomum teria sido reflexo dos apertos impostos em suas antigas áreas. Lampião em muitos momentos conseguiu fazer a leitura mais ampla do momento social e baseado nele escolheu quando e onde atuar.

Possivelmente as pressões da polícia empurraram-no a aceitar o convite do cangaceiro paraibano Massilon Leite, em associação direta com o coronel Isaías Arruda, aos quais são atribuídos o planejamento e financiamento do ataque à cidade de Mossoró:

“Ousadia das ousadias – atacando a cidade Mossoró, a segunda maior do estado, conhecida como a Capital do Oeste, dada a expressão econômica regional de que desfrutava, situada a quarenta quilômetros do mar, quatro igrejas, multinacionais e agência do Banco do Brasil” (MELLO, 2018, p. 144).

A trajetória até Mossoró foi próspera em crimes, assaltos, sequestros e assassinatos (FERREIRA, 1999, p.140-141; O JORNAL, 15 de junho de 1927; JORNAL DO BRASIL 15 de junho de 1927). Os cangaceiros, em número de cinquenta e três⁹², aproximadamente, todos montados a cavalo, enviaram uma solicitação de pagamento em 13 de junho de 1927 prefeito de Mossoró e advertiram que o não pagamento ensejaria no ataque à cidade.

Todo a marcha do bando por terras potiguares foi tempo o suficiente para a preparação de uma defesa em Mossoró, a cidade bem entrincheirada resistiu há mais de oito horas fogo com os cangaceiros. Virgulino perdeu o cangaceiro Colchete, morto logo que adentrou a cidade e Jararaca, capturado com vida, mas assassinado depois de fornecer algumas informações a respeito do bando através de interrogatórios e entrevistas que teve de conceder⁹³.

Temos a derrota em Mossoró como uma mudança definitiva para os rumos do fenômeno do cangaço. O Rei do Cangaço se viu em risco eminente ao não ter onde refugiar-se, a solução foi correr desordenadamente em direção ao Ceará.

Mas, como vimos, algumas mudanças estavam implementadas, dentre elas a ação conjunta das polícias. A Força paraibana e cearense logo estavam em apoio ao Rio Grande do Norte, reflexo do Conselho estabelecido em Pernambuco, uma mobilização conjunta para caçar os cangaceiros justamente em um momento de fraqueza, no linguajar corriqueiro da tropa, a solução para Lampião era *“ou corre ou morre”*.

⁹² O número é citado por Jararaca, José Leite de Sant’anna. O cangaceiro foi ferido e capturado em Mossoró, sendo entrevistado e suas palavras publicadas em diversos jornas, dentre eles o Diário de Pernambuco de 08 de julho de 1927, de onde transcrevemos a informação. O número condiz com as fotos do bando feitas em Limoeiro, no Ceará, quando o grupo marchava em direção ao Rio Grande do Norte.

⁹³ Um terceiro cangaceiro teria morrido no episódio, mas há discordâncias entre autores sobre quem seria ou se de fato houve uma terceira morte.

E assim o fez, nessa fuga desesperada o grupo foi esfacelando-se, integrantes fugiram em sentidos opostos na intenção de resguardar a própria vida e o retorno ao Ceará foi de verdadeiro sufoco:

“A fuga atropelada por Limoeiro do Norte, Ceará, avançando em busca do Jaguaribe até retornar aos domínios do coronel Isaías Arruda, no sul do estado, dias depois, guarda lances dignos da retirada da Laguna, do Taunay.” (MELLO, 2018, p. 145).

Não há exageros na descrição feita por Frederico. O combate terminou na madrugada de 14 de julho e na tarde do dia 15 os cangaceiros já estavam em solo cearense, na cidade de Limoeiro do Norte, a 70 quilômetros de Mossoró (CHANDLER, 2003, p. 129).

O saldo final da empreitada foi extremamente negativo para Virgulino, muito além do insucesso em campo, a ausência de seus domínios ao longo de um semestre foi o suficiente para trazer fôlego à Força Pública pernambucana.

5.2. Reprimir e sufocar

Enquanto os cangaceiros incursionavam, uma guerra total se estabeleceu no sertão do Pajeú, uma espécie de ordem de despejo generalizada para todos aqueles acusados de favorecimento ou participação no cangaço. Inclusive o Chefe de Polícia, Eurico de Souza Leão sabia do eminente retorno de Lampião, conforme entrevista concedida:

“Há quatro meses que nossos sertões estão livres da ação de Lampião, que receando o combate, sem tréguas, das nossas forças, andava internado em caatinga. Atualmente está no Ceará. Segundo informações que recebi hoje do meu colega do estado do Rio Grande do Norte, após o combate travado com as forças rio-grandense, Lampião fugiu para a cidade de Limoeiro no Ceará, deixando em Mossoró três bandidos mortos e outros feridos, inclusive o célebre Jararaca temido em todo sertão pelas suas façanhas. Ordenei que nossas forças ficassem na fronteira da Paraíba e do Ceará impedindo desta forma o seu internamento em nosso território.” (JORNAL DO BRASIL, 15 de junho de 1927)

Mas desde o início da gestão foram implementadas medidas de mitigação em diferentes meios de enfrentamento. Decisões inovadoras para o período:

“O dr. Estácio Coimbra, assinou hoje os seguintes atos: Espedindo o novo regulamento para os serviços policiais do Estado; Criando, na Repartição Central da Polícia, o Arquivo Policial Criminal, destinando-se a conhecer todas as informações sobre crimes e criminosos, colecionando-as e registrando-as metodicamente.” (JORNAL PEQUENO 08 de fevereiro de 1927).

No testemunho de Gilberto Freyre, outros secretários de governo foram empenhados em ajudar na criação de ferramentas para melhor compreender o panorama criminal:

“O sr. Rafael Xavier – hoje técnico de renome nacional em assunto de estatística – que organizou com admirável eficiência os serviços de estatística de Pernambuco. E uma referência se impõe à ação do sr. Eurico de Souza Leão, que inteligentemente encarou, na direção da polícia do estado, aspectos sociais dos problemas chamados de segurança pública, através de estudos e estatísticas de crime que levantou em diferentes zonas do estado.” (FREYRE, 2011, p. 196)

Pernambuco, dentre os estados do Nordeste, já trazia consigo o mérito de ter sido o primeiro a levar a sede de um batalhão para a região do sertão. Foi também o primeiro a criar um acervo policial próprio, e mais, desnudou o nome de homens com prestígio político nas comarcas do interior.

Foram conduzidos diversos coronéis a serem inquiridos e acusados por participação em crimes, antes atribuídos apenas aos seus executores, no caso, os cangaceiros e outros tipos de jagunços. A própria imprensa passou a noticiar tais conduções e identificava os acusados, antes resguardados por nomenclaturas subjetivas, como “*mandões locais*”, “*coréneis*”, “*certos chefes*”:

“Fazendeiros presos acusados de facilitar e proteger Lampião. Ângelo da Gia de Tacaratu e Arsênio Gomes preso na Bahia.” (JORNAL PEQUENO, 11 de março de 1927).

Nomes passaram a ser revelados sem maiores constrangimentos, conforme o depoimento do cangaceiro Jararaca:

“O armamento foi dado a Lampião pelo dr. Floro Bartolomeu quando Lampião tomou parte contra os revoltosos tendo o coronel José Otavio, de Vila Bela (Pernambuco), atualmente preso, fornecido também muita munição. Lampião tem ainda mais armamento cuja quantidade não sabe, guardado na fazenda Serra do Mato, de propriedade do coronel Sant’Anna, no Estado do Ceará.

Quando Lampião não está com seu grupo em movimento, se abriga no Ceará, nas fazendas do coronel Souto ou do coronel Ferraz e quando está no Pajeú o abrigo é a caatinga” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 08 de julho de 1927).

E a tropa, compreendeu a possibilidade de direcionar seus esforços. Foi o momento escolhido para derrubar mais reduto antes inacessível ao Estado, a Serra do Umã.

“As forças não davam trégua ao bandido. Todo mundo corrida dia e noite sem parar. Surgindo deste modo grande fracasso no grupo do Capitão Lampião, refugiando-se na famosa Serra do Umã. A inviolável Serra do Umã é habitada por Caboclos, cangaceiros valentes. Po isso tornou-se famosa e inviolável.

[...]

Só em 1927, com o refúgio dos cabras de Lampião ali, foi o Sargento Manoel Fumaça⁹⁴ resolveu entrar naquela fortaleza respeitada.” (LIRA, 2013, vol. II, p.61).

⁹⁴ Manoel Fumaça ou Cachorro Azedo são alguns dos nomes perjurativos atribuídos a Manoel Neto. Segundo seus contemporâneos, todos atribuídos por Virgulino.

Temos certo lapso de informações nos principais textos de memórias do período, entre 1927 e 1928. João Gomes de Lira e Manoel Flor pouco deixaram registrado, atribuímos isso ao fato do distanciamento de Virgulino das terras Nazarenas, mas é possível continuarmos compreendendo os movimentos da tropa.

Ainda sobre a toma da Serra do Umã, temos a continuidade da descrição de João Gomes:

“Para isto realizar, Manoel Neto deixou anoitecer. Tomou chegada, deixando a força na entrada da Serra. No silêncio da noite, com nove soldados, subiu a referida Serra, batendo nas portas e chamando pelos donos das casas, dizendo que era gente amiga. Abriam as portas. Ali mesmo, davam voz de prisão, pegando-os e amarrando. O resultado é que, quando amanheceu o dia, estava todo mundo nas cordas e a famosa Serra quase limpa, sem cangaceiros e o Sargento Manoel Neto de parabéns por ter quebrado o tabu e uma fortaleza de tanta bravura. Isto ocorreu sem derramamento de sangue.” (LIRA, 2013, vol. II, p.61-62).

Dentro dos registros institucionais encontramos notícia da tomada da Serra do Umã, contudo, há registro inclusive da morte de dois homens, acusados de envolvimento com o cangaço (BOLETIM GERAL N° 199, 3 de setembro de 1927), as notícias do ocorrido foram enviados à Força Pública, pelo Tenente Arlindo Rocha.

Dentro do ordenamento militar é obrigatório que todas as informações sejam reportadas pelo hierarquicamente mais antigo, logo, a participação de Manoel Neto na tomada da Serra do Umã, conforme citação acima é plausível, diríamos até provável, visto ele já estar à frente de sua própria volante naquele momento, contudo coube a Arlindo prestar os devidos esclarecimentos.

Ressalvamos a compreensão da tropa quanto a importância de determinados espaços geográficos para o cangaço, assim como fora em Caraíbas, desalojar o grupo era mais acessível que propriamente vencê-lo em combate.

Os livros de memórias deixaram um vazio de informações para o período de 1927, talvez pela ausência do nome de Virgulino o no sertão do Pajeú, contudo, os boletins gerais nos ajudaram a entender como as movimentações continuaram em ritmo acelerado:

“Vila Bela, 26. Comunico-vos que o soldado do 3° Batalhão aqui estacionado Manoel Gomes de Oliveira, fazendo parte força volante Cabo Manoel Neto, recebeu tiro pé direito por ocasião luta grupo bandidos da qual resultou morte bandoleiro Jacintho Calixto fato ocorrido dia 23 município Floresta. Saudações. Theophanes Torres. Major Comandante Forças Volantes.” (BOLETIM GERAL N° 46, 28 de fevereiro de 1927).

O trabalho dos volantes nazarenos⁹⁵ foi citado nos documentos oficiais, dando notícia inclusive das perseguições além do território pernambucano:

“Floresta, 12. Comunico-vos que força volante liderada pelo sargento Arlindo Rocha, seguindo a pista do grupo de celerado bandido Lampião, conseguiu alcançá-lo já em território Cearense, onde com vantagens e mantendo tradição, rompeu cerrado tiroteio, do qual resultou a morte de dois bandoleiros e diversos feridos, deixando no campo de luta, vários animais e objetos.” (BOLETIM GERAL Nº 109, 17 de maio de 1927).

“Comunicou o Sr. Major Thephanes Torres, em telegrama de 16 corrente que seguiu em diligência a fim de acompanhar de perto ação de nossas forças que perseguem o celerado Lampião, oculto com seu bando nas Serras de São Lourenço – Cariri (Ceará). Ficando em Vila Bela o Sr. Capitão Pedro Cavalcante Malta.” (BOLETIM GERAL Nº 161, 20 de julho de 1927).

Estava estabelecido um novo método, condizente com as práticas já conhecidas pela tropa, mas agora institucionalizados pela Força Pública. Para além do nosso objeto de pesquisa VILLELA (2004) ao analisar os processos judiciais envolvendo as disputas políticas no Pajeú, debruçou-se sobre os documentos da Chefatura de Polícia ao longo da gestão de Eurico de Souza Leão.

Villela (2004, p.45-49) encontrou justamente arroladas as medidas pretendidas por Eurico: desde a repressão aos coiteiros, com a exposição social de suas imagens; passando pela tomada de áreas antes inacessíveis às tropas; nomeação de novos comandantes de volantes, ainda que o militar estivesse em posto menor, como o caso dos sargentos e cabos, que passaram a ter maior autonomia de ação; por fim, a apreensão de armamentos e munições antes distribuídas aos batalhões patrióticos.

Por tais motivos encontramos uma convergência nas pesquisas mesmo sob fontes distintas, nos levando a acrescer o volante como personagem predecessor dessa política de governo, mesmo descoordenadamente ou sem continuidade em seus atos. Atribuir unicamente ao governador Estácio Coimbra ou ao chefe de polícia Eurico de Souza Leão, seria ignorar os esforços feitos justamente no momento de maior escassez, onde a recompensa pelo trabalho foi a apenas a garantia da própria existência.

Pouco se registrou da presença de Lampião em terras pernambucanos ao longo de 1927 e no primeiro semestre de 1928. Os memorialistas limitam-se a tratar de uma chacina praticada pelo bando contra quatro almocreves naturais das ribeiras do Navio e o ataque a cidade de Triunfo em oito de dezembro (LIRA, 2013, vol.II, p.64-74).

⁹⁵ Embora não citados diretamente, os recrutas oriundos de Nazaré estiveram presentes nas mais diversas volantes do período, embora, nos grupamentos comandados por Manoel Neto e Hercílio Nogueira, por exemplo, fossem compostos, geralmente, unicamente por nazarenos.

Os confrontos também escassearam, em fevereiro de 1928 um pequeno choque com as Forças pernambucana e paraibana, em local de nome Minador, na Paraíba, sob o comando dos nazarenos, Hercílio e Aureliano Nogueira; outro rápido confronto em Barreiros, também em solo paraibano; após isso, pequenas correrias e conflitos, já em Pernambuco, Serra do Arapuá, Serra do Catolé; e ainda em fuga, seguiram os cangaceiros para o Ceará, passaram pela Serra do Algodão, Poço, Piçarra (LIRA, 2013, vol.II, p.80).

O bando estava em momento periclitante, muitas forças revezavam-se em sua perseguição, desde o acordo interestadual, as fronteiras não eram mais restritivas à atuação de repressão. Os antigos coiteiros estavam intimidados em favorecê-los, visto as consequências de serem coagidos pela polícia, a solução era manter o grupo em constante movimento.

Além do desabastecimento de viveres e pontos de repouso, estava difícil encontrar novos agregados. No período de 11 a 16 de junho de 1927 o jornal A Província publicou uma série de reportagens com as estatísticas organizadas pelo Major Theophanes Torres, comandantes das forças volantes em operação no interior contra o banditismo⁹⁶.

O noticiário trazia os nomes dos acusados, o local onde foram capturados, vivos ou mortos, e a identificação do militar responsável pelo feito. Nomes expressivos estavam na lista como Manoel Pequeno, Luiz Pequeno, Emiliano Novaes, Luiz, João e Joaquim Rajado. Ao todo, 170 nomes pronunciados, muitos tinham elos parentais entre si e alianças familiares com os Ferreira de Virgulino.

O rei do cangaço estava acuado, com a cabeça em risco como nunca esteve antes, em março de 1928 tentou se esconder sob a proteção de Antônio Teixeira Leite, o Antônio da Piçarra, na cidade de Porteiras-CE. Em seu encalço duas volantes pernambucanas compostas por grande número de nazarenos, o tenente Arlindo Rocha comandava uma fração e os demais aos cuidados do sargento Hercílio Nogueira.

Segundo Manoel Flor (FERRAZ, 2012, p.329-330), em 27 de março de 1928, era uma noite de forte tempestade, as tropas chegaram a fazenda Piçarra e interpelaram o proprietário pela localização do bando, depois de pressioná-lo, descobriram onde estariam arranchados, mesmo com o risco de uma ação às escuras, a tropa optou pelo confronto:

“O sargento Hercílio Nogueira encontrou uma precária vereda pela qual subiu a serra. As demais tropas avançaram pelos flancos, protegidas pela escuridão, mas enfrentando a posição aclive do terreno e a agressividade da vegetação. Hercílio movia-se à frente de seus homens, cautelosamente. De súbito, deparou com parte do bando a marchar em sentido contrário e houve troca de tiros à queima-roupa. A

⁹⁶ Segundo Freyre (2011), o periódico tinha uma corrente editorial alinhada ao governador, justificando o interesse em publicar inclusive relatórios de policiais para demonstrar a eficiência da gestão. Não encontramos fontes nos arquivos da PMPE que nos ajudassem a contrapor a informação, contudo, muitos dos nomes relacionados

escuridão tornava o embate confuso; os bandoleiros podiam passar pelos soldados sem se distinguirem destes. Contudo, o clarão de um relâmpago fez com que Hercílio vislumbrasse Sabino Gomes e o acertasse com um tiro.” (FERRAZ, 2012, p.329)

Em entrevista posterior, ao ser interpelado referente a esse evento, Arlindo Rocha traria a seguinte resposta:

- E o famigerado Sabino?
- Afirmam que morreu em Piçarra, no Ceará, num combate com as minhas forças. O choque foi à meia-noite, debaixo de muita chuva e muita trovoada. Era um velho inimigo meu, o terrível Sabino. Lembro-me bem que num tiroteio ele gritava para mim: - Arlindo das Barrocas, já te arranquei o queixo, quero levar o resto.
- Mas não levou, tenente...
- Não, nem se cumpriram as promessas de Lampião, que me mandava dizer nos seus tempos fulgedos: - Quando passar na tua casa só deixo o chão molhado. O chão molhado de sangue. (JORNAL O PEQUENO, 19 de outubro de 1928).

Perdia o capitão Virgulino um de seus tenentes e simultaneamente mais um de seus coiteiros de maior expressão rompia em definitivo a relação de confiança necessária. Pouco havia o que ser feito por parte dos cangaceiros, se pretendiam continuar engajados na vida errante, era necessário mudar.

Como já citamos em outras passagens, mais uma vez Lampião fez a leitura correta do momento social ao qual estava inserido. Não havia nada de produtivo para ela na margem norte do Rio São Francisco, era o momento de buscar outras paragens. No final de 1926 o grupo chegou a ser composto por quase uma centena de homens, esporadicamente até mais, em 1928 não chegavam a dez. A lei do arrocho, como a tropa chamava as determinações de Eurico de Souza Leão, destronaram em definitivo o rei do cangaço, ao menos de seu domínio no sertão do Pajeú.

Em 19 de agosto de 1928, um Lampião desprovido dos poderes de outrora debandou com destino à Bahia, onde implementou outras modalidades de crimes, reinventou o fenômeno do cangaço, inclusive dentro do que posteriormente seria o imaginário cultural desses episódios históricos:

“A travessia se dera na Várzea Redonda, três léguas acima da vila de Jatobá de Tacaratu, canoas arrebatadas a Estevam Alves da Silva, Aristides Baptista, Jorge Gomes e Manoel de Tal, detidos para explicações. O chefe se fazia acompanhar do irmão Ezequiel, o Ponto Fino; do cunhado Vigínio Fortunato, o Moderno; do lugar-tenente, Luiz Pedro; de Mariano Granja e de Mergulhão. O bando desembarcara em Santo Antônio da Glória, domínios do coronel Petronilo de Alcântara Reis, o Petro, na Bahia.” (MELLO, 2018, p.151-152)

Em terras baianas o bando adotaria novas formas de vestir, muito mais adornadas, cheias de bordados e menos pragmáticas quanto a eficiência militar da indumentária; permitiria o ingresso de mulheres; se dividiria definitivamente em subgrupos, tendo apenas reuniões

esporádicas para executarem alguma ação específica; passariam mais tempo arranchados, estacionados sob os cuidados de novos coiteiros, principalmente entre Sergipe e a Bahia; optaria por crimes como extorsões e agiotagem, deixando em desuso as tomadas das cidades como fazia até 1928.

A ida de Lampião não significou o fim do cangaço em terras pernambucanas, ou nos demais estados, ele fez incursões rápidas por sua terra natal, preferencialmente nos momentos de grandes distúrbios sociais como a Revolução de 1930 e a intentona comunista em 1935, pois sabia do deslocamento das atenções da Força para atender as demandas da capital, desguarnecendo as cidades interioranas.

Quanto aos nazarenos, mantiveram-se resilientes em suas pretensões. Seguindo os passos de Virgulino, marcharam com destino à Bahia, na condição de contratados do governo daquele estado.

Enquanto Lampião foi uma ameaça houve um nazareno em seu encalço.

5.3. O preço de uma guerra

Optamos por ter como etapa final de nossa pesquisa uma análise do saldo de tantos anos de conflito. Inclusive reservamos esse espaço para avaliarmos os erros e excessos atribuídos aos nazarenos e à Força Pública no geral.

Ao longo dos episódios avaliados em nossa pesquisa encontramos múltiplas fontes que revelaram acusações formais e informais em decorrência da violência praticada pelos volantes, assim como os próprios depoimentos rememoravam episódios de grande crueldade, reconhecida pelos personagens envolvidos.

Como vimos, temos no nosso objeto de estudo um quadro específico da transitoriedade do entendimento da segurança pública, no qual, se mesclavam as relações institucionais com as questões privadas e os indivíduos estavam constantemente transitando entre a legalidade e o banditismo.

Cangaceiros e jagunços podiam ser nomeados oficiais de batalhões patrióticos, subdelegados, inspetores de quartirão. Por outro lado, vítimas de crimes poderiam tornar-se policiais e fazer da atividade o meio de vingança, enquanto estava vivenciando inclusive as consequências dessa vingança, no calor das questões, aviltados por seus inimigos, como o caso dos próprios nazarenos.

Em decorrência desses quadros, acreditamos que a extrapolação aos limites da violência era aplicada como símbolo do resgate da honra para todos os personagens envolvidos.

Buscava-se contra o inimigo não apenas a derrota, mas a humilhação, como reflexo do mal muitas vezes sofrido por si outrora ou como preço a ser pago em decorrência de todos os castigos sofridos pela jornada necessária à captura do rival.

Após expulsarem Lampião e seus comandados das Caraíbas em Betânia-PE, David Jurubeba incendiou as palhoças e todos as instalações dos Pequenos, lembrando seus atos, fez a seguinte reflexão:

“Quando acabei de queimar a maior de todas as cabanas – queimei ao todo quatorze – notei um velho já muito entrado em anos que fora retirado da casa que ardia. O velho queria voltar e entrar a toda força, sendo contido por um mulherio que o rodeava. Era o pai do chefe Manoel Pequeno que estava ausente, acompanhando Lampião. Vendo aquele drama, o meu coração se confrangeu e eu me arrependi. Devia ter poupado aquela casa por causa do velho, já caduco, sem consciência daquela luta dos bandidos seus parentes.

[...]

Mandei sustar a ação punitiva e retirei-me para um recanto, ali perto, onde, sozinho, pedi perdão a Deus por aquele ato contra um velho indefeso, demente.” (MALTA, 2004, p.120).

Em outra passagem, a intervenção em favor da vítima veio de parte dos próprios nazarenos, já em solo baiano, a volante, sob o comando de Odilon Flor, depois de um rápido confronto com os cangaceiros, viu o bando fugir e ao perdê-lo de vista começou a buscar informações com os moradores da região, lembrou Neco de Pautilha:

“Lá na frente a gente ouvia uma pessoa tangendo um animal. Esperamos e, quando chegou, era uma pessoa que vinha trazendo uma vaca encaretada com um bezerro novo. Cercado pela volante, perguntaram:

- Você viu cangaceiro por aí?

- Vi não senhor.

- E ouviu tiroteio?

- Ouvi não senhor.

Pegaram esse homem, deram uma surra muito grande; quando ele esmoreceu de tanto apanhar, jogaram dentro de uma coivara e colocaram fogo.

Cornélio, que era daqui do Barro Vermelho, correu e agarrou a perna do homem, puxou para fora e disse:

- Olhe, querem queimar acabem de matar, mas comigo aqui vocês não queimam esse homem vivo não.

Eles ficaram nervosos, mas se afastaram.” (SOUZA, 2012, p.82).

Ambos os registros são significativos, demonstram as consequências da guerra para os personagens, as cenas de violência podiam ser demasiadas inclusive a quem estava acostumado a presenciá-las. Imersos naquele ambiente de conflito há muitos anos, os limites da própria atuação se dilatava constantemente.

O incêndio em Caraíbas foi subsequente ao trimestre final de 1925, período onde Nazaré perdeu Idelfonso Flor; na Bahia os nazarenos conheceram as fases mais críticas de desabastecimento da tropa, decorrente da imensidão geográfica do sertão baiano, somado a

inexperiência do governo baiano em gerir o conflito. O próprio sofrimento era facilmente convertido em castigo ao inimigo sempre que oportuno.

Os quartéis estavam sediados em locais distantes, a falta de comunicação e coordenação deixava aos comandados a liberdade de agir conforme suas próprias razões, sem as consequências de punições. As frações atuando sem fiscalização, agiam em conjunto com o seu comandante imediato, estabeleciam os interesses com os quais seriam motivados a manter-se no encaço dos cangaceiros.

Era difícil à população denunciar os castigos sofridos, pois a Força Pública não estava presente nessas zonas institucionalmente, exceto pela fração executante do trabalho. A quem poderia uma vítima recorrer? No máximo, se tivesse algum protetor com influências políticas poderiam formalizar suas denúncias, como o caso de um determinado vaqueiro, levado à capital baiana por seu patrão para representar denúncia contra policiais da força pernambucana, aos quais acusava de tortura:

“Chamo-me Joaquim de Almeida França e moro na fazenda Gangorra, aqui do patrão. Estava na cacimba, quando chegou gente da minha família, dizendo que a casa estava cheia de bandidos. Parti logo. Estes moços se confundem muito com os bandidos. Trajam-se iguais. O senhor Manoel Neto, comandante da escolta, a me ver aproximar gritou logo – Entrega-se bandido. E todos eles, como uma nuvem de mosquito, caíram sobre mim espancando-me. A custo consegui perguntar: Por que sofro? – quero que nos mostre – Lampião disse comandante Neto.
- Já – respondi.
As costas me ardiam bastante, moço. Vou mostrar-lhe o meu estado. E o vaqueiro abrindo um parêntese na sua narração tirou a camisa e mostrou-nos as costas. Fazia dó. Toda vergastada. Era impossível contarem-se as lanhadas.” (A TARDE, 8 de setembro de 1928).

A denúncia através dos jornais e periódicos era uma ferramenta possível, igualmente limitada em suas possibilidades de alcance por diversos motivos. O primeiro e preponderante, a dependência de correspondentes do interior que pudessem transcrever as narrativas das vítimas. Os jornais estavam alocados nos grandes centros e publicavam cartas, em sua maioria sem identificação, com narrativas sobre a atuação da polícia.

Reclamações de invasões de propriedades, agressões, torturas, existiam, mas muitas vezes elas também eram direcionadas por interesses, tanto dos jornais que fomentavam determinadas narrativas sobre o fenômeno do cangaço, quanto reproduziam versões de personagens envolvidos nos próprios episódios.

A Fazenda Gangorra pertencia ao coronel Petronilo de Alcântara Reis, ou Petro, como era mais conhecido. Homem de grande influência, chefe político na região de Santo

Antônio da Glória. Autores reconhecem coronel Petro como o primeiro grande coiteiro dos cangaceiros em solo baiano (FONTES, 2019; SILVA FILHO, 2020).

Depois da ação da polícia em sua fazenda, Petro fez questão de procurar a imprensa e direcionar sua denúncia também ao chefe de polícia: *“O coronel Petronilo ao despedir-se pediu-nos que declarasse que ia ao chefe de polícia mandar abrir um inquérito rigoroso”* (A TARDE, 8 de setembro de 1928).

A influência do coronel foi preponderante ao ponto do Estado da Bahia ter solicitado a remoção das tropas pernambucas, contradizendo inclusive o acordo estabelecido em dezembro de 1926, ainda vigente.

Os jornais acabam nos sendo um fonte complexa para a pesquisa quando tratamos de denúncias, em alguns casos ela traz o anonimato da fonte, e faz sentido pressupondo a segurança do denunciante, mas torna a averiguação mais difícil. Em outros momentos ele traz denúncia feitas por homens suspeitos, por serem figuras ativas e beneficiada pelo cangaço e consequentemente pelo enfraquecimento da polícia com desgastes políticos.

Um bom exemplo dessa dificuldade, temos uma acusação levantada por Jararaca, ao ser preso e entrevistado em Mossoró-RN, o cangaceiro cita o comandante das forças volantes de Pernambuco, Theophanes Torres:

“Sabe que Lampião é protegido do major Theophanes Torres, da polícia de Pernambuco, cujo oficial tem uma fazenda de nome Sítio, no município de Flores, em Pernambuco, a qual Lampião nunca atacou.

O major Theophanes nega que esta fazenda lhe pertence, mas ele Jararaca, sabe de ciência própria que a fazenda é de sua propriedade. Sabe que o major Theophanes coagiu 10 pessoas dali a assinarem um documento provando não ser sua a fazenda para se justificar de acusações feitas a sua pessoa. O major Theophanes nunca acompanhou os combates a Lampião, mandando seus comandados em vez de fazê-lo pessoalmente. Sempre que mandava não dava ordens para perseguição eficaz.” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 8 de julho de 1927)

Não encontramos nada, além do depoimento do cangaceiro contra Theophanes, mas independentemente da veracidade dos fatos, a queixa maculava o oficial e depunha contra o próprio Estado, uma vez que, estava o nome de um oficial comandante da cúpula institucional no meio de uma polêmica pública.

Thephanes não respondeu a nenhum processo administrativo ou judicial decorrente da notícia, contudo, Jararaca conseguiu de alguma forma ferir seu inimigo, o ataque contra a reputação estava presente como ferramenta no período, fosse ele intencional, como o lançado pelo cangaceiro atribuindo culpa a determinado personagem, por ato específico, ou decorrente da construção de uma narrativa heroica aos cangaceiros, na qual necessariamente à polícia cabia a função antagônica.

Outra reportagem traz notícias sobre o caso de Emiliano Novaes, o qual seria posteriormente preso por participação em diversos crimes praticados por Lampião, contudo, na referida matéria, o autor é identificado como “*comerciante Novaes é de importante família de Floresta e muito trabalhador*” (JORNAL DO RECIFE, 12 de agosto de 1926). A matéria traz as seguintes informações:

“Em dias da semana passada doze desses soldados⁹⁷ foram ao povoado São Francisco deste município e, sob o pretexto de que Lampião vivia constantemente ali, intimaram o povo a deixar a localidade dentro de vinte e quatro horas. Diante disto, parte da população, tendo à frente o comerciante local Emiliano Novaes, pegou em armas ao lado do referido bandido, finando logo o grupo celerado composto de oitenta indivíduos.

[...]

É inacreditável que a polícia tivesse agido desse modo, obrigado uma população em massa a abandonar os seus lares, os seus haveres, quando a ela cumpria formar linhas de defesa de modo que aquela localidade ficasse na retaguarda, defendida dos possíveis assaltos de Lampião. E o banditismo se desenvolve, se estende, torna-se cada vez mais ameaçador, mais terrível, conquistando adeptos.

Agora essa carta nos dá notícia de que o infeliz negociante Emiliano Novaes se acha sob o cangaço, desolado com os infortúnios por que tem passado, infortúnios para os quais tem contribuído bastante a polícia.” (JORNAL DO RECIFE, 12 de agosto de 1926).

Essas diferentes construções narrativas encontradas por nós, nos levaram a utilizar com ressalvas as informações neles contidas, principalmente quando eram as únicas fontes possíveis.

Na data de publicação do jornal, Nazaré encontrava-se sitiada por Virgulino, justamente no auge dos castigos impostos pelo cangaceiro. São Francisco era inclusive a rota para conseguir o mínimo de suprimentos para manter a população, logo, não compreendemos como poderia ser interessante a desocupação do povoado aos nazarenos.

Não encontramos nos livros de memórias ou no arquivo da PMPE o registro de nenhum confronto dessa proporção em São Francisco no citado período. Não é nossa intenção com isso desmerecer todas as denúncias ou levar ao entendimento de um exagero quanto a percepção da violência dos volantes.

Os erros, os excessos, a crueldade muitas vezes imposta ela era real, assim como os desvios de conduta e comportamentos reprováveis, mas o acesso a tais episódios, ainda hoje é extremamente restrito e está encoberto por interesses em utilizar-se da opinião pública em desfavor ao inimigo, no caso à Força Pública.

No mesmo período da reportagem localizamos boletins gerais assinados por Theophanes Torres, nos quais ele combate a corrupção dentro corporação:

“Vila Bela, 21. Comunico-vos que foram presos os soldados do 2º Batalhão Rufino Lopes de Meneses e Virgílio Bernardino de Sousa, por terem sido pegados vendendo

⁹⁷ O termo “desses soldados” refere-se a policiais com origem em Nazaré do Pico.

munição o que facilita a ação do grupo de bandidos, o que peço suas exclusões a bem da disciplina e da moralidade na Força. E a exclusão do soldado do 3º Batalhão Antonio Arconcio dos Santos por ter declarado não desejar continuar prestar os seus serviços na Força. Saudações. Major Thephanes. Comandante Geral Forças Interior” (BOLETIM GERAL N° 254, 22 de novembro de 1926).

O BG reconheceu o desvio de munições por parte da tropa para abastecer cangaceiros, de tal forma, puniu com exclusão os militares envolvidos, talvez esse tipo de relação entre alguns militares com os cangaceiros fosse a motivação para levantar suspeição de maneira generalizada.

Devemos ressaltar não termos localizados nos arquivos da PMPE nenhum documento investigando ou punindo excessos pelo uso abusivo da violência, não presumimos com isso a inexistência deles, contudo, acreditamos que eram poucas as denúncias que chegavam a transformarem-se em um processo contra o militar. Em sua maioria, as punições aplicadas aos volantes eram decorrentes de comportamentos delituosos dentro da própria corporação.

O desvio de material bélico, a quebra da cadeia hierárquica através do desrespeito ao superior, a deserção ou descumprimento de ordem direta estão registrados com frequência ao longo do período:

“Vila Bela, 17. Sigo hoje juntamente com o Capitão Optato Estado da Paraíba para onde se dirigiu grupo bandidos. Na chegada daquele oficial nesta cidade fui informado de ter havido algumas irregularidades na sua Força o mesmo oficial tomou medidas sérias e vai pedir exclusão bem disciplina do soldado culpado. Saudações. Tenente Malta, comandante da Força Volante.” (BOLETIM GERAL N° 89, 18 de abril de 1923).

“Vila Bela, 24. Tendo grupo Lampião atacado São Francisco que se achava defendida por 30 praças que reagiram valentemente contra grupo composto 116 homens teve que recuar depois mais 3 horas cerrado tiroteio. Forças que da Serra do Umã vinham trilha bandidos informados tal acontecimento foram avançando com presteza afim de ver se conseguiam alcançar ali celerados. Ao chegar lugar Catolé arribaram covandamente soldado 3º Batalhão Manoel João Mauricio, Ignacio Pereira de Lima, Rufino Barbosa da Silva, José Paulino da Silva, Joaquim Ignacio de Oliveira e José Leonardo de Araujo, deixando todo armamento e tomando rumo ignorado pelo que peço exclusão ditos individuo bem moralidade Força.” (BOLETIM GERAL N°256, 26 de novembro de 1926).

Dentro de todo o histórico do cangaço muitos inocentes foram vitimados em decorrência da ação direta dos crimes de latrocínio, da pistolagem por vingança e, por consequência, de estarem presentes no momento da atividade dos cangaceiros ou da força policial. Um caso em particular envolvendo os nazarenos nos chamou a atenção, embora seja pouco descrito pelos inúmeros autores que trataram do cangaço.

Conforme é possível constatar na notícia:

“Conflito em Tacaratú – o dr. Severino Leite, Juiz de direito de Tacaratú, enviou ao sr. governador do estado um telegrama comunicando-lhe que, ao dia 11 do corrente, ocorreu um grave conflito naquela cidade.

O indivíduo de nome Arsenio de tal feriu gravemente, pelas costas, ao soldado José Manso Japiassú, da força volante que se acha combatendo o banditismo no interior, a qual é comandada pelo major Theophanes Torres.

A vista disso algumas praças dessa força perseguiram o criminoso, indo até a residência do coletor estadual ali, onde se travou novo conflito.

Na luta foram alcançados por balas o mesmo coletor e sua esposa, que faleceram logo após.

Os soldados criminosos se evadiram.” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 14 de outubro de 1924).

Dentre os envolvidos estavam os nazarenos Odilon Flor e Pedro Gomes de Sá. Conforme DUARTE⁹⁸ (2023, p.199-212), Arsênio era sobrinho e empregado do Coletor Estadual Leocádio José da Silva. O homicida nutria desavenças antigas com a vítima, no caso, o policial José Japiassú. Devido a essas rixas de outrora, assassinou o militar enquanto a vítima estava distraidamente caminhando em uma feira.

Ao receber a notícia, companheiros de tropa do José Japiassú saíram em busca do assassino, que estava refugiado na residência de seu tio. Ao tentar intervir em prol do sobrinho o coletor de impostos foi assassinado, juntamente com sua esposa que estava grávida e morreu tentando defende-lo.

DUARTE (2023, p.203-204) traz uma transcrição do BG N°239 do dia 20 de outubro de 1924, no qual há reconhecimento da culpa dos militares no fato, contudo, não localizamos tal documento. Mas, Pedro Gomes de Sá e outros policiais desertaram depois desse episódio em específico, apenas Odilon Flor permaneceu na força, o que nos leva a compreender o peso da ocorrência.

Os demais policiais imputados no crime ocorrido em Tacaratú fugiram para a região de Pilão Arcado-BA, para se refugiarem aos cuidados do coronel Franklin Lins, sob novas identidades, na condição de jagunços, parte deles não se adaptou à nova rotina e tomou destinos desconhecidos.

Essa foi a realidade na qual muitos dos jovens recrutas se depararam ao ingressarem na Força Pública de Pernambuco. Um empilhamento de episódios complexos, onde vinganças retroalimentavam novos recrutamentos em busca de outras vinganças. Optato Gueiros relembra seus comandados da seguinte forma:

“Comandei verdadeiras feras. Tínhamos o direito, às vezes, de alistar civis sertanejos, que depois, apesar de serem efetivados como soldados, nada conheciam de disciplina, nem qualquer outra instrução a não ser o manejo do fuzil, para atirar. Uma tropa,

⁹⁸ A obra citada é uma compilação de artigos, dentre os quais temos o de autoria de Roberto Wanderley Gomes de Carvalho, sobrinho-neto de Pedro Gomes de Sá, por tais motivos o autor traz versões do fato transmitidas oralmente por seus familiares.

composta dessa gente, naqueles tempos, só não era o mesmo cangaceiro por que não se consentia que matassem e furtassem, mas o desejo de fazer tudo isso alguns deles tinham.

A minha disciplina revelava-se na ordem direta da mentalidade de muitos deles. Quando brigavam, um com outro, e apontavam as armas para se matarem, eu punha a bala na agulha e dizia:

- o que ficar vivo, é “meus”. E assim decidi muitos barulhos.” (GUEIROS, 1956, p. 207).

Não é surpreendente a definição dada pelo ex-comandante. Contudo, devemos ressaltar o despreparo desses jovens recrutados sem critério, exceto as próprias necessidades. As vontades da tropa mantiveram o combate aceso nos momentos de maior descaso institucional, mas custou a vida e a liberdade de inocentes, efeito colateral de toda guerra.

Os cangaceiros, como vimos ao longo dessa pesquisa, em especial Lampião, experimentou das mesmas agruras de seus inimigos, as perdas familiares, perseguições, ferimentos, até o dia de sua morte. Todavia, dentro dessa narrativa conturbada envolvendo cangaceiros e volantes, apenas aos nazarenos podemos dizer que tudo que se sucedeu foi decorrente da falta de alternativa quanto a participação na Guerra do Sol.

Não queremos isentá-los de culpa ou minimizar os danos causados, apenas ressaltar a lógica dentro de uma simbologia social existente nas decisões tomadas por estes homens. O sentido de justiça que funcionava sob uma lógica imediatista e particular, compartilhada pelo meio social que estavam inseridos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recorte temporal ao qual submetemos nossa pesquisa é permeado de desastres e infortúnios aos personagens centrais de nosso objeto de estudo. Militarmente as forças públicas estaduais acumularam derrotas constrangedoras, como em Serra Negra e Serra Grande, mesmo quando conseguiram repelir os cangaceiros, arcaram com saldos de perdas familiares como nas Baixas, Xique-xique e Favela.

A campanha final nos anos de 1927 e 1928 não reservou uma grande batalha, na qual personagens heroicos e controversos surgissem, como ocorreu posteriormente em 1938 na Grota de Angico, com a morte de Lampião.

A história dos nazarenos é de constância, primeiro dividindo uma infância com os irmãos Ferreira, posteriormente sendo introduzidos involuntariamente nas questões com Zé Saturnino, em 1923 foram alistados como solução para defesa do vilarejo e mantiveram-se como fonte inesgotável de mão-de-obra para as forças, enquanto Lampião esteve vivo.

Entendemos que a contribuição dos nazarenos às forças públicas nordestinas não está propriamente nos resultados de seu trabalho, mas na influência exercida por eles no método de confrontar o cangaço. A lógica institucional foi direcionada pelo conhecimento empírico da tropa: ao escolherem atacar Caraíbas e a Serra do Umã, ao reconhecer quais coronéis deveriam ser presos e direcionados ao Recife para investigação, foi a tropa quem tornou tangível os mecanismos admitidos pela Chefatura de Polícia.

Nossa pesquisa inseriu as memórias dos volantes como um detalhamento das vivências do cangaceirismo, sob a interpretação dos personagens igualmente cruciais ao fenômeno, mas ainda pouco visitados pela pesquisa historiográfica.

A partir do diálogo de fontes institucionais e das reminiscências dos volantes, nos foi possível mensurar a diferença na interpretação do mesmo fato entre a tropa e a Instituição, além de possibilitar o confronto de algumas teses estabelecidas dentro da temática do cangaço.

O fenômeno do banditismo rural está cristalizado e permeado de interpretações, já aprofundado sob múltiplas óticas. Todavia, o volume maior de pesquisas está concentrado nos próprios cangaceiros, desde análises biográficas, até sua relação direta com a cultura e o imaginário do que é ser nordestino.

Dessa feita, os volantes nos permitiram ter uma versão distinta dos mesmos episódios do cangaceirismo, já aprofundados pelos trabalhos de muitos pesquisadores. Sendo assim, foi possível confrontar narrativas, ou ao menos acrescentar novos contextos. Por

consequência, as histórias dos homens que por diversos motivos se viram impelidos a confrontarem cangaceiros está associada ao processo de interiorização das polícias.

O sertão do Pajeú foi um terreno fértil em disputas sangrentas, não apenas devido a Lampião, mas inúmeros outros cangaceiros contribuíram para que fosse dada celeridade ao processo de implementação da Força Pública nas zonas sertanejas.

Os governadores de Pernambuco viram-se pressionados a buscar medidas novas para conter a violência, principalmente pelos efeitos colaterais dela, o cangaceiro era um ponto de desequilíbrio na balança política, poderia ser uma ferramenta útil e um castigo severo para um mesmo personagem, a depender apenas de quem estava direcionando as ações do bando.

O desconforto causado pela opinião pública, utilizando as notícias do cangaço para constranger os gestores, compeliu os governadores a acelerarem o processo de modernização da polícia.

Ao cruzar o Rio São Francisco, Lampião deixou para trás uma polícia intencionalmente aparelhada para prosseguir-lo. Dentre as muitas mudanças implementadas, citamos a criação das seguintes seções administrativas: Repartição Central de Polícia; Arquivo Policial Criminal; fundação da Escola Policial⁹⁹.

O número de policiais chegou a 3.047 praças e 100 oficiais em 1928, praticamente o dobro em oito anos. Também fez-se a transferência do 3º Batalhão para a cidade de Floresta-PE, estrategicamente localizado dentro da geografia dos acontecimentos e próximo das fronteiras sul do estado.

Como vimos, essas mudanças não foram contínuas, nem sequer eficazes em sua integralidade, todavia, formam um conjunto que somado aos esforços humanos dos alistados nos rincões sertanejos, sufocaram o cangaço em 1928.

Com a migração à Bahia, o cangaço ganhou mais dez anos de existência, tempo necessário para as políticas já consagradas em Pernambuco tornarem-se comuns aos demais estados, principalmente para Bahia e Alagoas.

Antes do derradeiro episódio em Angicos, os estados passaram por experiências já comprovadamente ineficazes na tentativa de capturar os cangaceiros, por exemplo, o deslocamento de povoados inteiros e o uso do exército em combate, chegou-se a especular o empenho da Aeronáutica contra Lampião (FONTES,2019).

⁹⁹ Todas as medidas estão citadas no discurso do governador Estácio de Albuquerque Coimbra durante a 4ª sessão ao Congresso Legislativo. O governador cita os atos nº88 de 08 de fevereiro de 1927, ato nº179 de 15 de março de 1927.

A Revolução de 1930 foi outra lacuna temporal favorável aos criminosos, tendo em vista a desorganização dos governos e a mobilização das forças policiais com destino às sedes administrativas na tentativa de conter os revoltosos, ocasionando a falta de efetivo para policiamento da região interiorana.

Em Pernambuco, a revolta encontrou extrema resistência no 3º Batalhão da Força Pública, localizado em Floresta-PE. Os militares mantiveram-se fiéis ao governo de Estácio Coimbra até o último momento. Em consequência disso, tão logo Estácio foi deposto, os nazarenos foram excluídos das fileiras da Força e só foram reintegrados em 1931.

Muitos dos nossos personagens optaram por seguir carreira dentro das fileiras policiais e foram aproveitados de diversas formas pelo aparelho governamental. Fizeram parte da política municipal de Floresta, Inajá, Carnaubeira da Penha, Serra Talhada.

Dentro da segurança pública, além da Polícia Militar, serviram na condição de delegados regionais de muitas cidades no sertão e no agreste, Sertânia, Arcoverde, Buíque, Serra Talhada, Salgueiro e Afogados da Ingazeira.

Foram também cedidos ou alistados provisoriamente pelo governo baiano, para continuarem perseguindo Lampião, inclusive Nazaré perdeu muitos dos seus filhos na batalha da Maranduba, em 09 de janeiro de 1932, em Sergipe, onde quatro nazarenos tombaram em confronto com Virgulino, dentre eles, Hercílio Nogueira¹⁰⁰, já experiente e destacado dentro das fileiras policiais.

Combater Lampião esteve de tal forma incutido no imaginário dos jovens daquela região, que eles fizeram mesmo quando o cangaço já não representava o mesmo risco à Nazaré. Compreendemos isso como uma consequência da percepção do alistamento como meio de vida, de tal forma, tornou-se comum para esses homens servir à Força Pública e às Polícias Militares, independente das suas razões particulares originais.

Por consequência, Nazaré esteve presente em muitos episódios marcantes da história política e militar de Pernambuco: Manoel Neto foi o último oficial a escoltar Estácio Coimbra em sua fuga ao exílio (MELLO, 2006); Afonso Gregório, irmão de Manoel Neto, tombou em combate durante a revolução de 1930 (OLIVEIRA, 2022, p.39); David Jurubeba combateu na intentona comunista em 1935 (SÁ NETO, 2003, p.193-194); Manoel Flor esteve presente no massacre de Pau-de-colher (FERRAZ, 2012, p.557); Herculano Nogueira fazia

¹⁰⁰ A família Nogueira, além de Hercílio perdeu Adalgísio de Souza Nogueira, que tinha apenas quinze anos na data, os outros nazarenos mortos foram João Cavalcante e Antônio Benedito da Silva (LIRA, 2013. vol.II, p.189)

parte da guarda pessoal de Miguel Arraes até o momento da prisão do governador em 31 de março 1964 (NOGUEIRA, 2005, p.27).

Neste estudo, nossa intenção nunca foi exaltar os personagens individualmente, compreendemos a importância de cada um deles, mas não somos capazes de elencar qual seria o mais relevante. Nosso intuito foi esclarecer o sentimento e esforço conjunto que os levaram a determinados episódios, o que os distinguia da tropa como um todo e, principalmente, contextualizar a percepção da tropa quanto a trajetória de Lampião.

Após o fim do cangaço, as mesmas famílias nazarenas estiveram envolvidas em outros episódios sangrentos que movimentaram o sertão do Pajeú, se não em sua totalidade, mas parte delas estiveram presentes em disputas políticas e questões com outros núcleos familiares, como foram os casos dos Ferraz contra os Novaes e dos Ferraz com os Gaia, ao longo das décadas de 60 e 90 do século XX.

A diferença nessas novas questões era ausência dos cangaceiros, figura na qual era possível sintetizar o inimigo a ser perseguido; sem eles, os crimes eram praticados em emboscadas, contra alvos diretos e indiretos, alimentando vinganças que se perpetuavam por décadas e eram herdadas, sendo comum inclusive que se esquecessem as motivações originais desses entreveros.

Os símbolos descritos por nós na introdução deste estudo, como a solidariedade passiva das microrregiões e a territorialização familiar são perenes, para além do cangaço e foram a força motriz das volantes e de muitos outros fenômenos do nordeste rural:

“As brigas de famílias aparecem como elementos muito importantes para o ato fundador, da tomada de posse de uma certa parcela de terra – algumas vezes subsequente a um deslocamento provocado por disputas anteriores, quase sempre silenciadas em seus detalhes - do predomínio político em certa localidade, para a vinculação de um certo espaço a um certo nome. E, para além disso, por meio das brigas e do desempenho nelas, uma qualidade é transferida dos personagens para os descendentes e seu lugar.” (MARQUES, 2002, p.20-21).

Acreditamos que nossa contribuição se deu de maneira satisfatória sob duas óticas. Foi possível compreender o processo de interiorização da Força Pública e sua relação com essa sociedade sertaneja, inclusive com os novos alistados. E também conseguimos confrontar narrativas ao longo da pesquisa, foram dadas novas vozes ao assunto e ampliamos o debate sobre o processo de formação da região específica de Nazaré do Pico, a qual é certamente similar a de muitas outras sertão afora.

O saldo de uma guerra é de muitas perdas aos envolvidos e aos inocentes, vitimados pela onda de violência propagada ao longo dos anos. O preço pago por defender Nazaré foi tornar-se a vítima e o algoz em muitos dos episódios mais sangrentos da Primeira República.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, André Carneiro de. **Capitães do Fim do Mundo: As Tropas Volantes Pernambucanas (1922 – 1938)**, Edupe, Rio de Janeiro, 2016.

AMAURY, Antônio. **De Virgolino a Lampião**, São Paulo, 1999.

ASSUNÇÃO, Moacir. **Os Homens que Mataram o Facínora: A história dos grandes inimigos de Lampião**, Record, Rio de Janeiro, 2007.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti, **A Derradeira Gesta: Lampião e os Nazarenos Guerreando no Sertão**, Mauad X, Rio de Janeiro, 2018.

BARROS, Souza. **A Década de 20 em Pernambuco**, Cepe, Recife, 2015.

_____. **Lampeão Antes de Ser Capitão**, (PERGUNTAR COMO PREENCHER QUANDO A EDIÇÃO FOR INDEPENDENTE), 2016.

_____. **Lampião em 1926**, Editora Oxente, Paulo Afonso, 2017.

_____. **O Fim do Cangaço: As Entregas**, Editora Oxente, Paulo Afonso, 2015.

_____. **Lampião e os Governadores**, Edição Própria, Paulo Afonso, 2005.

BARROSO, Gustavo. **Heróis e Bandidos: os Cangaceiros do Nordeste**, ABC Editora, Fortaleza, 2012.

CARVALHO, José Murilo, **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**, vol.40, SCIELO, 1997.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra, **História da Polícia Militar Pernambuco – Análise & Comentário**, Edições Bagaço, Paulista, 2004.

CHANDLER, Billy Janes. **Lampião o Rei dos Cangaceiros**, Paz e Terra, São Paulo, 2003.

COTTA, Francis Albert, **Matrizes do Sistema Policial Brasileiro**, Crisálida Livraria e Editora, Belo Horizonte, 2012.

DANTAS, Sergio Augusto de Souza, **Antônio Silvino O Cangaceiro, O Homem, O Mito**, Editora e Gráfica Real, Cajazeiras, 2012.

DUARTE, Adriano de Carvalho, **Cangaço em Perspectiva: O Sertão em Lutas**, Editora Premium, Jardim, 2023.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1972.

FERRAZ, Marilourdes, **O Canto do Acauã: Das memórias do Cel. Manoel de Souza Ferraz (Cel. Manoel Flor)**, Edições Bagaço, Recife, 2012.

FERREIRA, Vera; AMAURY, Antônio. **De Virgulino a Lampião**, Idéia Visual São Paulo, 1999.

FILHO NETO, Antônio. **Pegadas de um Sertanejo; Vida e memórias de José Saturnino**. Edições Bagaço, Recife, 2015.

FONTES, Oleone Coelho. **Lampião na Bahia**, Ponto & Vírgula, Salvador, 2019.

FONSECA, Homero, **Pernambucânia: O que há nos nomes das nossas cidades**, Cepe, Recife, 2009.

FREYRE, Gilberto, **Perfil de Euclides e outros perfis**, Global, São Paulo, 2011.

GOMINHO, Leonardo Ferraz. **Floresta Uma Terra um Povo, Vol. 1**, Tipografia Dom Augusto, 1996.

GOMINHO, Leonardo Ferraz. **Floresta Uma Terra um Povo, Vol. 2**, TDA Gráfica, 2019.

GOMINHO, Leonardo Ferraz. **Manoel Netto**, TDA Gráfica, 2022.

GUEIROS, Optato, **Memórias de um Oficial de Forças Volantes**, Livraria Progresso Editora, Salvador, 1956

HOBBSAWM, Eric. **Bandidos**. Paz e Terra, São Paulo, 2010.

HUNTINGTON, Samuel P., **A Ordem Política nas Sociedades em Mudança**, Editora Forense Universitária, São Paulo, 1975.

LIRA, João Gomes. **Lampião: Memórias de um Soldado de Volante Vol. 1**. TDA Gráfica, Floresta, 2013.

_____. **Lampião: Memórias de um Soldado de Volante Vol. 2**. TDA Gráfica, Floresta, 2013.

CAVALCANTE NETO, João de Lira. **Padre Cícero: Poder, Fé e Guerra no Sertão**. Companhia das Letras, 2009

MACEDO, Nertan, **Sinhô Pereira o Comandante de Lampião**, Editora Artenova, 1975.

MAIA, Clarissa Nunes, **Policiados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865 – 1915**. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

MARQUES, Ana Claudia, **Intrigas e Questões: Vingança de Família e Tramas Sociais no Sertão de Pernambuco**, Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2002.

MARQUES, Ana Claudia, **Andarilhos e Cangaceiros: A Arte de Produzir Território em Movimento**, Univall, Itajaí, 1999.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do Sol**. A Girafa, São Paulo, 2011.

_____. **Benjamin Abrahão Entre Anjos e Cangaceiros**. Escrituras, São Paulo, 2012.

_____. **Estrela de Couro: A Estética do Cangaço**. Escrituras, São Paulo, 2012.

_____. **Apagando o Lampião**. Global, São Paulo, 2018.

_____. **A Tragédia dos Blindados**. Editora Massangana, Recife, 2006.

SÁ NETO, José Malta de, **David Jurubeba: Um Herói Nazareno**, Edições Bagaço, Recife, 2004.

OLIVEIRA, Alberto Rodrigues de, **Da Fé à Promoção social: A Atividade Missionária do Padre Ibiapina**, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2007.

OLIVEIRA, Bismarck Martins de, **Forças Volantes! Homens que combateram Lampião de A à Z**, 2022, Mídia Gráfica Editora, João Pessoa, 2022.

PORTO, José da Costa, **Os Tempos de Barbosa Lima**. Imprensa, Recife, 1966.

_____. **Os Tempos de Dantas Barreto**. Editora Universitária, Recife, 1973.

_____. **Os Tempos de Estácio Coimbra**. Editora Universitária, Recife, 1977.

QUIRINO, Priscilla Pineiro, **Meu Rei e a Construção do Paraíso**, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SILVA, Wellington Barbosa da, **Entre a Liturgia e o Salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX(1830-1850)**, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003

SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas Solidões Vastas e Assustadoras**, Cepe, Recife, 2010.

SILVA FILHO, Rubens Antonio da. **Cangaço na Bahia Canção Agalopada**, Edição do Autor, 2020.

SOARES, Cristiano Emerson de Carvalho. **Pereiras e Carvalhos: Uma História da Espacialização das Relações de Poder (Serra Talhada-PE)**, UFRN, 2015.

SOUZA, Manoel Cavalcanti de. **Lembra e Escrever não é só Querer**, Floresta, 2012.

SOUZA, Rafael Policeno de. **A Coluna Prestes: Uma abordagem necessária**, Revista Historiador, N°3; Ano 3, p.82-91, dezembro de 2019.

TORRES, Izabel Belícia Ferraz. **Raízes de um povo e como se iniciou suas contendas com Lampião**, Recife, Ed. Bagaço, 2009.

TORRES FILHO, Geraldo Ferraz. **Pernambuco no Tempo do Cangaço Vol. 1**. Edições Bagaço, Recife, 2002.

_____. Geraldo Ferraz. **Pernambuco no Tempo do Cangaço Vol. 2**. Edições Bagaço, Recife, 2002.

_____. Geraldo Ferraz. **Theophanes Ferraz Torres um Herói Militar na Cavalaria de Pernambuco**. Edições Bagaço, Recife, 2004.

_____. Geraldo Ferraz. **Theophanes Ferraz Torres: O Centenário da Prisão do Cangaceiro Antônio Silvino e o Júri do Século**. Edições Bagaço, Recife, 2014.

VILLA, Marco Antônio. **Quando Vim-me Embora**, Leya, São Paulo, 2017.

VILLELA, Jorge Luiz Mattar, **O Povo em Armas: Violência e Política no Sertão de Pernambuco**, Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2004.

_____. **Ordem Pública e Segurança Individual: Política e Polícia no Sertão Pernambucano**, Edufscar, São Carlos, 2011.

_____. **Clementino Quelé: Banditismo Rural e Administração da Segurança no Brasil da Primeira República**. In: Ruris, Volume 9, Número 2, Setembro/2015, p. 63-89.

APÊNDICE

Mapa de apoio¹⁰¹:



Pontos demarcados: 1. Nazaré do Pico; 2. Sítio Passagem das Pedras, residência da família Ferreira antes das contendas com Zé Saturnino; 3. Sítio Poço do Negro, residência de Dona Jacoza, tia de Virgulino e primeiro refúgio da família Ferreira, após deixarem Passagem das Pedras; 4. Sítio Jenipapo, na vizinhança do sítio muitas das residências atacadas e incendiadas por Lampião; 5. Enforcado, local de um dos confrontos mais marcantes entre nazarenos e cangaceiros; 6. Serra do Pico; 7. Floresta, local escolhido como sede do 3º BPM na gestão de Estácio Coimbra(1926-1930); 8. Serra Talhada; 9. Flores, na cidade estava localizado o fim da linha férrea dentro do nosso recorte temporal; 10. Triunfo, sede provisória do 3º BPM durante o governo de Dantas Barreto(1916-1920), sendo removido por ordem de Sérgio Loreto no ano de 1924; 11. São José do Belmonte.

DISTÂNCIA DAS COORDENADAS EM RELAÇÃO A NAZARÉ DO PICO EM KM					
LOCAL	KM	LOCAL	KM	LOCAL	KM
1. Nazaré do Pico	-	5. Enforcado	8,6	9. Flores	63,73
2. Sítio Passagem das Pedras	11,7	6. Serra do Pico	8,8	10. Triunfo	69,82
3. Sítio Poço do Negro	2,04	7. Floresta	35	11. São José do Belmonte	64
4. Sítio Jenipapo	3,13	8. Serra Talhada	45		

¹⁰¹ As coordenadas dos pontos demarcados no mapa foram elaborados através de visita de campo, utilizamos um aplicativo especializado em localização geográfica para registrar nossa presença e transcrevê-las ao mapa. Alguns pontos próximos à Nazaré não foram visitados por nós devido serem propriedades privadas, as quais não conseguimos um prévio contato em tempo hábil para autorizar nosso acesso.

Tabela 1.1. Quadro de carreira militar da Força Pública de Pernambuco entre os anos de 1923 a 1928:

QUADRO DE CARREIRA DA FORÇA PÚBLICA	
ABREVIATURAS	OFICIALATO / POSTOS
Cel.	Coronel*
Ten.cel	Tenente-coronel
Maj.	Major
Cap.	Capitão
1º Ten.	1º Tenente
2º Ten.	2º Tenente
Alf.	Alferes
	PRAÇAS / GRADUAÇÕES
1º Sgt.	1º Sargento
2º Sgt.	2º Sargento
3º Sgt.	3º Sargento
Cb.	Cabo
Ansp.	Anspençada
Sd.	Soldado

*O posto de Coronel só poderia ser dado a um integrante das Forças Armadas, dessa forma, o comando geral da Força Pública poderia ser cedido a um oficial superior oriundo de outra Força.

Tabela 1.2. Evolução do número do efetivo policial que compunha a Força Pública entre os anos de 1922 a 1928:

EXERCÍCIO		QUADRO GERAL DE MILITARES		NÚMERO DE BATLHÕES	NÚMERO DE REGIMENTOS	Nº BOLETIM GERAL	DATA DA PUBLICAÇÃO DO BG
		PRAÇAS	OFICIAIS				
1920	1921	1654	72	2	1	12	16 DE JANEIRO DE 1921
1921	1922	2154	80	3	1	69	27 DE MARÇO DE 1922
1922	1923	1980	57	3	1	147	10 DE JULHO DE 1922
1923	1924	2257	87	3	1	151	03 DE JULHO DE 1923
1924	1925	2413	87	3	1	148	01 DE JULHO DE 1924
1925	1926	-	-	-	-	-	*
1926	1927	-	-	-	-	-	*
1927	1928	3047	100	3	1	-	**

* Não localizamos dados documentais que nos esclarecessem tais informações no período

** A informação consta no discurso do governador Estácio de Albuquerque Coimbra durante a 4ª sessão ao Congresso Legislativo.

ICONOGRAFIA¹⁰²

Nazaré-do-Pico e suas paisagens:

1.



2.



1. Primeiras feiras em Nazaré-do-Pico; 2. Capela de Nossa Senhora da Saúde, sua conclusão se deu em 1921 através do trabalho em mutirão das famílias nazarenas.

3.



¹⁰² O acervo iconográfico utilizado por nós pertenceu aos volantes Pedro Gomes de Lira, João Gomes de Lira e Manoel Rodrigues de Carvalho; os registros atuais foram feitos por nós nas visitas feitas à Nazaré e região.

4.



5.



3. Residência que pertenceu à família Flor, hoje preservada com as mesmas características da época de sua construção, sendo uma das primeiras casas construídas no arruado. 4. O imóvel em amarelo era uma antiga bodega, na qual se iniciou um dos muitos episódios de desentendimentos entre os irmãos Ferreira e os nazarenos, antes mesmo que Virgulino e os irmãos integrassem em definitivo as fileiras do cangaço. 5. Serra-do-Pico, ainda muito preservada em sua flona, sendo a referência geográfica que compõe o nome de Nazaré.



6. Foto retirada em frente à Capela de Nossa Senhora da Saúde, mostrando a distribuição das residências em quase sua totalidade, as árvores na imagem são um tamarindeiro, a esquerda, e um juazeiro, simbólicos por ter sido sob suas sombras que se estabeleceu as primeiras feiras na Fazenda Algodões, dando origem por consequência a vila de Nazaré. **7 e 8.** Ruínas da residência da Dona Jacosa, tia de Virgulino, onde ele residiu com sua família depois de ser expulso do sítio Passagem das Pedras devido as primeiras contendas com Zé Saturnino.

Nazareno:

1.

SEM Esq. de Cavalaria			
PROMOÇÕES			
1.º Ten.	21.12.28	Princípio	Antiguidade de
2.º Ten.	19.1.33		
Cap.	3.1.36		
Mal.			
Ten.-Col.			
Col.			

31

AÇÃO

Naturalidade	Idade
Pernambucano	Falecido
idem	idem

PAZILIA



2.



3.



1. Ficha individual registradas por nós nos arquivos da PMPE; 2. Manoel Neto (a esquerda) e Luis Mariano em Serra-Talhada, já utilizando os trajes adaptados as rotinas de combates nas caatingas; 3. O militar em trajes de passeio, utilizado para eventos e formalidades dentro da corporação.

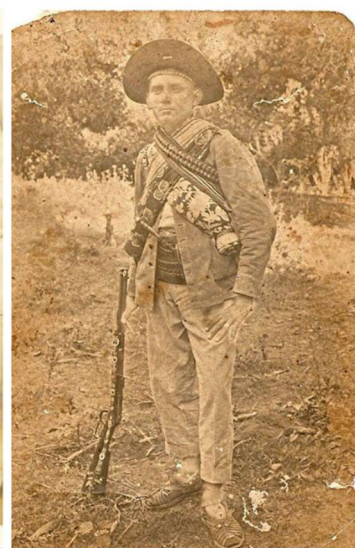
4.



5.



6.



4. Aureliano e Hercílio Nogueira; 5. Pedro Gomes de Lira (o único trajado com o fardamento da Força Pública) em um raro registro de um momento de descontração; 6. Manoel Rodrigues de Carvalho, então cabo da Força Pública, equipado para acompanhar Arlindo Rocha.

7.



8.

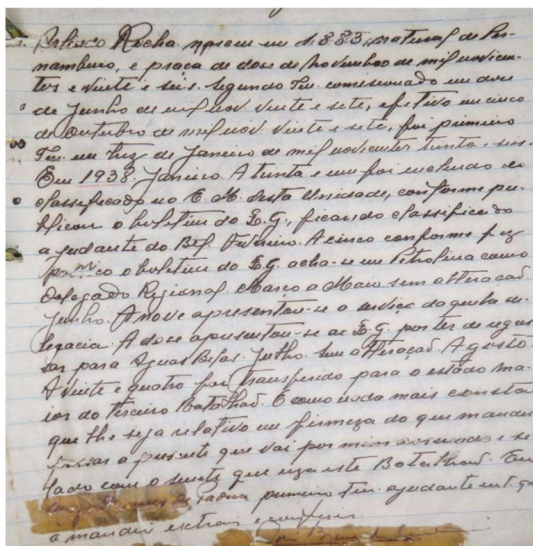


9.



7. Zé Saturnino na antiga seda da Fazenda Pedreiras, foto registrada na década de 1960 por Pedro Gomes de Lira; 8. Pedro Gomes de Lira na década de 1930 sem as vestes típicas do serviço volante; 9. Manoel Rodrigues de Carvalho (sentado) acompanhado da esposa e filhos. Registro feito em São José do Belmonte em 1953.

10.



11.



10. Breve relato de Arlindo Rocha, no qual o volante descreve as motivações para seu alistamento, documento faz parte do acervo da PMPE; **11.** Entrevista cedida por Arlindo Rocha ao Jornal Pequeno em 19 de outubro de 1928.

13. Da esquerda para a direita: Ildefonso de Souza Ferraz (Ildefonso Flor), Manoel Gomes de Lira, João Jurubeba de Sá Nogueira (João Gato), João Gomes Jurubeba e Manoel Gomes de Sá.

14.



14. Da esquerda para a direita: Odilon de Souza Ferraz (Odilon Flor), Euclides de Souza Ferraz (Euclides Flor), Manuel Jurubeba, Pedro Tomaz e Inocência Nogueira.

15.



16.



17.



15 e 16. É possível comparar as diferenças nos trajes do militar quando em campanha e no fardamento regular, a esquerda Manoel Neto utilizando o chapéu em couro; munições distribuídas ao longo das cartucheiras cruzadas e em no cinturão; a túnica e todas as insígnias militares eram preteridas em favor dos equipamentos necessários para a sobrevivência ao longo das perseguições. 17. Modelo de cantil sertanejo feito a partir de uma cabaça, muito diferente dos cantis comumente utilizados na caserna, geralmente em alumínio.

18.



18. Da esquerda para a direita, Odilon, Euclides e Américo Flor, pós-cangaço.

19.



19. No registro a esquerda, dois jovens desconhecidos integrados às volantes no final do ciclo do cangaço, na década de 1930. Na foto à direita, Luís e Raimundo Nogueira, parentes de Zé Saturnino, os quais ingressaram nas volantes e deixaram a Serra Vermelha para residir em Nazaré-do-Pico. As indumentárias trazem muitas similaridades com as dos cangaceiros, os motivos para isso são diversos, a começar pela origem comum dos personagens, todos sertanejos, influenciados pela estética do vaqueiro e suas adaptações para a vida dentro das caatingas. A ressalva possível se dá no nível de elaboração estética, geralmente muito mais complexa nos trajes dos cangaceiros.

20.



20. Da esquerda para a direita os casais de cangaceiros, Inacinha e Gato, Corisco e Dadá e Maria Bonita e Lampião, além do próprio fotógrafo, Benjamin Abrahão. É importante realçarmos o valor adaptativo das indumentárias do cangaceiro, mas o apreço estético também era de igual importância, principalmente aos cangaceiros de maior destaque nos bandos. Os símbolos e adereços são adicionados às roupas, juntamente com a exibição de muitas peças em ouro como uma demonstração do poder e do grau hierárquico dos bandoleiros.

21.



22.



23.



21. João Gomes de Lira. 22. Manoel de Souza Ferraz (Manoel Flor). 23. David Gomes de Sá Jurubeba. Os três militares foram fonte para nossa pesquisa através dos livros de memórias diversas vezes citados ao longo de nosso trabalho.

24.



25.



26.



24. Optato Gueiros. **25.** Higinio Belarmino. **26.** Theophanes Ferraz Torres de Sá. Embora nenhum deles seja natural de Nazaré-do-Pico, conviveram por muitos anos, comandando e dividindo as fileiras com os nazarenos, Theophanes está presente em um grande volume de comunicações oficiais, tendo em vista ser o oficial responsável pelo policiamento das zonas interioranas em diversos períodos ao longo do nosso recorte historiográfico.

27.



28.



29.





27 ao 35. Objetos que pertenceram aos integrantes das famílias Flor e Jurubeba. As facas e punhais - do 27 ao 32 - são exemplos da tradição da cutelaria sertaneja, contudo, não tem a exuberância estética das muitas peças que pertenceram aos cangaceiros, vide MELLO(2012). A garrucha, imagem 33, embora fosse utilizada pelos volantes, já era um armamento obsoleto no período que se iniciaram as questões com os cangaceiros em Nazaré. Na imagem 35 temos um pente de fuzil, munições essas utilizadas na última fase dos confrontos. Todo o acervo está aos cuidados dos descendentes da família Flor e foi registrado por nós.